



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Humanidades – CH
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS

**UMA NOVA PRÁTICA DE AÇÃO SINDICAL: O CASO DO
PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA - PARAÍBA**

VALÉRIO VERÍSSIMO DE SOUZA BASTOS

Orientador: Prof^o Dr. Edgard Malagodi

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Campina Grande – PB, 23 de março de 2010.



Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
Centro de Humanidades – CH
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS

UMA NOVA PRÁTICA DE AÇÃO SINDICAL: O CASO DO PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA - PARAÍBA

VALÉRIO VERÍSSIMO DE SOUZA BASTOS

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o Dr. Edgard Malagodi

Campina Grande – PB, 23 de março de 2010.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

B327n Bastos, Valério Veríssimo de Souza

Uma nova prática de ação sindical : o caso do Pólo Sindical da Borborema – Paraíba / Valério Veríssimo de Souza Bastos. — Campina Grande, 2010.

115 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Malagodi.

1. Ação Sindical. 2. Sindicalismo Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Agroecologia. I. Título.

CDU – 331.105.445(043)



VALÉRIO VERÍSSIMO DE SOUZA BASTOS

**UMA NOVA PRÁTICA DE AÇÃO SINDICAL: O CASO DO
PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA - PARAÍBA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgard A. Malagodi
(Orientador – UFCG/CH/PPGCS)

Prof. Dr. Ivan Targino
(Examinador Externo – UFPB/PPGE)

Prof. Dr. Roberto Vêras
(Examinador Interno - UFCG/CH/PPGCS)

Profª Dra. Ghislaine Duque
(Suplente - UFCG/CH/PPGCS)

Data da defesa

23 de Março de 2010

Dedico este trabalho, de forma especial à memória de meus avôs maternos, Sr. Bastos e dona Maria que sempre estiveram presentes na minha vida.

Aos meus pais, irmãos e familiares, que foram as bases fundamentais sobre as quais consegui edificar essa obra.

Por fim dedico esta pesquisa a minha esposa, companheira de todas as horas e a minha filha Letícia, razão da minha existência.

E ao Grande Arquiteto do Universo, Deus de amor e bondade, a graça de ter me dado força e paz.

A todos a minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial ao meu orientador e amigo Professor Edgard Malagodi e sua esposa a Professora Marilda Menezes, por mostrar-me os caminhos da pesquisa sociológica. Também pela paciência, dedicação e comprometimento ético e moral. A eles que de forma carinhosa me ajudaram, e sem os quais este trabalho não poderia ter acontecido.

A meu amigo e sempre orientador Pablo Siderski, que foi um dos maiores incentivadores deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e seus professores, aos quais agradeço na pessoa do Professor Roberto Veras e da professora Ghislane Duque, que nunca se furtaram a ajudar-me sempre que precisei.

Aos funcionários do PPGCS e da nossa biblioteca.

Aos membros do GPAF (Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar) do qual faço parte.

A Carla, Ana Sávia, Janine, Ana Patrícia, Sandra, Paulo Cândido, Paulo Diniz, Nerize, Arilde, Cynthia e tantos outros amigos do programa que dividiram comigo noites e dias de intensos trabalhos e confraternizações.

Aos agricultores e agricultoras familiares, aos dirigentes sindicais do Pólo Sindical da Borborema, aos técnicos da AS-PTA e outros parceiros, que sempre me receberam de braços abertos, e que foram peças fundamentais para a realização deste trabalho.

A CAPES, pela concessão de bolsa de 6 meses que tanto me ajudou na produção da pesquisa.

A todos meu muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS	viii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	ix
RESUMO	xi
RÉSUMÉ	xii
INTRODUÇÃO	13
O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	15

CAPÍTULO I

SINDICALISMO RURAL NA PARAÍBA: NO RASTRO DOS ANTECEDENTES DO PÓLO	18
1.1. Introdução	18
1.2. Das Ligas Camponesas aos sindicatos de trabalhadores rurais	20
1.3. A CONTAG e a legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais	24
1.4. CUT: uma nova proposta para o sindicalismo rural	27
1.5. O sindicalismo rural na Paraíba	29

CAPÍTULO II

SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR	44
2.1. A agricultura familiar no centro do debate	50
2.2. O sindicalismo rural e a opção pela agricultura familiar	52

CAPÍTULO III

PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA: UMA NOVA PRÁTICA DE AÇÃO SINDICAL	56
3.1. Agreste da Paraíba: uma rápida caracterização da região de atuação do Pólo	56

3.1.1. O agreste paraibano e a agricultura familiar	58
3.2. Pólo Sindical da Borborema: o início de tudo	58
3.2.1. O trabalho coletivo	59
3.3. Pólo: sua população e sua agricultura	62
3.4. Re-configurando o sindicalismo no agreste paraibano	65
3.4.1. A agricultura familiar: o posicionamento de uma categoria	66
3.4.2. Desenvolvimento rural sustentável: a construção de um projeto	68
3.4.3. O Pólo e o seu plano de atuação	72
3.4.4. O Pólo e a formação agroecológica	78
3.4.5. As Comissões Temáticas	81
Comissão de sementes	81
Comissão de recursos hídricos	82
Comissão saúde e alimentação	83
Comissão de cultivos ecológicos	84
Comissão de criação animal	85
Comissão de acesso aos mercados: as feiras agroecológicas	86
3.4.6. Os Fundos Rotativos Solidários: um instrumento a favor da agroecologia	87
3.4.7. Desenvolvimento sustentável e as políticas públicas	89
3.4.8. O movimento sindical e o trabalho com a agricultura familiar agroecológica	90
3.4.9. A difusão das experiências	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	102
ANEXOS	109

LISTA DE QUADROS, TABELAS, FÍGURAS E GRÁFICOS

QUADRO 1. Sindicatos de Trabalhadores Rurais fundados no início da década de 60 (60-64)	31
TABELA 1. População e área de dos municípios do Pólo	63
TABELA 2. Número de casas com quintais com plantas medicinais nos municípios da área de atuação do Pólo (2003-2009)	83
TABELA 3. Número de crianças e comunidades atendidas com a multimistura nos municípios da área de atuação do Pólo (2002-2009)	84
TABELA 4. Quantidade de mudas produzidas e distribuídas nos municípios de da área de atuação do Pólo (2001-2008)	85
TABELA 5. Número de famílias e quantidade estocada de silagem nos municípios de atuação do Pólo (2006-2009)	86
TABELA 6. Quantidade de alimentos produzidos nas feiras agroecológicas e o valor da produção vendida nos municípios da área de atuação do Pólo (2006-2009)	87
FIGURA 1. Principais atividades agropecuárias do Agreste paraibano (1889-2007)	57
GRÁFICO 1. Número de estabelecimentos agropecuários nos municípios do Pólo	63
GRÁFICO 2. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários nos municípios do Pólo	64
GRÁFICO 3. Pessoal ocupado em estabelecimentos dos municípios de atuação do Pólo	64
GRÁFICO 4. Total da produção dos estabelecimentos agropecuários da área de atuação do Pólo	65
GRÁFICO 5. Número de cisternas de placas construídas na área de atuação do Pólo (2000-2009)	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ASA - Articulação do Semi-Árido
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projeto em Agricultura Alternativa
CEB's - Comunidades Eclesiais de Bases
CENTRAC – Centro de Ação Cultural
CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores
CIRAD - Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica para o desenvolvimento
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa
COB - Confederação Operária Brasileira
CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DNRT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
DRP - Diagnóstico Rápido e Participativo
DTR - Departamento dos Trabalhadores Rurais
ECOBORBOREMA - Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento
ENTOES - Encontro Nacional dos Trabalhadores
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FAO - Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil
FTLPB - Federação dos Trabalhadores da lavoura na Paraíba
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICCO - International Cocoa Organization
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P1+2 - Programa uma Terra e Duas Águas
PIMC - Programa Um Milhão de Cisternas
PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIDSIN - Projeto Integrado de Desenvolvimento do Sindicalismo
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
POAB - Pólo Sindical da Borborema
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROTERRA -
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAR - Serviço de Assistência Rural
SORAL - Serviço de Orientação Rural de Alagoas
SORPE - Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUPRA - Superintendência da Política Agrária
UFMG - Universidade Federal de Campina Grande
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma o Pólo Sindical da Borborema manifesta na atualidade uma nova prática de ação sindical. Para tanto, buscamos compreender como as suas práticas e interações possibilitam inovações no campo sindical, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um novo projeto de desenvolvimento sustentável pautado na agroecologia. Para entender a realidade do Pólo, foram utilizados vários instrumentos metodológicos de caráter qualitativo, dos quais destacamos a realização de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores do Pólo, com os presidentes dos sindicatos, com os parceiros e com os agricultores familiares. O pólo começou a elaborar práticas que indicam a construção e consolidação de novas práticas de ação sindical na sua área de atuação. A história do sindicalismo rural brasileiro, e de forma particular o sindicalismo rural da Paraíba foi extremamente importante para a elaboração deste trabalho, como também a inserção do debate sindical em torno da agricultura familiar, dentre os quais destacamos as ações promovidas pelo Pólo Sindical da Borborema. Nesta perspectiva, através de uma leitura teórico-prática da estrutura sindical e das estratégias montadas pelo Pólo, foi possível analisar os seus avanços no campo sindical, proporcionando entendê-las como uma nova prática de ação sindical.

Palavras – chave: Ação Sindical; Sindicalismo Rural; Agricultura Familiar; Agroecologia

RÉSUMÉ

L'objectif de ce travail est analyser que forme le *Pôle Syndical de la Borborema* manifeste dans l'actualité un nouveau modèle d'action syndicale. Pour tant, nous cherchons comprendre que leurs pratiques et des interactions rendent possible des innovations dans le champ syndical, en promouvant la consolidation de l'agriculture familial et la construction d'un nouveau projet de développement soutenable réglé dans l'agro écologie. Pour comprendre la réalité du Pôle, ont été utilisés plusieurs instruments méthodologiques de caractère qualitatif, duquel nous détachons la réalisation d'entrevues demi-structurés avec les coordinateurs du Pôle, avec les présidents des syndicats, avec les partenaires et avec les agriculteurs familiaux. Le pôle a commencé à élaborer pratiques que indiquent la construction et la consolidation d'un nouveau modèle d'action syndicale dans son secteur de opération. L'histoire du syndicalisme rural brésilien, et de la forme particulier le syndicalisme rural de la Paraíba sera extrêmement important pour l'élaboration de ce travail, comme aussi l'insertion du débat syndical autour de l'agriculture familial, parmi laquelle nous détachons les actions promouvez par le *Pôle Syndical de la Borborema*. Dans cette perspective, à travers une lecture théorique-pratique de la structure syndicale et des stratégies montées par le Pôle, ce a été possible d'analyser leurs avances dans le champ syndical, en permettent les comprendre comme un nouveau modèle d'action syndicale.

Mots clé : Action Syndicale; Syndicalisme rural; Agriculture Familial ; Agro écologie.

INTRODUÇÃO

Os trabalhadores rurais em suas diversas categorias estão organizados hoje no Brasil em sindicatos de trabalhadores rurais, e estão reunidos em federações estaduais (FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e uma confederação que é a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas) no plano federal. A presente pesquisa teve como objetivo analisar o Pólo Sindical da Borborema, entidade que representa um número expressivo de sindicatos de trabalhadores rurais, associações e outros organismos, principalmente no que diz respeito à forma como esta organização representa a possibilidade de uma nova prática de ação sindical. Para tanto se faz necessário analisar como essa entidade vem se comportando e como as suas práticas possibilitam inovações que visam o fortalecimento da agricultura familiar pautado na agroecologia.

O Pólo Sindical da Borborema é uma organização de mais de uma década de formação e tem como meta a união de sindicatos de trabalhadores rurais localizados na região da Borborema.

O Pólo congrega hoje 14 sindicatos de trabalhadores rurais dos seguintes municípios: Arara, Areial, Alagoa Nova, Casserengue, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Queimadas, Remígio, Solânea, e Serra Redonda. Além disso, abriga uma associação regional de agricultores ecológicos¹, mais ou menos 150 associações comunitárias e vários tipos de grupos informais. Está situado no Agreste da Paraíba, região com marcada presença da agricultura familiar.

O debate promovido pelo Pólo em torno da agricultura familiar tem propiciado um espaço importante para a construção de um projeto de “desenvolvimento territorial sustentável”, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento local². Nas reuniões promovidas pelo Pólo, destacam-se os encaminhamentos de proposições de ações com o objetivo de garantir a representatividade dos agricultores familiares através dos sindicatos de trabalhadores rurais, como também a proposição de políticas públicas e a implementação de

¹ Ecoborborema (Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema)

² Estes conceitos são utilizados pelos sindicalistas e técnicos e, nesta medida, estão reproduzidos aqui. Ao longo do texto será apresentada e discutida a compreensão que sindicalistas e técnicos têm destas noções.

estratégias de reprodução da agricultura familiar. É válido lembrar que todo este processo é conduzido de forma coletiva e com o apoio de Organizações Não-Governamentais e organismo das esferas governamentais.

Nossa pesquisa procurar responder as seguintes questões: o Pólo Sindical da Borborema, como entidade sindical representa a possibilidade de uma nova forma de ação sindical?

Frente à essas perguntas se faz necessário entender de que maneira a estrutura e as práticas do Pólo têm expressado esta nova prática de fazer sindicalismo na região de sua atuação, como também evidenciar como esta entidade viabiliza o fortalecimento da agricultura familiar e de suas formas organizativas.

O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O que possibilita entender de forma mais clara a pesquisa são os procedimentos metodológicos, ou seja, os instrumentos que viabilizam o entendimento de seu objeto de pesquisa. Estes mecanismos irão, através de um processo dialético, possibilitar o entendimento da realidade. Caberá assim à metodologia a construção do recorte dessa realidade, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa.

De forma articulada utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos: do início ao final da pesquisa utilizamos continuamente o levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas e observação participativa em reuniões e eventos. Inicialmente fizemos o levantamento e leitura da bibliografia sobre o sindicalismo rural no Brasil e na Paraíba. Estas leituras foram de fundamental importância para o entendimento do objeto estudado.

Outro método extremamente importante foi a pesquisa documental, com destaque para os documentos produzidos pelo Pólo e seus parceiros, que possibilitaram visualizar a estrutura do Pólo e as suas práticas, explicitando de forma clara seu objetivo de reprodução da agricultura familiar agroecológica, de suas formas organizativas e processos de intervenção na participação, proposição e execução de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da sua região de atuação. A seleção deste material junto à pesquisa documental nós possibilitou produzir interpretações da prática e da organização, ou seja, uma sociologia da prática sindical

No percurso do trabalho de campo foram realizadas entrevistas com os coordenadores do Pólo, membros dos sindicatos dos trabalhadores rurais (presidente e membros das diretorias), agricultores familiares, parceiros entre outros (ver anexo).

As entrevistas, tratadas como conversas informais nos possibilitaram traçar a trajetória e as transformações no que tange a qualificação dos atores no processo de formação do Pólo Sindical da Borborema como *lócus* de execução de um novo estilo de sindicalismo. Foi possível entrevistar vários coordenadores do Pólo, parceiros (técnicos da AS-PTA) e agricultores familiares que estão inseridos nesse processo. Adotamos como metodologia do trabalho de campo as entrevistas semi-estruturadas, tendo em vista que este mecanismo possibilita a ampliação na coleta das informações, uma vez que permite uma melhor desenvoltura na exposição de experiências e expectativas por parte dos entrevistados.

O roteiro de entrevista apresenta-se como um mecanismo importante para que não se perca o objetivo da entrevista, permitindo também uma maleabilidade para se aprofundar em temas que viabilizem uma descrição com maior detalhe e qualidade. Este método possibilita ao entrevistador (mesmo que ele tenha um roteiro de entrevista predefinido) adicionar no momento da entrevista questões que lhe permita uma melhor compreensão do objeto estudado. Montamos três grupos que foram entrevistados: a) coordenadores do pólo; b) parceiros e c) agricultores familiares. É importante destacar que em vários casos o coordenador é parceiro e também agricultor familiar.

Estas entrevistas possibilitaram entender e compreender a trajetória de como foi realizado o processo de formação e consolidação do Pólo como um local de debate e viabilização de ações com o intuito de fortalecer a agricultura familiar agroecológica na região da Borborema.

Também participamos de reuniões realizadas pelas comissões temáticas. Estas reuniões aconteciam na sua grande maioria na primeira semana de cada mês. A coordenação destas comissões é composta por técnicos³, agricultores familiares, membros dos sindicatos dos trabalhadores rurais entre outros agentes. O objetivo destas reuniões é detectar o que (in)viabilizou as demandas anteriores e programar as ações futuras, entre as ações poderíamos destacar as visitas de intercâmbios, a distribuição de mudas, os fundos rotativos solidários, o processo de execução do PIMC, entre outros.

As análises das informações proporcionaram um diálogo constante com os objetivos de nosso trabalho, como também das possíveis re-significações. A análise dos dados levantados no trabalho de campo (documentos e entrevistas) teve um caráter qualitativo.

Diante deste movimento teórico, colocamos como hipótese central a idéia de que o Pólo Sindical Borborema representa uma nova forma de fazer sindicalismo. Permitindo também perceber as possibilidades e limites deste novo organismo, ou seja, a formatação de novas práticas e de um novo *habitus* sindical tendo como base a agricultura familiar pautada na agroecologia.

No **primeiro capítulo** iremos nos debruçar sobre o tema do sindicalismo rural no Brasil e na Paraíba. O objetivo deste capítulo é mostrar um pouco das conjunturas sociais e políticas que influenciaram o sindicalismo rural antes da formatação do Pólo. Inicialmente iremos dedicar algumas páginas a conjuntura nacional a qual estava inserida o sindicalismo

³ Destacamos aqui a presença dos técnicos da AS-PTA e do Pólo como membros mais frequentes nestas comissões.

rural. Em seguida iremos nos dedicar ao sindicalismo rural na Paraíba, mostrando alguns momentos históricos deste movimento, chegando até a década de 90.

No **segundo capítulo** iremos abordar o tema do sindicalismo rural e a sua relação com a agricultura familiar. O objetivo deste capítulo é mostrar um novo debate que será inserido no seio do sindicalismo rural. Debate este que ganhará força e destaque na década de 90.

Por fim, no **terceiro capítulo**, iremos nos dedicar a análise do sindicalismo implementado pelo Pólo Sindical da Borborema, ou seja, queremos descrever a trajetória deste organismo, e como ele vem se posicionando frente à demanda dos agricultores familiares da região da Borborema. Principalmente no que diz respeito à construção e execução de uma nova prática de ação sindical

CAPÍTULO I

SINDICALISMO RURAL NA PARAÍBA: NO RASTRO DOS ANTECEDENTES DO PÓLO

Antes de nos determos sobre o sindicalismo rural na Paraíba, iremos dedicar algumas páginas à trajetória do sindicalismo rural brasileiro. O objetivo é mostrar como esse processo esteve presente na formação e consolidação do sindicalismo rural paraibano, e como esse processo influenciou o pólo.

1.1. Introdução

No Brasil a regulamentação do direito de associação sindical dos trabalhadores rurais foi bastante tardia, se comparada com qualquer outro país. Ainda que algumas tentativas legais de regulamentação tenham ocorrido no início do século passado, como o Decreto lei nº. 979, do ano de 1903, depois complementado por outro decreto, datado de 1907. Estas leis determinavam a junção de patrões e empregados, através do termo genérico “profissionais rurais da agricultura”, em uma mesma entidade. Incluía-se nesta categoria, o proprietário, o criador de gado e quaisquer pessoas empregadas em serviços dos estabelecimentos rurais, bem como pessoas jurídicas que tinham como finalidade a exploração da agricultura ou outra atividade rural. Esta situação perdurou por toda a metade do século XX, e mesmo em 1943, quando se aprovou a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), os trabalhadores rurais ficaram de fora, tanto no que diz respeito a seus direitos trabalhistas como sindicais.

Após o fim da ditadura do Estado Novo (1945), ocorreu uma progressiva mobilização no campo. Em meados dos anos 50, período conhecido como pré-sindical, e até as vésperas do golpe militar de 64, houve uma mobilização e organização de trabalhadores rurais, que tomou a forma de associações civis, uma vez que a sindicalização rural não estava legalizada. Neste período, surgiram as *Ligas Camponesas*, que ocuparam um papel histórico por sua

grande capacidade de mobilização dos camponeses⁴ na Zona da Mata e no Agreste da região Nordeste, mas também pela importância nacional e internacional alcançada por este movimento.

Criadas sem vínculo ou dependência do aparelho do Estado a partir de um movimento dos moradores dos *engenhos*, com o apoio de várias correntes de esquerda que atuavam no meio rural, o movimento cresceu rapidamente e ocupou a cena política nacional. A posse da terra, a reforma agrária e a legislação trabalhista para o campo e o direito a representação sindical, formavam o leque de reivindicações que norteava as lutas travadas naquele período, permitindo ao mesmo tempo a construção de uma identidade social capaz de unificar a massa, até então dispersa e inoperante do ponto de vista político.

A organização dos trabalhadores rurais não foi apenas uma atividade dos militantes de esquerda como o advogado Francisco Julião⁵. O controle dessa massa será disputado pela igreja que com os seus padres e bispos passaram a organizar os trabalhadores rurais em sindicatos.

À medida que aumentava a presença das massas rurais envolvidas nesse processo contestatório, conseqüentemente aumentava a pressão e o monitoramento feito pelo governo. É nesse contexto, e com o objetivo de enfraquecer e dominar esse movimento, que o Estado inicia a execução de uma legislação trabalhista para o campo, assim como o direito de representação sindical. Essa concessão foi estrategicamente articulada pelo Estado, na medida em que a legalização dos sindicatos (sobre o crivo do governo) vinha enfraquecer e desmobilizar as Ligas Camponesas, atribuindo a esta uma idéia de ilegalidade. A idéia central era relacionar as ligas camponesas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até então tinha o seu registro político cassado e vivia na clandestinidade e a margem da lei. Assim, antes do golpe de 1964, o Estado elaborou um plano bem sucedido de enfraquecimento e conseqüente aniquilamento das Ligas camponesas, que foi a abertura do processo de sindicalização rural.

⁴ Os filiados das Ligas Camponesas eram simultaneamente agricultores familiares e trabalhadores assalariados que tinham vínculo com as grandes e médias propriedades rurais na condição de *moradores*. Em geral, tinha o direito ao *sítio*, uma área de terra para o cultivo próprio, em geral de produtos de subsistência.

⁵ Filho de senhor de engenho, Francisco Julião foi o advogado e fundador da “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, depois denominada de Liga da Galiléia.

1.2. Das Ligas Camponesas aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais

A difícil situação em que se encontravam os trabalhadores rurais no Nordeste, fez com que a massa camponesa se organizasse com o objetivo de solucionar os problemas vivenciados por eles. Somaram-se a esta luta estudiosos dos problemas sociais, políticos, o clero e o próprio povo. Alimentados pelo sentimento de indignação e injustiça social, que acometia uma significativa parcela de homens, mulheres e crianças do meio rural, este segmento e os seus militantes iniciaram um processo de organização dessa classe trabalhadora. Um exemplo deste processo aconteceu no engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão a 50 km da cidade de Recife. Pressionados e expulsos das terras pelos proprietários, os foreiros acionaram a justiça, contudo o processo era demorado e caro. Em virtude disso poucos resistiam até o fim. Diante disto, os arrendatários iniciaram o processo de organização neste engenho, sob a direção do próprio feitor “Zezé da Galiléia”. Este movimento criou a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”. (ANDRADE, 1980; ROSA, 2007).

A organização desta sociedade provocou a reação do filho do proprietário, que viu neste movimento um perigo para o seu patrimônio. Foi neste momento que ele optou pelo despejo destes moradores. Esta ação provocou uma reação por partes dos moradores, que foi a de permanecer nas terras. Depois da decisão tomada pelos moradores, o filho do proprietário entrou com uma ação de despejo na comarca da cidade. Procurando um advogado que os defendessem, os moradores acabaram por conhecer e acionar o advogado Francisco Julião que tinha sido empossado deputado estadual pelo Partido Socialista. Na oportunidade o Advogado Francisco Julião assumiu a causa de graça. A partir do momento em que ele começou a defender os moradores do Engenho Galiléia, ele percebeu que o que acontecia no engenho Galiléia também estava acontecendo em várias partes do Estado. Na verdade o que estava acontecendo não era mais um problema jurídico, mas sim um grande problema social. Neste momento nascia uma demanda jurídica e social. (ANDRADE, 1980)

Além de trabalhar na causa como advogado, Julião passou a trabalhar pela causa como deputado. Depois de constituído advogado ele passou a usar a tribuna sistematicamente em favor do trabalhador rural. Denunciou e combateu da tribuna o “cambão” e o “foro”. Neste

momento a sua idéia era despertar o pequeno trabalhador para a sua realidade. Para dar um caráter legal a sua empreitada, em 1955 ele legalizou a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que ficou conhecida no Brasil e no mundo por “ligas camponesas”. Este embate culminou com a aprovação de um projeto de lei que desapropriou o engenho Galiléia, o qual foi aprovado e sancionado pelo governador pernambucano. (ANDRADE, 1980; pp. 253-254).

A partir de 1959 as Ligas Camponesas se expandiram rapidamente em outros Estados, entre eles o Estado da Paraíba, Estado do Rio de Janeiro (Campos) e Paraná, aumentando o impacto político do movimento. Dentre esses núcleos, o mais importante foi o de Sapé na Paraíba⁶. A expansão da Liga de Sapé⁷ se acelerou a partir de 1962 quando foi assassinado seu principal líder, João Pedro Teixeira.

Na década de 60, as Ligas constituíram comitês em mais de dez estados brasileiros. Criou-se também o jornal “A Liga”, tornando-se o porta-voz do movimento, que inicialmente pretendia difundir nacionalmente as suas idéias. Diante disso, o que aconteceu foi que, na medida em que a reivindicação dos camponeses por terra, advogada pelas ligas ganhava corpo, as pretensões políticas da cúpula se esvaziavam frente a um movimento sindical crescente, organizado pela Igreja e pelo Estado (NOVAES, 1997).

Desta forma, as Ligas camponesas nascem dessa combinação de fatores: de um lado, os fatores econômicos e sociais expressos nas relações humilhantes de trabalho, e na precária condição de vida; do outro lado, encontravam-se os fatores políticos que possibilitaram criar espaços para que os trabalhadores pudessem se organizar e superar a exclusão política que eles vinham sofrendo já há bastante tempo; os fatores institucionais, a possibilidade de uma legislação que atendesse às necessidades fundamentais e que superasse o período dos conflitos sociais (ANDRADE, 1980; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Apesar da classe dominante à época ter caracterizado as Ligas Camponesas como algo avesso à legalidade, como algo “clandestino”, os seus agentes preocupavam-se em se manter dentro das normas legais com o objetivo de se constituir e se firmar como associação civil

⁶ A liga de Sapé chegou a contar com mais de sete mil associados

⁷ Implantada em 1958 como Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a ULTAB. No Primeiro congresso de Trabalhadores da Paraíba em maio de 1958, ela foi denominada pela imprensa como Liga Camponesa de Sapé. A liga como ficou conhecida, caracterizou-se pelos fortes posicionamentos tomados em contraposição aos usineiros que fazia parte do grupo da várzea (este grupo era constituído de grande proprietários no espaço geográfico que ia do litoral ao sertão do Estado). Esse forte posicionamento levou a morte não só o João Pedro Teixeira, como também outros tantos trabalhadores e lideranças rurais. Com a Morte de João Pedro Teixeira as Ligas camponesas ganham o noticiário nacional e internacional. Desta forma as Ligas se apresentavam como a primeira tentativa de utilização sistemática das leis existentes, de forma particular o Código Civil, com o objetivo de defender, nos tribunais os antigos moradores dos engenhos abandonados por seus proprietários, e para DAE, uma existência jurídica à associação de moradores (GARCIA JR, 2007: p.14)

com o intuito de orientar sua ação dentro das possibilidades jurídicas, respaldada pelo Código Civil, ou seja, viabilizar o que contemplava o interesse das categorias de trabalhadores rurais. Era a mobilização dos camponeses o principal instrumento de pressão social. (BARBOSA, 1985; NOBRE, 1990; COSTA, 1996; NOVAES, 1997).

A efervescência deste movimento eclodiu no ano de 1961 com a realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte. Neste momento, em que se intensificavam os movimentos de massa, às vésperas de um golpe militar, as ligas e os sindicatos apresentavam-se como as principais vertentes do movimento agrário brasileiro. Além delas, surgiu também o MASTER (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) no Rio Grande Sul, ligado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) que tinha como principal expoente Leonel Brizola.

Após a realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, e com o crescimento e a radicalização do movimento camponês, que tinha como expressão maior as Ligas Camponesas, o então presidente João Goulart deu início ao processo de legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais que já existiam e a constituição de sindicatos onde não existiam. Esse processo tinha como objetivo o enfraquecimento das ligas camponesas, diminuindo assim o seu avanço. Esse processo envolveu os sindicatos em uma estrutura orgânica atrelada ao ministério do trabalho.

A ULTAB, central organizada e controlada pelos militantes comunistas também tentaram criar sindicatos optando pela tática do não confronto e pela conquista parcial para o trabalhador rural. Neste momento, os sindicatos ainda não tinham nenhuma penetração na massa dos trabalhadores rurais, ou seja, ainda estava em seu processo organizativo (em alguns lugares com o apoio das ligas camponesas), inclusive com a luta pelo reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho. Esse posicionamento dos sindicatos, diferentemente do adotado pelas ligas, ocorre em virtude da forma como o PCB via e atuava na questão sindical, que tinha como meta transpor as normas de atuação do meio urbano para o meio rural.

No ano de 1961, a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) por meio da declaração sobre “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”, chamou todo o clero a disseminar a experiência da sindicalização rural, que foi iniciada no Nordeste e repassada para todo o Brasil. Após essa iniciativa, no ano de 1961, a igreja criou o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), em 1962 criou-se a SORAL (Serviço de Orientação Rural de Alagoas) e ainda nesse mesmo movimento criou-se a Equipe de Sindicalização da Secretária de Planejamento da Arquidiocese do Piauí (1961); e a Equipe de Sindicalização Rural do Estado da Paraíba no ano de 1962. (NOBRE; 1990: p.26).

No ano de 1962, o então Ministro André Franco Montoro, assinou a Portaria nº 209 A, relativa à organização e reconhecimento das entidades rurais. Ainda no mesmo ano foi criada a SUPRA (Superintendência da Política Agrária), que tinha como meta a promoção e a organização de associações e sindicatos de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas. Foram, ainda, neste mesmo ano, baixadas duas portarias: as de nº. 335 referente à organização e reconhecimento de entidades sindicais rurais e a nº. 336 versando sobre as eleições para os cargos de administração e representação dos sindicatos rurais.

Por fim, no ano de 1963, com a lei 4.214, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que tinha como objetivo a regulamentação da sindicalização rural e as relações de trabalho no campo.

Após os decretos e as portarias, no ano de 1963 surge a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, oriunda de um convênio entre o Ministério do Trabalho e a SUPRA. Dois horizontes norteavam o trabalho da comissão: **1º)** Fundação de sindicatos e realização de plano integrado em áreas específicas, esta primeira traduzia-se na meta de estimular a fundação de 1.700 sindicatos no período de um ano; e o **2º)** tinha como meta a realização de um levantamento das relações de trabalho, identificação profissional, educação e aperfeiçoamento sindical e outros investimentos sociais que atendessem as reivindicações das populações camponesas, no que diz respeito ao direito civil e ao direito do trabalho.

Desta forma fica claro o empenho e determinação do Estado no sentido de desestabilizar as Ligas, quando oficializa não só os sindicatos, mas também as associações de pequenos produtores, que até então era a base social das Ligas (COSTA, 1996).

Diante do apoio oficial aos sindicatos, os líderes das Ligas Camponesas iniciaram um trabalho com o intuito de viabilizar, através das eleições nos sindicatos, ou seja, na disputa através do voto, a direção dos sindicatos. Veja o que disse Francisco Julião:

... Nós dizemos e redizemos: quem faz parte da liga entre no sindicato e quem entrar no sindicato permaneça na liga... O sindicato pedirá aumento de salários, 13º mês, as férias, a aposentadoria, as indenizações, a escola, o hospital, as maternidades, uma casa decente... A liga que não depende do ministério do trabalho, irá à frente abrindo caminho e lembrando a todos que nem salário, nem o 13º mês são suficientes; são migalhas. O essencial é a terra. (NOBRE; 1990:31)

O rompimento do embate sobre a organização das massas de trabalhadores rurais iniciou-se com a exclusão das Ligas das articulações e se completa com a negação, por parte do Estado, das outras associações livres, não oficiais, e na eleição dos Sindicatos de

Trabalhadores Rurais (STR) reconhecido e estruturado pelo Ministério do Trabalho como único representante dos trabalhadores rurais, o que também se consolidou nos Estados com as Federações (FETAG) e em nível nacional com a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura). Isto tudo respaldado pelo ETR (Estatuto do Trabalhador Rural). É importante também destacar que esse processo foi interrompido pelo golpe militar de 31 de março de 1964 que entre outras coisas tornou sem efeito a maioria das leis aprovadas antes do golpe.

1.3. A CONTAG e a legalização dos sindicatos de trabalhadores rurais

As formas mais expressivas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros antes do golpe militar de 1964 são caracterizadas pela atuação das Ligas Camponesas (no Nordeste), pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB) nas regiões Centro-Oeste, sudeste e também no Nordeste, pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul entre outras iniciativas mais pontuais.

É nesse contexto de movimentação política no campo que emerge a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no ano de 1963, com o objetivo de aglutinar a diversidade de força até o momento dispersa no campo. O movimento será extremamente importante e articulado no momento em que antecede o golpe militar. Foi neste momento, que se desenvolveram as primeiras experiências mais abrangentes de organização dos trabalhadores no campo e em que, por meio de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articulam com demandas amplas que colocavam em xeque determinadas formas de exercício de poder, dentre as quais o latifúndio era o maior símbolo.

Este movimento foi produto de uma conjuntura particular, ligada ao desenvolvimento, ao populismo e ao crescimento do movimento operário. Os frutos deste movimento que termina com o golpe militar foram enormes. Nele se desenvolveu as experiências mais amplas da organização dos trabalhadores no campo. (MEDEIROS, 1989)

Na oportunidade, foram a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR) e o Ministério do Trabalho que viabilizaram a realização da assembléia de fundação da CONTAG, reunida no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Na época, as 23 Federações de 19 Estados representavam, conforme o documento “Dados sobre a sindicalização”, 800 sindicatos e aproximadamente um milhão de associados. (COSTA, 1996, p.117).

O reconhecimento da CONTAG acontece no início do ano de 1964, apresentando-se como representante dos trabalhadores rurais assalariados, trabalhadores sem terra e lavradores (agricultores familiares), os quais em vários momentos estavam organizados em diversos sindicatos e associações dentro do mesmo município.

Com a legislação sindical do período pós golpe de 64, cresce o número de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com o intuito unificar e definir a base de organização dos trabalhadores no meio rural e, dessa forma, verticalizando o que será reconhecido como Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Diante deste movimento, a CONTAG, se apresentou como o ponto alto deste movimento. (COSTA, 1996; RODRIGUES, 2004).

Ricci irá descrever que o modelo sindical desta época apoiava-se, basicamente, em quatro princípios: “1) vinculação às agências estatais; 2) centralização e verticalização organizativa; 3) promoção do assistencialismo; 4) unicidade sindical, na medida em que organizava todos os camponeses pobre numa única comunidade municipal”. (1994, p. 63)

No III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais realizado no ano de 1979, a CONTAG deixou bem clara esta bandeira. Veja o que Medeiros relatou deste evento:

A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas. (MEDEIROS, 1989)

Apesar deste posicionamento, a CONTAG, trabalhava na perspectiva de garantir melhores condições para os trabalhadores rurais assalariados, organizando para este fim campanhas salariais que se espalharam pelas diversas regiões do país. De qualquer forma, foi no final da década de 70 e início dos anos 80, que a CONTAG (após o III Congresso) se posicionou frente a novas lutas, ou seja, a CONTAG tenta sair do processo reivindicativo que até então estava inserida e busca um constante movimento de mobilização e luta por mudanças significativas no campo.

A CONTAG, durante o regime militar, e com a constante pressão exercida pelo governo, transformou-se em um movimento sindical legalista e conservador, apesar de propor uma discussão em torno da busca de mudanças estruturais na sociedade brasileira. As iniciativas da CONTAG passaram a ser moldadas pelos limites da lei, imposta pelo governo ditatorial. Neste momento, Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, irá representar o que alguns autores denominaram de “Sindicato de Estado” (BOITO JUNIOR, 1991)

A prática implementada pela CONTAG montou um verdadeiro aparelho burocrático-sindical, pautado em uma verticalização poderosa, constituindo uma assessoria especializada e estabelecendo um elo entre os sindicatos, as Federações e as Confederações. Para Tarso (1989; p. 64-65):

O fortalecimento da Contag resultou na consolidação de uma concepção corporativista, cuja unidade sindical é representada pela coesão do próprio movimento social rural em torno dos seus objetivos políticos, onde o sindicato aparece como a única entidade que representa o conjunto do movimento. Desse modo, a confederação significou um entrave para a recuperação das formas independentes de organização e de luta, que marcam a história da resistência dos trabalhadores do campo.

É preciso ainda dimensionar o grande empenho em deixar o movimento sindical debaixo da tutela do Estado. Todo esse processo foi gestado dentro de uma legislação sindical corporativista e de origem fascista. Um exemplo deste processo ficou claro, quando observamos a luta pelo direito da terra (representada pela bandeira da reforma agrária), que ficou atrelada a um instrumento legal que tinha como objetivo a empresarialização do campo; a demanda pela previdência foi atendida de forma precária além de favorecer a transformação do movimento sindical em um movimento assistencialista. (NOVAES, 1989)

Sendo assim, a CONTAG representou um modelo sindical corporativista, mantendo uma direção estatal sobre a organização dos trabalhadores através da unicidade sindical e contribuição sindical.

Na década de 80, com a constituição de outras forças no sindicalismo brasileiro (destacamos aqui as mobilizações ocorridas no ABC paulista no final da década de 70) como também, das oposições sindicais, e crescimento dos movimentos sociais e organizações não sindicais no meio rural, começaram a serem discutidas e efetivadas novas formas de organização dos trabalhadores rurais no país, questionando a postura verticalizante da CONTAG. Neste processo destacamos o papel desempenhado pela CUT.

1.4. CUT: uma nova proposta para o sindicalismo rural

A passagem da década de 70 para os anos 80 foi marcada por uma grande crise na agricultura e pelo acirramento do conflito no setor agrário brasileiro. Neste momento, são sentidas as conseqüências da modernização da agricultura, notadamente conhecida como “modernização dolorosa”⁸. Emergindo várias manifestações que evidenciaram um processo amplo e complexo de luta dos diversos segmentos de trabalhadores rurais.

Estes movimentos, nem sempre de caráter sindical, organizavam-se e eram organizados pelas igrejas, principalmente a igreja católica com o seu trabalho de organização através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e pastorais embasadas na teologia da libertação (ação católica rural). Esse trabalho exerceu um papel determinante na formação de lideranças e no processo de conscientização da massa, o que levou à organização de grandes movimentos de resistência e à construção de diferentes organizações no campo. Estes movimentos sofreram ainda, influências das mobilizações mais voltadas para concretização da reforma agrária, emergindo neste momento com forte expressão a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. (COLETTI, 2005).

A partir destas frentes organizativas emergiram movimentos mais bem orientados, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); associações; cooperativas, entre outros tantos movimentos. Neste momento, os trabalhadores rurais representam um universo mais complexo do que o incorporado pela CONTAG.

O fortalecimento destes movimentos promoveu a reestruturação da organização dos trabalhadores rurais, que se posicionaram de forma antagônica ao movimento liderado pela CONTAG. Diante deste embate ideológico, a CONTAG não participou da fundação da CUT, declarando não concordar com a participação das oposições sindicais, procurando não legitimar a nova central.

Apesar da ausência da CONTAG na fundação da CUT, isso não significou a ausência dos trabalhadores rurais (incluindo aqui os agricultores familiares). Eles foram representados

⁸ Foi como ficou denominado o período de modernização agricultura, através dos pacotes tecnológicos, e que tinha como meta a utilização de insumos químicos, sementes melhoradas e pela consolidação da mecanização agrícola.

pelos delegados vindos dos sindicatos conquistados pelas oposições sindicais. Na oportunidade eles representavam 32% dos delegados inscritos no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONCLAT) realizado em 1983. A partir deste congresso se instalou no sindicalismo rural brasileiro um conflito organizativo entre os “autênticos” e os “pelegos”, que durou até a década de 90. Por fim, o congresso ainda efetivou algumas lideranças rurais na composição da primeira direção executiva da CUT (dos 15 membros 4 eram rurais). (MEDEIROS, 1989; COLETTI, 2005).

Em 1986, os rurais da CUT são organizados em uma secretaria (Secretaria dos Trabalhadores Rurais). Neste momento, segundo Rodrigues (2004), foram levantadas questões do tipo: caberia “à CUT lutar por preços mínimos, organizar a comercialização ou propor uma política agrícola? Qual a diferença entre pequenos proprietários rurais e os pequenos empresários urbanos, como o feirante, o dono de botequim, da oficina, etc.? Seria correto a CUT abranger em sua estrutura o sindicato destes pequenos empresários? Acredito que não, porque neste caso a própria CUT seria obrigada a abrir mão do seu caráter classista.” (TARSO, 1989)

Respondendo a esse debate, os chamados rurais da CUT construíram e consolidaram o seu espaço dentro da Central, principalmente com a criação do Departamento Rural da CUT, que, em 1989, durante o III CONCUR foi transformado em Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), que passou a ter certa autonomia política, financeira e administrativa.

No que tange à organização sindical, no final da década de 80, emergia um forte debate sobre qual seria a melhor forma de organizar os agricultores. Neste momento destacam-se três propostas: a) fortalecimento da idéia de um sindicato único; b) montagem de sindicatos distintos entre assalariados rurais e pequenos produtores; c) sindicatos de assalariados rurais e por ramo de atividade (ex: avicultores, caprino cultores, etc.).

Na década de 90, depois do primeiro Congresso do DNTR (Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais), a CUT produziu um documento onde se posicionava contrário à antiga estrutura sindical corporativista, defendendo uma estrutura pautada em departamentos expressando assim a organização dos trabalhadores rurais.

Preocupado em fortalecer as lutas dos trabalhadores rurais e suas dinâmicas de organização, o DNTR propôs a formatação dos DERT's (Departamento dos Trabalhadores Rurais) com o objetivo de ser uma estrutura paralela ao sindicalismo desenvolvido pela CONTAG, dando ênfase assim ao processo organizativo das oposições sindicais e na busca de filiar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) à CUT. Na oportunidade, os DETR's

ganharam condições estruturais (sede e funcionários) buscando construir uma proposta sindical diferenciada das propostas até o momento defendidas pela CONTAG. (RODRIGUES, 2004, p.43).

Neste momento, a estrutura oficial (representada pela CONTAG) foi alvo das ações dos rurais da CUT, buscando assim a direção política destas mesmas estruturas ditas ultrapassadas (NOVAES, 1997). Esta estrutura e a conjuntura sócio-política por que passava o país provocaram no sindicalismo rural uma forte crise. Esta crise foi dimensionada por alguns fatores: As mudanças ocorridas no campo em decorrência do processo de desenvolvimento do capitalismo provocaram um forte impacto no movimento sindical; A emergência de novos movimentos sociais, em áreas de conflitos e negociação que não vinham sendo atendidas pelo sindicalismo, estabeleceu uma crise de mediação do movimento sindical rural; As novas propostas de organização sindical, com a defesa da liberdade e autonomia sindical, questionaram o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), e a criação do DNTR. (COLETTI, 2005, p.45)

Apesar de se ter detectado estes problemas, será apenas na metade da década de 90 que a tentativa de superação da crise no sindicalismo rural (tanto em sua forma como em conteúdo) irá se manifestar a partir da combinação de dois fatores: 1) incremento das formulações sobre o desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar e, 2) pela unificação do sindicalismo possibilitada pela filiação da CONTAG à CUT em 1995.

Por fim, é importante destacar que esse processo reverberou no sindicalismo rural da Paraíba. Nas páginas seguintes iremos nos debruçar sobre esse processo.

1.5. O Sindicalismo Rural na Paraíba.

O sindicalismo rural na Paraíba tem na sua gênese uma forte influência da igreja católica⁹. Apesar da força das Ligas Camponesas na Paraíba foi a igreja católica quem ganhou a corrida na organização da massa de trabalhadores rurais, ou seja, foi ela que mais viabilizou e reconheceu a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba.

Segundo Novaes, foi no município de Catolé do Rocha, no ano de 1961, que foi fundado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais da Paraíba. Em seguida no ano de 1962, é fundado o sindicato de trabalhadores rurais de Areia, que vai ser noticiado pela imprensa

⁹ A atuação da igreja no campo tem sua origem na década de 60 através da participação de Bispos e padres. Nessa época o avanço das Ligas Camponesas causava medo em vários setores da sociedade. Este avanço fez com que a igreja organizasse um trabalho de forma sistemática entre os agricultores, através da criação dos sindicatos.

como sendo o primeiro sindicato de trabalhadores rurais da Paraíba. Não obstante ao marco temporal queremos aqui destacar que ambos os acasos (brejo ou sertão), tiveram a participação efetiva dos padres e bispos da igreja católica. Neste momento os padres respaldavam a sua atuação social nos documentos¹⁰ eclesiais que circulavam pelo Brasil. No discurso de fundação do sindicato de Areia, o pároco Ruy Vieira destacou os “direitos que assistem aos sindicalizados”, “fortalecimento do homem do campo frente a outras classes sociais”, “reivindicações justas dos abandonados e famintos que não recebem salários justos a sua condição, pelo menos condizentes com a estrutura humana”. Três meses após a sua fundação, o sindicato de Areia já possuía setecentos associados. (NOVAES, 1997, p. 59)

Depois da fundação do Sindicato de Areia, iniciou-se o processo de formação de uma equipe de sindicalização rural com o objetivo de coordenar todo o movimento nas paróquias da Arquidiocese da Paraíba.

Em junho de 1962, já existiam na Paraíba sete sindicatos. No final deste mesmo ano, com a formação da SUPRA (Superintendência de Política Agrária) e com as portarias n.ºs. 335 e 336 o governo iniciou um forte movimento de sindicalização rural, facilitando por sua vez a emissão das cartas sindicais. Uma das demandas da Superintendência de Política Agrária foi à promoção e organização de associações e sindicatos de pequenos trabalhadores agrícolas e agricultores, inclusive cooperativas.

No ano de 1963, setores ligados ao Partido Comunista (ligados a Assis Lemos) e os chamados julianistas (ligados ao advogado Francisco Julião) iniciaram um processo de sindicalização das Ligas Camponesas. Apesar das ações dos dois grupos acima citados, foi a igreja que promoveu um maior número de reconhecimento e fundação de sindicatos na Paraíba.

Pesquisando os arquivos da Fetag – PB, Novaes (1997, p. 64) mostra que foram fundados antes do ano de 1964, 24 sindicatos dos quais apenas dez foram reconhecidos antes do golpe militar. Os primeiros sindicatos reconhecidos (sob a influência da igreja católica) foram: Areia, Serraria, Mari, Solânea, e Alagoa Grande. Foram estes mesmo sindicatos que deram origem à Federação da Lavoura na Paraíba, mais tarde denominada de Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba – FETAG-PB que foi fundada no 16/03/1963 e reconhecida dias depois.

¹⁰ Destacamos o Concílio Vaticano II (1965) e 2º Episcopado Latino Americano.

Quadro 1. Sindicatos de Trabalhadores Rurais fundados no início da década de 60 (1962-1964)

Município	Ano de Fundação	Fundador	Relação com as ligas
A. Grande	1962	Pe. Geraldo com o apoio do proprietário	Havia uma liga no município
Araruna	1962/63	Pe. Joaquim Simões	Não havia liga no município
Solânea	1962	Pe. José Fidelis e congregados da medalha milagrosa (JAC)	Não havia ligas, mais existiam simpatizantes
Arara	1963	Pe. José Fidelis e congregados Marianos	Não havia liga no município
Bananeiras	1963	Pe. José Fidelis	Não havia liga
Areia	1962	Cônego Ruy Vieira com o apoio dos proprietários	Não havia liga
Mari	1962	Pe. Cornélio de Farias	A presença das ligas de Sapé
Pilões	1962	Pe. Albano	Não tinha liga
Pirpirituba	1962	Pe. Assis	Não havia liga
Sapé	1964	Grupo de engenharia do exercito	Presença das ligas

Fonte: (TOSI, 1988).

Após a fundação e o reconhecimento de alguns sindicatos, foram realizados alguns treinamentos com os novos líderes sindicais nos quais se destacava a capacitação destes líderes no que diz respeito às demandas burocráticas e a formação de novos líderes sindicais. No meio deste processo alguns líderes sindicais se destacam e assumiram diretorias em instâncias a nível estadual e até mesmo nacional. (NOVAES, 1997)

É importante destacar que esse processo deve ser entendido tendo em vista a união de elementos objetivos e subjetivos que favoreceram a inclusão dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no seio da sociedade e os colocaram como uma das alternativas imediata de mediação que passaram a estar presentes na vida cotidiana dos trabalhadores no campo. Neste momento, os vários segmentos da sociedade (cidadãos, políticos, intelectuais e etc.) se empenharam para divulgar idéias que objetivassem a ação política. No entanto, na vida social, as pessoas

politicamente mobilizáveis a partir de suas vivências e experiências anteriores. Ou seja, ninguém chega à política apenas operando com a razão e através de categorias apropriadas ao espaço público. Ao se aproximarem da política, os atores sociais levam consigo sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, suas concepções sobre o bem e o mal. (NOVAES, 1997).

De qualquer forma, naquele momento, a reunião de trabalhadores implicava em induzi-los a pensar enquanto categoria que se organiza em sindicato, ou seja, significava apresentar-lhes normas e regras da vida social diferentes daquelas contidas na lei do patrão, ou na “lei da chibata”. Neste sentido o objetivo de alguns padres de esvaziarem as Ligas Camponesas, apresentava um contraponto ao código da dominação tradicional¹¹ na medida em que era inserida a categoria direito no vocabulário dos novos sindicalistas e dos trabalhadores rurais

Como reflexo das ações tomadas pelo o Estado, o processo de sindicalização no Estado da Paraíba como em outros Estados, foi balizado pelo casamento entre o Estado e a igreja, que após o golpe militar de 64 iniciou um processo de anulação do PCB, tornando-se as duas principais forças para a consolidação do sindicalismo rural, e a reboque deste processo viria o esvaziamento das Ligas Camponesas.

Na Paraíba, e de forma diferente do que aconteceu no Rio Grande do Norte quando o serviço de assistência rural da igreja viabilizou praticamente sozinho o processo de sindicalização, a fundação dos primeiros sindicatos e da federação contou com a participação de vários segmentos da igreja católica como a CNBB Nordeste. Destacamos ainda o trabalho desenvolvido pelo Serviço de Assistência Rural, do SORPE, da Arquidiocese de João Pessoa, da Diocese de Campina Grande e das paróquias a exemplo de: Alagoa Grande, Solânea, Serraria, Itabaiana, Mamanguape e outras. Também é destacada a participação da Congregação Mariana, dos Padres Redentoristas, e de forma particular dos Círculos Operários Cristãos. Ou seja, o processo de sindicalização na Paraíba conta com a presença marcante das várias correntes dentro da igreja católica.

Os Círculos Operários Cristãos tinham como meta os seguintes objetivos: a) Instrução e formação profissional, intelectual e moral dos trabalhadores; b) Assistência à saúde do trabalhador e sua família; c) defesa jurídica dos direitos do trabalhador; d) Auxílio econômico por meio de caixas e de cooperativas; e) Promoção das reivindicações justas da classe operária; f) Colaborações com os sindicatos na defesa e melhoria das condições profissionais;

¹¹ Ver: WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 2. UNB, Brasília 2004.

g) Elevação do nível de vida do trabalhador rural; h) Combate ao comunismo; i) Formação dos líderes operários e sindicatos e; j) Publicação de livros, boletins, revistas, jornais e outros informativos. (NOBRE, 1990, p. 35).

Desta forma os Círculos Operários Cristão, foram de extrema importância no processo de sindicalização na Paraíba. Eles estavam espalhados por toda a Paraíba. Estes círculos tinham nos Padres uma espécie de assessor político, de tal forma que a igreja imprimia suas idéias e propostas.

As primeiras iniciativas concretas com relação à implementação do sindicalismo rural aconteceram com a criação da primeira equipe de sindicalização da Paraíba (1962) sob o patrocínio da igreja e com o objetivo de formar líderes para a criação de sindicatos e para o exercício da atividade sindical. Dentre as várias atividades desenvolvidas podemos destacar o curso de treinamento para líderes, a criação dos primeiros sindicatos e da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba. As temáticas dos cursos de capacitação abordavam as questões de natureza sindical tais como: o que é sindicato, para que serve, qual a sua filosofia, o papel da liderança, suas qualidades, e seus valores.

Ao passo que reprimiu violentamente o movimento camponês, o governo Castelo Branco, também se apropriou de várias bandeiras de lutas que uniu o movimento que foi a reforma agrária. A incorporação da bandeira da reforma agrária que até então era defendida pelo movimento camponês, promoveu a interseção entre o projeto governista, a CONTAG e a Igreja Católica. Possibilitando ao Estado o controle dos conflitos sociais no campo (MATINS *apud* NOVAES, 1997, p. 100)

Com a aprovação do Estatuto da Terra, no ano de 1964 (Lei 4.504/64), o qual continha vários instrumentos de política agrária (a exemplo da desapropriação, posse e uso da terra, tributação, cadastramento de imóveis entre outros), e de políticas agrícolas (como o crédito, comercialização, assistência técnica, mecanização e implementos agrícolas), o governo ainda criou o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola) que ficou responsável pela execução das políticas agrícola (NOVAES, 1997, p. 100). Desta forma, o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural, tornaram-se o ponto de referência do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Depois do golpe militar de 64, a relação entre sindicatos e Estado passa a ser quase que exclusivamente tutelar. O confronto dos trabalhadores com o patronato foi substituído, ou seja, o Estado será o local onde os trabalhadores (personificados pelos sindicatos) recorreriam para que os seus problemas fossem resolvidos. Ou seja, o Estado através de sua estrutura impõe e controla burocraticamente os sindicatos. Como forma de fortalecer e ampliar o seu

poder, o Estado dá início a uma grande campanha de sindicalização, que engessou durante um bom tempo o movimento sindical rural brasileiro.

No ano de 1966, a Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, aprovou um plano de atividades para o movimento sindical, destacando três eixos:

1. Formação de 20 sindicatos rurais, fortificando os que estavam em funcionamento e dinamizando os outros;
2. Criação de 200 delegacias sindicais e o fortalecimento das já existentes;
3. Que 10 sindicatos tivessem as suas sedes próprias ou alugadas e que 11 conservassem as já existentes.

Este plano de atividades sindical proporcionou o crescimento do sindicalismo na Paraíba. Por outro lado, este crescimento mostrava que o sindicalismo rural transformava-se em um instrumento de sustentação ideológica da ditadura, com o exercício de distanciar cada vez mais o movimento sindical das Ligas Camponesas, ou seja, o sindicato era diferente das Ligas. A motivação central era a de que os sindicatos estavam agindo dentro da lei e era reconhecido pelo governo, diferentemente das Ligas.

Inicialmente os trabalhadores rurais não aderiram ao processo de sindicalização, multiplicavam-se as entidades sindicais, mas, esvaziadas e com pouca representatividade. Esse esvaziamento enfraqueceu os dirigentes frente aos seus patrões e os submeteram a uma submissão aos aparelhos de Estado. Neste imbróglcio, os sindicatos foram arregimentados para se transformarem em porta-vozes da política de integração do meio rural ao processo de desenvolvimento regional e nacional. A ideologia da integração estará presente no documento de planejamento da ação sindical da Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba de 1966, que em outras palavras convergiu para a integração das ações conjuntas entre sindicatos e os organismos estatais no sentido de solucionar os problemas no campo; desenvolvimento rural com referencia ao cooperativismo; promoção humana e familiar, alfabetização e o ensino de práticas agrícolas alternativas. Entretanto a partir do momento que os sindicatos reproduziam o discurso do governo, os sindicatos incorporavam e reproduziam a ideologia do desenvolvimento proposta pelo governo. (NOBRE, 1978)

No pós-64, setores da igreja católica que fundaram vários sindicatos e permaneceram publicamente ao lado e a favor dos sindicatos, sinalizavam o seu papel supletivo, pois os sindicatos já tinham conseguido consolidar a sua existência social e o reconhecimento do Estado. O momento posterior ao golpe marcará a forte ligação que o sindicalismo de trabalhadores rurais do Estado da Paraíba estabeleceu com a extensão rural (NOVAES, 1997, p. 104-105).

Os anos 70 serão marcados pelo redirecionamento da política de desenvolvimento, que antes passava pela aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural e pelo Estatuto da Terra com referência no cooperativismo e que paulatinamente começou a ter um conteúdo mais social, que será influenciada pela doutrina social cristã. Diante disto os sindicatos modificam as políticas de atividades sindicais e passam quase que totalmente a trabalhar a expansão e estruturação do próprio sindicalismo, para a implantação do cooperativismo e os serviços de promoção humana. Neste momento o Governo com o intuito de consolidar a sua estratégia cria vários programas de integração social que adentram nos sindicatos de trabalhadores rurais: MOBREAL¹², Projeto Rondon¹³, PROTERRA,¹⁴ PRORURAL¹⁵ entre outros. Destes programas o PRORURAL terá um papel importante na vida sindical na década de 70.

Com estes programas aumenta a tendência dos sindicatos para a promoção do assistencialismo, distanciando-se cada vez mais de seus propósitos originais, ou seja, ele passa a ser um instrumento para servir ao governo, e com ele dividir tarefas, transformando-se em balcões das políticas sociais e previdenciárias. Para isso o governo criou mecanismos de enquadramento, dos quais destacamos: os repressivos, que se efetivaram através da intervenção militar e estatal, e os ideológicos, vinculados as políticas sociais governamentais canalizadas pelos sindicatos, desembocando no assistencialismo (assistência previdenciária, serviços de saúde, educação e alimentação). (BARBOSA, 1985, p. 114).

Foi através destes programas que o governo atribuiu aos sindicatos de trabalhadores rurais a função de administrar estes serviços. Diante disso, o então Ministro do Trabalho diria que “o assistencialismo era o papel essencial dos sindicatos no campo” (NOVAES, 1997, p. 111).

Se antes do golpe militar os sindicatos eram influenciados pela hierarquia eclesiástica, depois dele os sindicatos passam a atuar sob o olhar vigilante do Estado. Um exemplo claro dessa atuação é o PIDSIN (Projeto Integrado de Desenvolvimento do Sindicalismo), no qual a sua resolução mostra o papel ideológico reservado ao sindicalismo enquanto órgão de colaboração do Estado. Por trás do discurso de colaboração do Estado, estava um processo de cooptação dos sindicatos. Respaldao pelo governo, o movimento sindical proporcionava aos

¹² Criado pela Lei nº 5.397, de 15 de dezembro de 1967 tinha como objetivo alfabetizar jovens e adultos.

¹³ Criado em 11 de julho de 1967, o Projeto Rondon tinha como objetivo promover o contato de estudantes universitários voluntários com o interior do país. Este contato eram proporcionadas com atividades assistencialistas nas comunidades mais carentes e isoladas. Extinto em 1989, ele é relançado em 2005.

¹⁴ Criado em 1971, Programa tinha como objetivo a redistribuição de terras e estímulo a agroindústria do Norte e Nordeste

¹⁵ Lei complementar nº11 de 1971, cria o programa de assistência ao trabalhador rural, com a prestação de alguns serviços como: aposentadoria por velhice, por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social,

camponeses e trabalhadores rurais, uma unidade ideológica sob a tutela do Estado. Esse processo culminou por enfraquecer o caráter contestatório do sindicato de trabalhadores rurais.

Com a chegada do PRORURAL, acentua-se o caráter assistencialista dos sindicatos, e o distanciamento dos seus propósitos iniciais. O FUNRURAL¹⁶ também se transformou num importante atrativo para os trabalhadores rurais que buscavam assistências junto aos STR's, aumentando ainda mais as distorções do ideário sindical.

No plano nacional, a CONTAG, sofreu intervenção com o golpe militar de 1964, reassumindo apenas quatro anos depois (1968). Após a intervenção, a CONTAG retoma a bandeira de luta pela reforma agrária. Este processo inicia com o revigoreamento em função da grande demanda jurídica relacionada ao não cumprimento da legislação trabalhista. Apesar das denúncias a conjuntura irá provocar no movimento sindical uma estratégia de ação defensiva frente ao governo com o objetivo de manter a sua sobrevivência.

Nesse período, os dirigentes sindicais passam a ser mediadores entre a base sindical e a legislação vigente à época, instâncias e políticas públicas que estabelecem direitos para os trabalhadores em relação à regulação da relação do trabalho e os benefícios sociais deles recorrentes.

O final da década de 70 foi marcado por novos fatores que propiciaram um novo momento para o movimento sindical. Os movimentos realizados em várias partes do país e em diferentes setores da sociedade propiciavam novos espaços, anunciando o processo de abertura política no Brasil. Neste momento destacam-se as greves no ABC paulista que expressava o rompimento com a política de arrocho salarial; a campanha pela anistia que se configurou num embate contra o regime político e a repressão dos anos anteriores.

A estrutura imposta pelo Estado dentro dos sindicatos de trabalhadores rurais, apesar da formatação de uma nova conjuntura político-social do país, fez com que os sindicatos de trabalhadores rurais chegassem aos anos 80 distantes de suas bases e não representando os verdadeiros interesses da classe, isso aconteceu pelo fato dos dirigentes estarem envolvidos mais com questões administrativas e assistencialistas. Os trabalhos dos sindicatos dos trabalhadores rurais se restringiam a sua sede social, o que não permitia um trabalho junto aos trabalhadores rurais na ativa, nos seus locais de trabalho. A prática sindical deste momento irá refletir o modelo institucional implantado, o que se caracterizou naquele momento pelo não

¹⁶ Promulgada em 1971, a lei do FUNRURAL instituiu a aposentadoria e pensões para os trabalhadores rurais.

atendimento das reivindicações dos trabalhadores e sim pela colaboração com o Estado e com a classe dominante, ou seja, pela corporativização do movimento camponês.

Na Paraíba a primeira fase de mobilização em torno dos conflitos de terra teve a forte presença da igreja católica, com a participação e articulação de bispos, padres e movimentos ligados a igreja. Por outro lado a FETAG – PB (Federação dos Agricultores na Agricultura da Paraíba) manteve-se à margem das questões dos pequenos produtores no sentido de não se posicionar frente a esses conflitos. Foi apenas a partir das pressões dos trabalhadores e de vários segmentos da sociedade civil que a FETAG – PB assumiu gradativamente seu papel de representante dos trabalhadores.

O marco deste novo momento do movimento sindical acontecerá no III Congresso de Trabalhadores Rurais¹⁷ realizado em maio de 1979, onde foi debatida a retomada das lutas sindicais. Neste congresso foram discutidos temas relacionados às questões trabalhistas no que diz respeito às garantias do trabalho assalariado, de tal forma que no final do Congresso foram encaminhadas propostas de reformulação da CLT e a Lei nº 5.889¹⁸. Os anos 70 foram marcados pelo aumento do número de trabalhadores assalariados e o debate sobre os trabalhadores clandestinos, produto dos reflexos da nova fase da Agricultura brasileira.

O debate sobre o assalariamento rural fez com que a CONTAG realizasse vários encontros sobre a categoria, onde se reuniam várias federações e sindicatos das principais regiões do país. Um exemplo deste encontro foi o 1º Encontro Nacional de Assalariamento Rural realizado em Carpina no Estado do Pernambuco onde estavam presentes representantes dos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e São Paulo, além dos representantes da CNBB, CPT entre outros organismos. O objetivo deste encontro foi à tomada de posição do movimento sindical junto à categoria dos assalariados.

Nos vários encontros realizados, ficou claro que a maior dificuldade encontrava-se no rompimento com o sindicalismo assistencialista e na busca de um sindicalismo mais combativo, como também na inexperiência de lutas coletivas e a ausência de dirigentes comprometidos com o movimento sindical.

O Encontro realizado em Carpina - PE proporcionou para a Paraíba um ponto de partida para uma ação mais coordenada com relação aos assalariados rurais do Estado. Deste encontro destacou-se a mudança de algumas diretorias de sindicatos. Estas novas diretorias

¹⁷ O Estado da Paraíba participou deste Congresso com uma delegação de 58 Sindicatos e 6 Assessores. (BARBOSA, 1985:127)

¹⁸ A Lei nº 5.889, revogou o Estatuto do Trabalhador Rural e regulamentou as relações de trabalho no campo.

tinham como bandeira de luta o encaminhamento de questões relacionadas ao assalariamento rural.

Deste encontro ocorreu à convocação de 32 sindicatos da zona canavieira para um convênio com a Equipe de Assessoria Sindical¹⁹ da Universidade Federal da Paraíba – UFPB Campus II – Campina Grande²⁰, com 8 sindicatos rurais para fazer uma análise das condições de vida e de trabalho dos canavieiros da Paraíba, sobretudo os trabalhadores do brejo paraibano, e o município de Guarabira foi o ponto de referência para as experiências desenvolvidas nos anos 80 em torno das questões sindicais.

Diante do aumento das lutas sindicais encampadas no Estado, em busca de melhores condições de trabalho e aumento dos vencimentos, ou seja, no bojo das campanhas trabalhistas, os segmentos do patronato assassinam a líder sindical Margarida Alves, então presidente do sindicato de trabalhadores rurais de Alagoa Grande no ano de 1983. O trabalho de Margarida Alves estava relacionado ao encaminhamento das questões trabalhistas à justiça (ela encaminhou 72 ações à justiça do trabalho) e as questões de expulsão de agricultores arrendatários do município.

A morte de Margarida Alves, ao invés de diminuir as lutas, aumentou o compromisso do movimento sindical na campanha trabalhista. Neste momento intensificou-se o processo de mobilização das bases sindicais culminando com o movimento grevista envolvendo 34 municípios do litoral com um contingente de 120 mil trabalhadores assalariados. Veja o que diz desse momento o Senhor Nequinho²¹: “... Quando mataram a Margarida, eles pensaram que agente ia, correr, que agente ia deixar o sindicato, pelo contrário agente foi para a rua protestar contra a morte de nossa companheira e reafirmar a luta contra o latifúndio...”.

As mudanças sociais entre os camponeses geraram dois momentos para o sindicalismo rural: O primeiro período é marcado pela diminuição das lutas em favor dos trabalhadores assalariados, e o processo de desvirtuação do papel dos sindicatos promovido pelo Estado quando este lhe atribui um papel assistencialista; O segundo momento foi marcado pelo favorecimento (nas relações de forças) aos trabalhadores e aos organismos de reivindicação de direitos, o que gerou um salto quantitativo à organização sindical, e a renovação e retomada do verdadeiro papel do movimento sindical. Neste momento o sindicato assume o papel não só de luta por melhores condições de trabalho como também da defesa da massa

¹⁹ Essa Equipe foi responsável por uma série de trabalhos (Relatórios, Dissertações e Teses de Doutorado) relacionados ao processo de sindicalização no Estado da Paraíba. Vários trabalhos encontram-se na biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Neste mesmo período foram realizados estudos pelas assessorias ligadas à Igreja.

²⁰ Hoje denominada de Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

²¹ Hoje ele é presidente do STR de Alagoa Nova

trabalhadora em suas varias condições, inclusive os pequenos produtores rurais. Neste momento as lutas sindicais não estavam apenas a reboque dos fatores econômicos, e sim, de organização e consciência. Para Barbosa: “a luta dos trabalhadores por eliminar a competição e construir a união das massas rurais, através dos sindicatos é o ponto de partida e o de chegada”. (1985, p. 157).

Diante deste movimento os trabalhadores rurais da Paraíba voltaram À cena política nos anos 80. Neste momento foi acentuado as lutas e as mobilizações. Os principais acontecimentos foram:

- A maioria das iniciativas foi impulsionada pelos grupos da igreja católica, e pelos centros de assessoria sindical criado no inicio da década;
- As lutas começaram de forma localizada e tenderam a se articular a nível regional, estadual e nacional;
- As bandeiras de luta se ampliaram e foram para além dos interesses dos trabalhadores rurais, e;
- O processo de organização acompanhou o crescimento das lutas e por sua vez deu um novo impulso e uma nova perspectiva às próprias lutas.

Depois das Ligas camponesas a primeira grande manifestação dos trabalhadores rurais aconteceu no dia 1º de maio de 1981 na cidade de Mari. Esse movimento contou com a presença de 17 sindicatos do brejo e áreas vizinhas e reuniu mais de quatro mil participantes. Nos anos subseqüentes aconteceram varias comemorações com a participação cada vez maior dos trabalhadores rurais: Solânea, 1982, Sapé, 1983, Alagoa Grande, 1984. (TOSI, 1988, p. 174).

Antes destas manifestações foram realizadas as semanas sindicais que tinham como objetivo a mobilização da base e a reflexão dentro destes grupos, mostrando o efeito político dos grandes movimentos de massa. Estes momentos se tornaram propícios para que vários grupos da igreja participassem ativamente da vida sindical e pressionassem os dirigentes a se engajarem na luta. Além da igreja estão presentes outros grupos a exemplo do centro de assessoria e pesquisa da UFPB. Estes grupos atuaram de forma coordenada com o objetivo de proporcionar uma ação conjunta dentro do movimento sindical oficial, abrindo assim espaço para a renovação do sindicalismo rural. Neste momento surgiram novas lideranças sindicais²².

²² Destacamos como exemplo deste momento as eleições no STR de Lagoa Seca, que teve a participação de uma chapa de oposição que vence as eleições e iniciam na região uma nova prática de gestão sindical.

Os temas tratados acompanham a evolução do movimento. Alguns temas se destacaram durante este período: A importância do sindicato; O sindicato e o FUNRURAL; Movimento contra o projeto de previdência social; Terra e Salário para quem trabalha; Contra o Arrocho Salarial; Fim da Lei de Segurança Nacional e pela criação da CUT²³.

Inicialmente estes movimentos tinham a presença maciça dos trabalhadores rurais, com o passar do tempo e com o crescimento da articulação entre o campo e a cidade, são incorporadas categorias urbanas ampliando significativamente os eventos.

Nos anos de 1985/86 com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, e o aumento dos conflitos de terra, o embate pela terra ganhou a atenção do movimento sindical e de setores da igreja católica.

O ano de 1987 foi marcado pelas ocupações de prédios públicos em João Pessoa, culminando com grandes passeatas com a presença de mais de cinco mil pessoas pelo centro da capital paraibana, destacando nesse momento a presença de trabalhadores urbanos. Neste momento se consolida uma forma concreta de relação entre o campo e a cidade, o que permitiu o fortalecimento da articulação entre trabalhadores e dirigentes de organizações de classes urbanas e rurais. (*Ibid*, p. 178-179).

A articulação entre o campo e a cidade teve como um de seus principais momentos a criação da CUT nacional e logo em seguida a fundação da CUT - PB²⁴. No ano de 1987, na greve geral do dia 10 de Agosto, centenas de trabalhadores rurais da Paraíba participam dos piquetes e das concentrações dando assim uma importante contribuição à paralisação em João Pessoa.

Um aspecto importante deste período foi à estreita ligação entre as lutas e a organização. Na maioria dos casos a luta é precedida por um processo de organização. Tempos depois é que começaram a aparecer as oposições sindicais. Por outro lado o percurso da luta para a organização, da base até a direção, não se dá infalivelmente quase que de forma espontânea. Muitas iniciativas vêm de cima para baixo, são decididas no âmbito de um grupo restrito depois levado para as bases.

A relação entre a base e a direção acontece de forma problemática e tensa no que concerne o debate político. A igreja católica tende a valorizar as formas democráticas de base direta e critica o movimento sindical que atua na direção de uma burocratização e elitização. A década de 80 foi marcada pelo movimento de oposição sindical que tinha como objetivo a

²³ No 1º CONCLAT (1981) temos a presença da comissão PRO – CUT, que culminou com a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

²⁴ Em 1984 é fundada a CUT – PB, com a participação de sindicalistas rurais.

renovação das direções dos sindicatos de trabalhadores rurais. Diferentemente da década de 70 onde as eleições aconteciam sem a oposição sindical. Já a oposição sindical²⁵ dos anos 80 será caracterizada pelo surgimento de lideranças fora dos quadros de poder existente, sendo desta forma uma ameaça aos interesses e correlações de forças já constituídas.

As eleições sindicais ganharam destaque dentro da paisagem política dos municípios, envolvendo os nomes que compõe a trama do poder local (prefeitos, vereadores, usineiros, proprietários, igreja entre outros).

Durante esse processo de oposição e renovação sindical, o movimento sindical passa a assumir um papel mais reivindicativo. Inicialmente este movimento marca posição frente à estrutura sindical vigente em oposição à classe dominante. Contudo, à medida que as novas lideranças assumem as diretorias sindicais, novos desafios são lançados, ou seja, o que está em pauta é uma nova forma de fazer sindicalismo do dia a dia, dentro de uma estrutura que permanece inalterada.

As novas diretorias ao assumirem os sindicatos, encontraram uma estrutura já dada, ou seja, uma herança deixada pelo sindicalismo tradicional. Junto a essa herança veio uma serie de questões que as novas diretorias sindicais teriam que enfrentar: O que fazer com o assistencialismo? Como se relacionar com o poder local? Como acompanhar as Lutas? Algumas diretorias após a sua posse e em virtude de não terem idéia de como se comportar frente a estes problemas, se dividem: de um lado tínhamos as diretorias que continuaram a conduzir os sindicatos da forma assistencialista, e de outros tínhamos diretorias que conseguiram, através de muita luta e embate político, manter uma postura combativa e propositiva. Como foi o caso dos “meninos do sindicato” de Lagoa Seca, que após vencerem as eleições como oposição a atual diretoria, imprimiram naquele sindicato uma nova postura de ação sindical. Segundo o senhor Nelson Ferreira (atual presidente do STR, e um dos membros da oposição sindical) a primeira ação foi: “sair da sede e visitar a comunidade para saber o que tava passando o agricultor... em nossas assembléias o agricultor podia falar, dizer o que pensava. Diferente do que acontecia antes”.

Neste momento parte do movimento sindical de trabalhadores rurais se incorporou ao movimento que vinha sendo liderado pela CUT, entrando assim em sua área de influência, levando vários destes dirigentes sindicais a assumirem responsabilidades na direção estadual e nacional da CUT. Um desses dirigentes foi o senhor Luis Silva²⁶. Na década de 80 o senhor

²⁵ Vários sindicatos que hoje fazem parte do Pólo Sindical da Borborema participaram ativamente deste momento. Ex: Lagoa Seca, Remigio, Solânea e outros.

²⁶ Atual presidente da CUT-PB

Luis chegou a assumir a vice-presidência da CUT para a região Nordeste, como também assumiu a secretária de assalariados. Segundo o senhor Luis Silva, nesta época foram realizadas algumas greves na região da cana próximo a João Pessoa.

È importante destacar que a maioria destas lideranças foi fortemente influenciada pela Igreja Católica (CEB's e pelos movimentos de militância cristã). O trabalho começou a ser desempenhado com os grupos de jovens. È importante destacar que neste momento o engajamento não nasce através da luta, mas através da reflexão, de tal forma que a figura do pároco terá grande importância no engajamento social.

Outras lideranças irão aparecer, e serão representadas pelas pessoas que tiveram suas trajetórias na luta sem passar pelo movimento da igreja. O que irá motivá-los será o envolvimento numa luta local (ex: trabalhador assalariado em busca de melhores condições de trabalho, trabalhadores expulsos de terras entre outros) e se despertar para uma realidade mais ampla. Isso não quer dizer que neste processo de luta estas lideranças não tenham tido contato com o trabalho da igreja.

As lideranças também foram formadas diretamente dentro dos movimentos sindicais. O testemunho de vida e atuação de lideranças sindicais (o caso mais emblemático foi o de Margarida Alves – presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande) motivou o engajamento de outros trabalhadores. Ao passo que o assassinato de Margarida Alves afastou várias lideranças sindicais através do medo, outras lideranças sindicais se sentiram motivadas a continuarem na luta. Veja o que diz o senhor Manoel Antonio de Oliveira (60): “as grandes proprietários que mandaram matar Margarida, pensaram que a luta ia acabar. Mas deu errado, aí foi que agente ganhou força para lutar”.

Não resta dúvida que a igreja católica se apresentou como a principal entidade motivadora e eficiente na formação e organização de uma militância dos camponeses. O que não quer dizer que a igreja sempre optou pelo mais pobre. A história nos mostrou várias ambigüidades na trajetória da igreja, o que não convém uma análise neste momento.

A passagem da década de 80 para a década de 90 foi marcada pelas lideranças que surgiram das lutas e que se tornaram militantes “profissionais”. Ao poucos essas lideranças serão convocadas a assumirem mais papéis, neste período encontramos as lideranças assumindo várias funções: animador de comunidade de base, membro do STR, membro da CUT, presidente de associações, membro da direção de partidos políticos e candidatos a algum cargo eletivo. Estas lideranças foram capacitadas e se tornaram indispensáveis.

Não resta dúvida que ao assumirem as direções sindicais, estas lideranças, trazem consigo um *quantum* de capital social e político (que se personifica em seu próprio cargo), que

lhes permitem participar de negociações, de serem prestigiados pela imprensa, ganhando um lugar de destaque entre os seus pares e opositores (BOURDIEU, 2007).

Este capital social e político personificam o investimento coletivo que a categoria ou classe acumulou durante certo período de tempo e luta que resultou em uma conquista de espaço e reconhecimento dado pela sociedade. Neste momento os trabalhadores rurais antes excluídos do processo político, se apresentam no cenário político e participam do jogo de poder tradicionalmente reservado às classes dominantes. Enquanto representantes, os dirigentes sindicais personificam o investimento coletivo acumulado pela classe através da continuidade e da descontinuidade do processo. (GIDDENS, 1991)

O debate foi marcado pela passagem do primeiro estágio dos movimentos sociais (a efervescência) para um processo de institucionalização. Neste momento a institucionalização é o único caminho capaz de levar à transformação da sociedade, ou seja, enfrentar a dimensão do cotidiano como uma rotina diária. Desta forma a tensão se desloca para dentro da instituição continuando assim a dialética da transformação social.

Na década de 90, o sindicalismo rural passou a conviver e a enfrentar as fortes mudanças proporcionadas pelas transformações ocorridas na agricultura nacional, de forma especial nas três décadas anteriores. Em regiões com a maciça presença do assalariamento agrícola, como nas regiões canavieiras de São Paulo e de outras regiões do país, o dinamismo e a necessidade por mão-de-obra perdeu força em virtude da forte e crescente mecanização das grandes propriedades e do enfraquecimento destas atividades (falência de várias usinas) na zona da mata nordestina²⁷. Neste período o que passa a acontecer é uma reconversão das áreas de cana em assentamentos e áreas de pecuária o que leva a diminuição da procura por trabalhadores assalariados, que era o grande público dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Ainda dentro deste debate, grande parte dos sindicatos de trabalhadores rurais passaram a ter os seus quadros preenchidos por pequenos agricultores familiares, como também foram redimensionadas as suas demandas. As implicações deste novo momento serão por nós trabalhadas nos próximos capítulos.

²⁷ Destaque para a falência de usinas e engenhos na Paraíba

CAPITULO II

SINDICALISMO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo iremos abordar o tema do sindicalismo rural e a relação com a problemática da Agricultura Familiar. Iremos demonstrar como os trabalhos conduzidos pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de forma especial pelos STR's do compartimento da Borborema, em torno do debate sobre a sustentabilidade das unidades familiares tem produzidos efeitos importantes no que diz respeito à proposição e efetivação de políticas públicas voltada ao fortalecimento deste segmento. Como produto deste movimento surge o Pólo Sindical da Borborema.

Para Schneider (2003) o movimento sindical irá se apresentar como marco para a unificação do discurso em defesa dos interesses da agricultura familiar. Neste momento (década de 90), formou-se uma nova categoria política que passou a englobar o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários, entre outros.

Foi através da noção de agricultura familiar que esses agricultores passaram a ter uma nova identidade política, e a orientar de forma diferente, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como estão expressos nos documentos destas instituições: veja o artigo 2º do Estatuto Social do Pólo Sindical da Borborema:

... tem como objetivo geral articular os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações rurais, as pastorais e os movimentos populares, para diagnosticar os problemas, formularem e implementarem propostas orientadas para a promoção do desenvolvimento sócio-ambiental na região a partir do fortalecimento da agricultura familiar.

Com a unificação do discurso político, o sindicato e os outros movimentos sociais do campo passaram a identificar-se com a noção de agricultura familiar, que trazia consigo várias categorias sociais sob uma mesma denominação. Sendo assim, estas entidades que representam politicamente os pequenos produtores viram a possibilidade de demarcar uma base social bem maior, possibilitando a afirmação e ampliação de sua legitimidade política.

Por outro lado, a legitimação política da noção da agricultura familiar estava ligada ao enfraquecimento de outras denominações até então usadas, como a de trabalhadores rurais.

Em 2001 existiam no Brasil 10.286 sindicatos de trabalhadores, dos quais 3.911 eram sindicatos rurais, ou seja, 38% do universo de sindicatos legalmente estabelecido no país. Estes sindicatos estavam representando 9,1 milhões de associados, o que representava 47% do total de trabalhadores sindicalizados no Brasil. À época da realização da pesquisa o número médio de trabalhadores associados por sindicato era de 2.336. (IBGE, 2001).

A principal base social, e os principais quadros de dirigentes destes sindicatos são formados por produtores familiares de diferentes origens e não assalariados rurais, ao contrário da maioria dos países desenvolvidos e dos países da periferia. Enquanto os europeus se reuniam em cooperativas ou organizações profissionais, em boa parte da América Latina estas associações se deram através dos movimentos camponeses ou frentes agrárias. No Brasil estes grupos sociais se aglutinaram em torno dos sindicatos.

Visto de outro ângulo, outras tensões foram criadas, principalmente aquelas relacionadas aos vários conflitos que surgiram a partir do momento em que se tentou equacionar a crítica social com a proposição, mobilização e participação institucional. Neste contexto os agentes sindicais tiveram que formatar não apenas uma crítica social e reivindicativa, mas também tiveram que colaborar mais ativamente na elaboração de políticas, de ocupar postos de instâncias do Estado, de mediar reivindicações clássicas e a geração de alternativas inovadoras de desenvolvimento do espaço rural brasileiro, pressionado tanto pelas demandas sociais quanto pelo Estado.

Diante disto, este segmento se deparou com a necessidade de estabelecer rupturas estruturais (proposição tecnicamente competente), e instituir parcerias com agentes. Este momento irá influenciar o debate, reverberando nas práticas de seus agentes com a composição de agenda, bandeira de luta, escolha de segmentos sociais a serem privilegiados e impondo uma redefinição do conteúdo do projeto político destes agentes, inaugurando uma nova etapa da história dos movimentos sociais no Brasil. Para Favareto (2004) é assim que estas organizações surgem e ressurgem como expressão dos conflitos e portadoras de promessas de sua superação. Por fim o autor irá defender a idéia de que o movimento sindical está situado entre a evolução na qualidade do conflito social agrário e os arranjos e tensões do campo sindical.

O Sindicalismo rural na década de 90 será marcado pela necessidade da formatação de uma nova agenda de atuação. Constam nessa agenda novas bandeiras de luta, como por exemplo, a construção de um novo projeto de desenvolvimento rural, que estará ancorado no fortalecimento da agricultura familiar, segmento que passa a ser prioritário neste novo momento do sindicalismo rural.

O reconhecimento da Agricultura Familiar como ator central de uma atualização do projeto sindical sempre esteve presente nos documentos sindicais relacionada a uma interpretação do papel do sindicalismo rural diante da situação agrícola e agrária do Brasil dos anos noventa. Nestes documentos sindicais apareciam com mais ênfase dois argumentos: 1º) necessidade de dar mais visibilidade e de tratar de forma afirmativa a diversidade de segmentos que compõe o mundo rural, em oposição à generalidade da categoria “trabalhador rural”, e 2º) a busca por um conteúdo mais propositivo, discutindo e propondo um projeto, e não medidas pontuais. Frente a estes argumentos, a parcela que representava o sindicalismo rural na CUT defendia a idéia da necessidade de um projeto alternativo para o desenvolvimento rural, que teria por base o fortalecimento da agricultura familiar e a luta por uma ampla e massiva reforma agrária. A idéia neste momento era reivindicar menos e se afirmar mais, buscando desta forma equacionar as demandas dos demais segmentos que compõem o rural (agricultores familiares, sem-terras, assalariados, aposentados entre outros).

Uma série de acontecimentos se fez presente neste momento: as experiências organizadas na região Sul e Nordeste iniciaram uma nova forma de se desenhar alianças e construir pautas de reivindicação; o papel dos novos mediadores como Ong's e outros órgãos de assessoria através da qual trouxe a baila o debate sobre a agricultura familiar e modelos alternativos de desenvolvimentos; a crise do modelo de desenvolvimento agrícola que permitia discutir e propor novos projetos (FAVARETO e BITTENCOURT, 2000).

Os anos 90 e início do século XXI serão marcados pela consolidação da agricultura familiar como categoria específica de políticas públicas e das políticas sindicais.

Os sindicatos de trabalhadores rurais da área de atuação do Pólo Sindical da Borborema, ao longo dos últimos anos, através de um processo de mobilização e articulação política, vêm conseguindo transformar as sedes dos seus sindicatos em espaços de debates para os seus filiados, onde se conversa e se forma opinião de maneira coletiva. As idéias emergentes são apropriadas e transformadas em propostas. O trabalho desenvolvido nestes sindicatos é estimulado nas reuniões que o pólo promove com os dirigentes destes sindicatos através de dinâmicas que valorizam a participação dos membros dos sindicatos. No conjunto das propostas debatidas é possível identificar um denominador comum que permeia todo o trabalho destes sindicatos de trabalhadores rurais, que são as ações voltadas para a agricultura familiar, que se apresenta como o eixo norteador das demandas e nas execuções das ações.

Este trabalho que vem sendo desempenhado desde a década de 90, e que visa fortalecer a agricultura familiar, tem feito com que os sindicatos de trabalhadores rurais, em especial aqueles que compõem o Pólo Sindical da Borborema, se apresentem como um *locus*

de aglutinação dos agricultores familiares, aparecendo como espaço de organização e canal de veiculação dos (novos) interesses sindicais e políticos destes agricultores. De fato, os sindicatos têm se mostrado um importante instrumento de organizações de ações políticas e, tanto no âmbito de políticas agrícolas, como de políticas públicas de cunho mais geral (educação, segurança alimentar, segurança hídrica, saúde, e etc.). O sindicato é visto pelo pequeno produtor como o espaço da sua representação e as suas lideranças, os seus companheiros mais próximos.

... hoje agente vai no sindicato e conversa sobre os problemas da agricultura, consegue semente, cisterna, banheiro e um monte de coisa. Antes agente só vinha no sindicato quando agente ia se aposentar. Hoje ta melhor... (Sr. Luis agricultor do município de Arara – PB)

Além das novas ações assumidas por estes sindicatos, destacamos ainda as atividades que o sindicato sempre exerceu de mediador entre as massas de trabalhadores e a previdência rural, de interlocutor das autoridades municipais e dos órgãos estaduais e federais, se mostrando como ator capaz de exercer pressão²⁸ sobre os órgãos públicos, no que tange a execução de políticas que venham a beneficiar os agricultores familiares de um modo geral. O sindicato também aparece como um canal de reivindicações junto às agências financiadoras (bancos) para que estas liberem créditos travados burocraticamente nas instituições financeiras.

Outra forma de atuação das direções dos sindicatos de trabalhadores rurais são os conselhos municipais de desenvolvimento rural e da agricultura, do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), os conselhos de saúde e educação entre outros. Nestes espaços, algumas direções sindicais apresentam-se em situação de enfrentamento com as autoridades municipais (prefeito, secretários municipais e etc.) e agentes dos bancos financiadores²⁹ de alguns projetos. Os sindicatos também se apresentam como órgãos fiscalizadores das ações do poder público local. Os conselhos municipais de desenvolvimento rural, ou os conselhos do Pronaf como são chamados, têm se mostrado como um importante instrumento de interlocução, de cobrança, e fiscalização das ações das

²⁸ Recentemente o STR de Lagoa Seca – PB, com o apoio do Pólo Sindical da Borborema, conseguiu junto ao governo estadual a aquisição de um terreno no município para que seja construída uma agência do INSS no município de Lagoa Seca. É importante destacar que a vinda desta agência ao município foi resultado de uma série de mobilizações políticas previamente discutidas e debatidas por estes agentes.

²⁹ Um exemplo desses financiadores são os agentes de desenvolvimento do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), do Banco do Brasil entre outros.

prefeituras. A necessidade da presença dos sindicatos nestes conselhos tem colocado as lideranças em interação direta com as autoridades da administração pública municipal, dando-lhe assim um novo papel, o de relacionar-se como parceiro da administração local, tendo que desta forma redefinir as suas relações com o poder local.

Ao destacar e colocar no centro de suas ações o debate em torno da agricultura familiar, os sindicatos passaram a entrar em conflito e a contestar o modelo e a prática de assistência técnica até então propagada e defendida pelos órgãos estatais. Recentemente alguns sindicatos que compõe o Pólo Sindical da Borborema, travaram um forte embate contra a distribuição de sementes feita pelos governos municipais. Na oportunidade o Pólo Sindical da Borborema contestava a qualidade das sementes e destaca o trabalho que vem sendo feito já algum tempo junto à comunidade com os bancos de sementes comunitários. O objetivo deste trabalho é valorizar e armazenar as sementes crioulas³⁰ que são mais resistentes e produtivas que as que são distribuídas pelos órgãos estatais. Veja o que diz Euzébio, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remígio e membro do Pólo Sindical da Borborema:

...quando chegou as sementes, o pessoal da prefeitura veio procurar o sindicato para ajudar a distribuir a semente. Foi ai que eu disse: agente não vai ajudar a distribuir essa semente não, agente não conhece essa semente. Por que agente não compra e distribui as sementes que agente têm guardada nas comunidades. Eles não quiseram, foi então que agente chamou os agricultores no sindicato e explicou a eles o que estava acontecendo. Depois que o agricultor ficou sabendo, eles não quiseram as sementes e a secretária do município ficou cheia de semente por que o agricultor não foi pegar, e o que pegou viu que não deu certo, pois a planta ficou pequena e com pouco milho...

Ao destacar e colocar no centro de suas ações o debate em torno da agricultura familiar, o sindicato passou a buscar novos instrumentos de assistência técnica para a produção. Diante disso surgem as parcerias com ONG's (Organizações não Governamentais) e outros organismos. Até bem pouco tempo este espaço era ocupado exclusivamente pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), ou de forma eventual por cooperativas de produtores rurais. Atualmente não é raro ver a direção sindical trabalhando no sentido de mobilizar os associados na busca por assistência técnica para a solução de problemas da produção tradicional ou criando novas alternativas ou novos projetos produtivos para os agricultores familiares. Esta atuação tem permitido aos sindicatos o desenvolvimento

³⁰ Estas sementes receberam o nome de Sementes da Paixão, e as familiar que as estocam são chamados de guardiões das sementes.

de uma série de atividades e programas que vão desde a distribuição de mudas com o objetivo de promover o reflorestamento, a construção de cisternas de placas com o objetivo de diminuir o problema de recursos hídricos, entre outras ações. Os sindicatos também promovem atividades que mobilizam a massa de agricultores em torno de debates e fóruns com outras entidades no enfrentamento a problemas comuns, como por exemplo, a falta de recursos hídricos, a falta de sementes, a distribuição de sementes, armazenamento de alimentação do animal, acesso aos mercados (feiras agroecológicas) e etc.

Todo esse novo processo de reconfiguração da agenda de atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais acontece na medida em que os mesmos começaram a manter relações com os novos parceiros. No caso da região do Pólo este movimento começou a partir do momento em que os sindicatos, estimulados por estes agentes externos, perceberam a necessidade de ter informações que descem conta da realidade não só do município como de toda a região, para que assim fosse construída uma nova agenda de atuação. Com isso é possível observar que na maioria dos sindicatos ativos existe uma parceria que permite aos sindicatos enfrentar de forma nova os problemas antigos enfrentados pelos agricultores familiares. Neste momento iniciou-se um trabalho com o objetivo de diminuir os vários problemas proporcionados pelas seguidas ondas de pacotes tecnológicos que vieram a reboque do processo de modernização da agricultura, como também problemas específicos da região, como é o caso dos baixos índices pluviométricos.

É fácil vislumbra que os sindicatos de trabalhadores rurais não possuem, por si mesmo, os recursos necessários para responder as demandas do agricultor familiar. No entanto, não podia o sindicato deixá-lo no meio do caminho, já que os problemas se evoluem e são trazidos pelos agricultores familiares para a reunião no sindicato. Como então ampliar a agenda do sindicato? Como debater a busca por soluções viáveis para esses problemas? Por exemplo, a perda de fertilidade do solo, devido ao seu uso cada vez mais intensivo? Sendo assim, o enfrentamento destes problemas exige conhecimentos científicos e técnicos, além de recursos materiais, e para isso seria necessário encontrar parceiros na sociedade que se dispusessem ao diálogo e ao trabalho coletivo.

É importante destacar que buscar solucionar estas questões, que não são apenas de ordem técnica, mas também de ordem econômica, social e política, implicou na tomada de decisões. O primeiro passo foi encontrar parceiros para iniciar um amplo processo que contemplassem todas essas dimensões: a dimensão técnica, a econômica, a social, a política e a ideológica. Como enfrentar, por exemplo, o debate sobre os efeitos do uso de pesticidas e

fungicidas, que levou e vem levando muitos trabalhadores à morte³¹, além de ser causa de doenças e intoxicações, como avaliar, além do horizonte imediato do pequeno produtor, o custo econômico e pessoal (para a saúde do trabalhador) do uso de agrotóxicos nas lavouras? E seus efeitos sobre o consumo e sobre o meio ambiente?

Desta forma, percebemos que, os sindicatos (da região de atuação do Pólo) só puderam dinamizar suas atividades, depois que construíram parcerias permanentes com algumas organizações não governamentais³², com as quais puderam construir todo um programa organizado de ações coletivas em apoio à agricultura familiar. Também identificamos parcerias com as universidades (UFPB, UFCG, UEPB), com a Emater e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e com organismos internacionais (CIRAD³³ entre outros). Não podemos deixar de destacar que o trabalho destes agentes também só foi possível por que eles encontraram, nos sindicatos do Pólo, um terreno fértil e produtivo, que possibilitou a implementação de uma nova ação sindical.

Sendo assim esta parceria foi fundamental para que ações fossem tomadas no sentido de buscar solucionar problemas (como: degradação do solo, queda do rendimento agrícola, recursos hídricos, armazenamento e estocagem de alimentos, e etc.) típicos da agricultura familiar, que os sindicatos por si só não possuíam recursos e estrutura própria para resolvê-los sozinho, pois estamos tratados de problemas de natureza agrônômica e ecológica. Desta forma estas parcerias se tornaram importantes e eficazes no tocante à busca de respostas às demandas dos agricultores familiares.

Não resta dúvida que foi na década de 90 que se iniciou o processo de consolidação da agricultura familiar como público alvo das políticas sindicais e das políticas públicas.

2.1. A Agricultura Familiar no centro do debate

Diferentemente da previsão feita por alguns teóricos acerca do fim do pequeno produtor³⁴, sentenciados a um trágico final com o avanço das forças produtivas e condenados

³¹ O Pólo Sindical junto com a AS-PTA produziram o vídeo: Agrotóxico: Agricultura da Morte. Este vídeo produziu um importante impacto junto os agricultores familiares da região.

³² Na Paraíba podemos citar os exemplos da AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projeto em Agricultura Alternativa), e do PATAC (Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades)

³³ O Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica para o desenvolvimento (CIRAD) conduz pesquisas em parceria com cerca de cinquenta países tropicais; dentre eles, o Brasil se tornou o país de maior lotação de seus pesquisadores CIRAD residentes, em 2004

³⁴ Destacamos aqui os trabalhos de: Lênin (desenvolvimento do capitalismo na Rússia.), Kautsky (A questão agrária), Mendras, H. (La fin des paysans, innovations et changement dans l'agriculture française), trabalhos influenciados pelo marxismo ortodoxo centrado na existência de duas classes, a burguesia e o proletariado.

a um processo de diferenciação em consequência disso a sua eliminação. Iremos mostrar que esta previsão além de não se confirmar, foi descartada frente a números que consolidam a agricultura familiar como importante categoria social. Esta idéia é corroborada pelos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário realizado em 2006. Segundo dados do Censo agropecuário, 84,4 % (4.367.902) dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, ocupando 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Hoje no Brasil a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção gerada. 74,4% do pessoal ocupado em estabelecimento agropecuários no Brasil são de agricultores familiares (12,3 milhões de pessoas ocupadas). (IBGE, 2006).

É importante lembrar que a produção familiar é produto de um forte investimento em termos de esforço físico e horas de trabalho da família, estes números poderiam ser mais importantes ainda se existissem mais recursos e apoio técnico.

A valorização da agricultura familiar se percebe quando olhamos para as políticas públicas. Destacamos aqui as diferentes formas que as instituições federais vêm oferecendo apoio à agricultura familiar nas últimas décadas, tendo em vista que no primeiro momento esse apoio aconteceu de forma tímida se relacionada aos investimentos conseguidos pelo agronegócio. Um exemplo disto foi à criação no ano de 1995 do PRONAF e junto com ele o surgimento de novas modalidades voltadas ao agricultor familiar (inclusive para o semi-árido), a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da secretária da Agricultura Familiar, o reconhecimento da produção agroecológica da agricultura familiar orientada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

Outro fator que merece destaque no âmbito da agricultura familiar é a sua organização e o seu protagonismo. Um exemplo disso são os sindicatos de trabalhadores rurais que ao longo destes últimos anos exerceram um importante e novo papel no que tange a resolução de problemas e das demandas levantadas pelo seguimento dos agricultores familiares. Destacamos também as redes de articulações, no caso da Paraíba destacamos o Pólo Sindical da Borborema e a Articulação do Semi – Áridos (ASA), que estão fazendo com que os agricultores familiares se apresentem nesse processo como importantes atores sociais, substituindo a tradicional subordinação por uma atitude pautada na proposição coletiva.

A influência destas organizações no cenário das políticas públicas tem sido marcada pela proposição de políticas públicas que são assumidas pelos governos (Federal, Estadual e Municipal), um exemplo disto é a viabilização e execução do Programa P1MC (Programa um Milhão de Cisternas), e o programa de armazenamento de água para a segurança alimentar –

P1+2 (Programa uma Terra e duas Águas). Na esfera estadual destacamos a Lei³⁵ estadual do programa do Banco de Sementes Comunitários.

Diante do exposto, a nova realidade nacional, proporcionou que a Agricultura Familiar conseguisse ser reconhecida oficialmente, no ano de 2006, por uma lei que define o conceito e prevê a descentralização das gestões dos programas de desenvolvimento agrários. No entanto, como ressalta Duque (2002), esta conquista ainda é frágil. O latifúndio continua exercendo uma forte influência na formatação de políticas públicas. Destacamos aqui que ainda temos muitos progressos a serem alcançados para que a agricultura familiar se torne autônoma e totalmente sustentável.

2.2. O sindicalismo rural e a opção pela Agricultura Familiar

Como dito anteriormente, ao longo destes últimos anos, a afirmação da agricultura familiar como elemento de renovação sindical no meio rural sempre esteve presente nos documentos sindicais associados à interpretação do papel do sindicalismo frente à situação agrícola e agrária do Brasil. O objetivo inicial era dar mais visibilidade e debater de forma afirmativa os vários segmentos do mundo rural no sentido de encaminhar um conteúdo mais propositivo, ou seja, discutir um projeto e não medidas pontuais. (FAVARETO, 2002).

Esse debate é fruto da fragmentação da realidade rural brasileira e as mudanças políticas, sociais e institucionais que o Brasil passou no início da década de noventa.

Diante deste cenário, as várias entidades sindicais, Ong's e vários outros organismos, inseriram em seus documentos a necessidade de se construir um projeto alternativo de desenvolvimento rural, que tinha como base de sustentação o fortalecimento da agricultura familiar e a defesa de uma ampla reforma agrária. Frente a este momento, os sindicatos de trabalhadores rurais (aqui destacamos os sindicatos do Pólo Sindical da Borborema) iniciaram um processo menos reivindicativo e mais afirmativo e propositivo, no qual vislumbraram a necessidade de equilibrar as demandas dos vários segmentos do mundo rural.

Este novo momento representa uma virada no debate sobre o lugar dos agricultores familiares nas entidades sindicais. Neste momento, com o reconhecimento de direitos fundamentais e a crise enfrentada pelos assalariados agrícolas, essa bandeira de luta perde a capacidade de unificar as reivindicações dos vários segmentos, abrindo espaço para a afirmação de demandas e de identidades mais específicas.

³⁵ Lei no. 7.298 de 27 de dezembro de 2002

A inserção do debate em torno da agricultura familiar nos sindicatos rurais provocou um dilema: de um lado este debate promovia a visibilidade do que era específico em sua base, ou seja, a visibilidade de agricultores e produtores que em suas várias dimensões cultivam a terra e organizam o seu próprio trabalho; por outro lado, para efetivar a visibilidade desta demanda sindical, o sindicalismo precisa rever as suas formas organizativas, as suas direções, princípios técnicos como também a sua agenda de atuação. Frente a esse momento, a realidade vai mostrar que a diversidade de situações é mais complexa do que se imaginava.

Este novo momento terá impactos profundos no percurso que o sindicalismo rural irá tomar: significava a adoção de novas referências, e o lançamento de um novo olhar sobre o conflito agrário e as formas de seu equacionamento ou superação, significando também um realinhamento do sindicalismo rural em relação ao conjunto dos movimentos sociais rurais.

As entidades sindicais através de suas resoluções passaram a destacar cada vez mais a especificidade da agricultura familiar, em particular os produtores autônomos e a luta por um projeto alternativo de desenvolvimento rural como principal proposição. Em função disso, o termo trabalhador rural sai de cena e passa a dar lugar ao termo Agricultor familiar. Além das questões internas do sindicalismo, a adoção da agricultura familiar como identidade e público prioritário de suas ações, implicou no rearranjo das forças que compunham os movimentos sociais rurais. Esta adoção foi de fundamental importância para a história da representação política dos agricultores familiares.

A apesar do debate em torno da agricultura familiar entrar definitivamente na pauta do sindicalismo rural, ainda continua havendo uma ideologização no trato de temas imediatos, gerando certa ambigüidade nos sujeitos da ação sindical, ou seja, ora pende para a crítica e a mobilização, ora para a proposição e negociação. Pesquisas (IBGE, 2001) nos mostram que a entrada deste sindicalismo no Nordeste vem crescendo tanto na região do agreste (predomínio da agricultura familiar), como no sertão (predomínio da agricultura patronal). No sentido da constituição de uma pauta de reivindicações a situação ainda se mostra complexa, isto está relacionado ao fato de que determinadas situações reunidas pelos sindicatos exigem ações políticas contestatórias e de rupturas. Um exemplo disso é o debate em torno da estrutura fundiária, questão essencial para grande parte dos agricultores nordestino (DUQUE, 2007).

Assim, a opção do sindicalismo rural pela agricultura familiar como centro do debate sobre as políticas para o campo, proporcionou e possibilitou a renovação da agenda do sindicalismo rural. É importante lembrar que as mudanças nos projetos do sindicalismo rural também provocaram mudanças nas suas articulações políticas. Novas ações e novos parceiros são inseridos neste processo. Esta nova conjuntura possibilitou o surgimento ou

reconfiguração de novos organismos (a exemplo da FETRAF – Sul e do Pólo Sindical da Borborema) que acabou reforçando duas tendências do sindicalismo rural: a primeira que diz respeito ao surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, neste caso destaca-se a agricultura familiar em detrimento da identidade genérica de trabalhador rural; e a segunda tendência que aponta para a potencial quebra e contestação da estrutura sindical oficial, e a substituição por um sistema mais plural, capaz de dar conta das especificidades econômicas, políticas, sociais e culturais das diferentes categorias do trabalhador rural.

Como produto destas tendências, destacamos de um lado a afirmação da identidade política da agricultura familiar, e de outro as implicações que este processo trouxe para o projeto político do sindicalismo da agricultura familiar. Para Picolotto (2008), a construção social da agricultura familiar busca livrar-se do caráter imperfeito, atrasado e incompleto da noção de pequena produção, e elaborar uma ressignificação cultural da pequena agricultura dando-lhe novos adjetivos, tais como: produtora de alimentos, moderna e eficiente.

De toda forma, é preciso reconhecer que as novas formas organizativas articuladas pelo sindicalismo rural não possuem reconhecimento legal³⁶ e, em função disso, enfrentam restrições legais, ou até mesmo não são reconhecidas pelo Estado. Por outro lado também é importante frisar que em função desta forma mais flexível de organização, estes novos organismos vêm crescendo tanto em capacidade organizativa (articulação de várias formas de organização), quanto em número de sindicatos/associações de agricultores familiares associados.

Este processo tem aumentado a capacidade de articulação política frente ao Estado (conquistas de políticas públicas). Isso fica claro na fala dos dirigentes do Pólo Sindical da Borborema quando se referem às conquistas³⁷ da entidade.

Para se ter uma idéia, depois de muita luta a CONAB está comprando a nossa semente, o governo federal tá fazendo cisternas de placa que agente já fazia desde 1993... Depois de algumas audiências e mobilizações conseguimos junto ao governo do Estado a construção do banco mãe de sementes, que vai ajudar no trabalho que agente vem desenvolvendo. Agente conseguiu até aprovar a lei da semente na assembléia legislativa... (Euzébio, agricultor, presidente do STR de Remígio e membro do Pólo)

Sendo assim, podemos entender este novo momento do sindicalismo como a organização de uma forma de sindicalismo paralelo a estrutura oficial do Estado, (mesmo que dentro dele) mas que tem alcançado sucesso e reconhecimento na representação políticas da

³⁶ Como é o caso da Fetraf que ainda não é reconhecida pelo ministério do trabalho.

³⁷ Gestão do P1MC (Programa 1 milhão de cisternas), Lei Estadual de Sementes entre outras.

agricultura familiar, seja em negociações diretas, ou através de suas organizações associadas. No capítulo seguinte iremos mostrar as implicações que esse processo teve na formatação do sindicalismo rural, de forma especial no modelo de ação sindical desenvolvido pelo Pólo Sindical da Borborema.

CAPÍTULO III

PÓLO SINDICAL DA BORBOREMA: UMA NOVA PRÁTICA DE AÇÃO SINDICAL

O Pólo Sindical da Borborema (POAB) é uma rede de organizações que envolvem 14 sindicatos de trabalhadores rurais, uma associação regional de agricultores agroecológico (ECOBORBOREMA), mais de 150 associações comunitárias e vários outros tipos de grupos informais. Situado no Agreste paraibano, região com forte presença da agricultura familiar, o POAB vem ao longo dos últimos anos assumindo um papel determinante na condução dos processos sociais de inovação baseada nos princípios da agroecologia com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região.

3.1. Agreste da Paraíba: uma rápida caracterização da região de atuação do Pólo

O Agreste da Paraíba teve as suas atividades agrícolas iniciadas no século XVIII, devido à separação dos currais de criação de gado da produção de cana nos engenhos. Neste período os criadores viajavam em direção ao Agreste e Sertão onde se dedicavam à pecuária e à produção de alimentos, tanto para o abastecimento de sua unidade familiar, quanto para o abastecimento de áreas urbanas³⁸. A produção alimentícia tem como base a agricultura familiar diversificada e inserida no mercado (MOREIRA e TARGINO, 1997; PIRAUX e MIRANDA, 2008). Mesmo levando em consideração que a produção de alimentos seja uma das principais marcas das atividades agrícolas do Agreste, a região sofreu importantes transformações produtivas e sócio-econômicas em virtude da predominância de monoculturas (cana, sisal, algodão e etc) que exigiam grandes parcelas de terras, como também mão-de-obra.

Segundo Piroux e Miranda (2008), o Agreste Paraibano vivencia dois processos (ver figura 1 montada pelos autores abaixo): o primeiro, denominado por eles de descampezinação

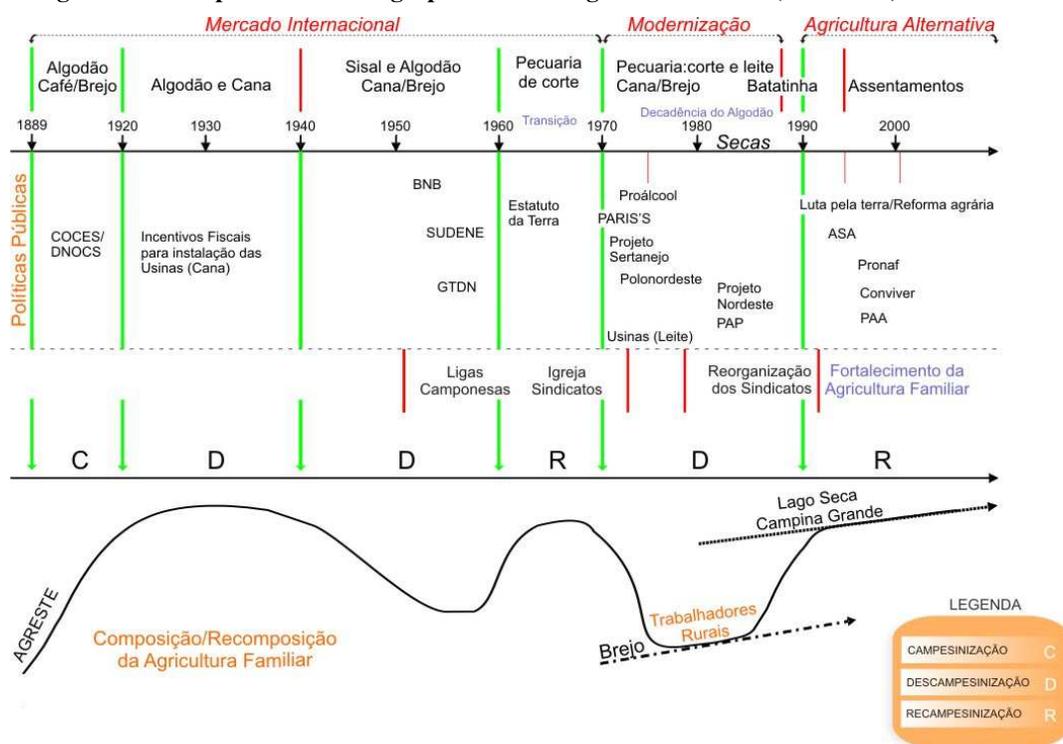
³⁸ As áreas urbanas ainda hoje são abastecidas pelos produtos da agricultura familiar e são vendidas nas feiras livres nos municípios. Estas feiras em sua grande maioria são realizadas uma vez por semana.

que é influenciado pelas políticas públicas de fortalecimento da produção e pelo aumento da pressão sobre o uso dos recursos agrícolas exercido sobre os posseiros; e o segundo, denominado de recampezinação que ocorria quando os proprietários aceitavam os camponeses em suas terras.

Do ponto de vista econômico e social, a mesorregião do Agreste Paraibano apresenta vários traços em comum com o conjunto do meio rural nordestino: concentração fundiária, pobreza, fragilidade do tecido social e relações sociais marcadas pela dominação e pelo clientelismo.

Outra importante característica da mesorregião do agreste é a sua grande diversificação com relação aos: aspectos naturais (solo, micro-climas, relevo, vegetação etc.); ao uso da terra; às relações de trabalho e ao pertencimento econômico.

Figura 1 – Principais atividades agropecuárias do Agreste Paraibano (1889-2007).



Fonte: (PIRAUX e MIRANDA, 2008)

3.1.1. O Agreste Paraibano e a agricultura familiar

Desde seu início, a agricultura familiar desempenhou um importante papel quando relacionado à produção de vários alimentos (fruticultura, milho, feijão, mandioca, horticultura, criação animal etc.) como objetivo de atender às necessidades da população local. Entre a produção de cana característica da região litorânea e a produção de gado da região do sertão, estava a região agrestina com a responsabilidade de produzir alimentos. Diante deste cenário, o Agreste, se transformou em um espaço de policultivo familiar, produzindo tanto para o Sertão quanto para o Litoral. O Agreste também se transformou em local de destino de várias famílias sertanejas em épocas de secas, como do litoral em momentos de crise da monocultura. (MOREIRA e TARGINO, 1997)

Ao longo dos anos, a agricultura familiar do Agreste Paraibano tem conseguido resistir, mostrando através da história sua viabilidade econômica, social, cultural e ambiental, mesmo tendo sido deixada em segundo plano pelo modelo de desenvolvimento. A agricultura familiar foi capaz de conviver com a cultura do algodão em vários padrões de propriedade, retraiu-se aos limites da pequena propriedade durante o ciclo do agave e ocupou os pequenos espaços de terra deixados pela monocultura do café. Apesar de tudo, foi a produção familiar a responsável pelo adensamento da população na região e que, atuando sobre a diversidade do quadro natural, gerou uma diferenciação dos espaços agrários na região. É neste território que irá surgir o Pólo Sindical da Borborema.

3.2. Pólo Sindical da Borborema: o início de tudo

O sindicalismo rural da Paraíba na década de 80 presenciou um momento de renovação de suas direções em vários de seus municípios. Alguns municípios (Solânea, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Esperança, Montadas e outros) que hoje fazem parte do Pólo, participaram de um Pólo denominado de renovação sindical. Este Pólo era promovido pelo CENTRAC³⁹, pelo centro de formação Quilombola e pela assessoria sindical do Curso de Mestrado (1977-1999) em Sociologia Rural da UFPB. Neste Pólo de Oposição Sindical, as lideranças debatiam a construção e a preparação de quadros políticos capazes de gerar uma resposta à crise que o movimento sindical e a agricultura vinham passando, ou seja, o grande

³⁹ Centro de Ação Cultural, com sede na cidade de Capina Grande. Este organismo vem assessorando os movimentos sociais e entidades de base (como é o caso dos sindicatos de trabalhadores rurais) para acessar as políticas públicas.

desafio era acabar o isolamento que vinha passando o movimento sindical. Ao participarem deste Pólo, as lideranças se mostraram mais autônomas frente às relações de dominação marcadas pelo coronelismo e pelo clientelismo local. As grandes bandeiras de luta encampadas nacionalmente foram absorvidas e incorporadas à agenda local, com destaque para a defesa dos direitos trabalhistas dos assalariados da cana, violência no campo e a luta por reforma agrária. Diferentemente das lutas nacionais da época, a numerosa e diversificada agricultura familiar do Agreste paraibano se apresenta como a base social dos STR's cujo objetivo era atender aos anseios particulares que exigiam outras formas de enfrentamento.

Paralelo ao processo de renovação sindical, os sindicatos foram enfraquecidos pelo agravamento da crise econômica e social na década de 80. Esta crise levou à retirada dos serviços médicos e odontológicos, dificultando o acesso à assistência pública de saúde (DINIZ, 2007). Frente a esse cenário, os sindicatos sofrerão um esvaziamento em sua base associativa, como também uma perda de credibilidade e de legitimidade de seus dirigentes.

A falta de debate em torno da agricultura familiar presente na região, limitou o avanço mais consistente das práticas sindicais junto as suas bases. Frente a essa conjuntura e com a motivação de se aproximar da realidade de sua base social, os sindicatos de trabalhadores rurais de Solânea e Remígio em 1993 e Lagoa Seca em 1996, iniciaram o processo de buscar novas ações com o objetivo de encontrar uma forma mais positiva de enfrentar os problemas da agricultura familiar na região.

3.2.1. O trabalho coletivo

No ano de 1993, a AS-PTA⁴⁰, estabeleceu uma parceria com as direções sindicais de Remígio e Solânea, num esforço de aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar na região, através da mobilização de suas bases sociais para processos coletivos de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas voltadas à promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas. Inicialmente a idéia da AS-PTA era trabalhar com sindicatos que estavam em processo de renovação, foi então que ela teve conhecimento do movimento de oposição sindical que estava acontecendo na região, e em diálogo com as instituições mobilizadoras (CENTRU e CENTRAC) deste movimento, escolheram, neste primeiro momento trabalhar com os sindicatos de trabalhadores rurais de

⁴⁰ AS-PTA (Assessoria e Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa) é uma associação civil sem fins lucrativos (uma ONG) que atua promovendo uma agricultura mais sustentável para o Brasil. As suas atividades incluem a implementação de programas locais de desenvolvimento, assim como a participação no debate nacional sobre o modelo de agricultura.

Remígio e Solânea (1993) e, em seguida, começou o trabalho em parceria com o STR de Lagoa Seca (1996). Estes sindicatos começaram a contestar a forma como os trabalhos vinham sendo conduzidos pelas antigas diretorias. Neste momento, a parceria com a AS-PTA foi de fundamental importância para quem estava fazendo a oposição sindical a estas diretorias, pois eles começaram a identificar novas alternativas para solucionar problemas antigos. Segundo o senhor Euzébio⁴¹: “esse trabalho foi importante para o sindicato organizar suas ações e debater um novo papel para o movimento sindical, foi a partir desta parceria que nós passamos a conhecer a realidade da agricultura de nossos municípios”

As principais atividades desenvolvidas por esta parceria podem ser divididas em três grupos: 1) o estímulo à experimentação, apoiado no processo de formação que busca colocar em constante relação os experimentadores, com o objetivo de facilitar o acesso a diversos tipos de informação; 2) o apoio à estruturação de grupos para a gestão de recursos coletivos (banco de sementes, fundos rotativos solidários entre outros), e; 3) o fortalecimento das organizações supra-comunitárias, entre as quais destacamos o Pólo Sindical da Borborema.

A partir da realização do primeiro Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA), executados nos municípios de Remígio e Solânea (1993) e em Lagoa Seca (1996), conseguiu-se, visualizar as formas como a agricultura familiar se apresentava nos municípios. Nos diagnósticos, foi possível visualizar os diferentes ambientes, os agroecossistemas, seus condicionantes ecológicos, econômico e sócio-culturais, como também sua problemática passou a ser compartilhada por um conjunto cada vez crescente de agricultores familiares. Além de ser um instrumento de pesquisa, o DRPA, transformou-se num importante instrumento de mobilização das famílias de trabalhadores rurais junto com o sindicato para debater os problemas e as soluções da agricultura familiar.

Estimulados pelo diagnóstico e pelo contato com novas experiências proporcionadas pelas visitas de intercâmbio, vários agricultores(as) se envolveram no processo de experimentação promovido em suas propriedades e comunidades. Os resultados destas reuniões tornaram-se carro chefe das reuniões comunitárias e municipais de avaliação e planejamento. Na oportunidade, novas indagações eram postas, desencadeando a realização de novos estudos e diagnósticos com o intuito de entender melhor a realidade da região. Isso levou à realização de novos intercâmbios e à experimentação de forma progressiva de inovações agroecológicas pelas famílias de agricultoras. Essa dinâmica contribuiu para a ampliação e para a diversificação de um movimento integrado de ações.

⁴¹ Na época fazia parte da oposição sindical que coligado com um grupo mais conservador assumiu a direção do sindicato de trabalhadores rurais de Remígio. Hoje ele é presidente do STR de Remígio

Estes diagnósticos deram subsídios, tanto às direções sindicais, quanto à equipe técnica da AS-PTA, para entenderem melhor a estrutura e o funcionamento dos agroecossistemas, as inter-relações entre os subsistemas, permitindo entender que os sistemas produtivos representam a expressão de estratégias técnicas e econômicas das famílias. Foi através destas iniciativas que se iniciou o trabalho de resgatar e valorizar o conhecimento local, ampliando e qualificando o diálogo com as famílias agricultoras.

A participação das famílias na construção de conhecimento atribuiu um novo significado a esta prática social, modificando assim as ações em busca de um desenvolvimento local. Esta participação foi fundamental para qualificar a inserção dos agricultores no cenário político e social, e principalmente nos espaços organizativos, comunitários, e na vida sindical, passando a ser conhecidos e a se reconhecer enquanto agricultor experimentador. O agricultor-experimentador passou a ser assumido como nova identidade social. Foi através do sentimento de pertencimento que, ao longo do tempo, conferiu a esse processo características de uma rede informal de agricultores experimentadores na região.

Paralelo a isso, os sindicatos desenvolveram ações que extrapolaram as ações previdenciárias, e passaram a divulgar os trabalhos agroecológicos nas comunidades de seus municípios. A aproximação dos sindicatos com as suas bases permitiu a abertura de espaço para que novas lideranças emergissem a partir do trabalho que elas vinham desempenhando como agricultores-experimentadores. No decorrer deste processo, vários agricultores apresentaram formas inusitadas de responder a muitos problemas vivenciados pela agricultura familiar na região, o que permitiu que os agricultores se afirmassem como produtores do conhecimento e a se colocarem, politicamente, em defesa desse papel. Esse processo permitiu ver de forma diferente a assessoria técnica.

Diante disso, a realidade da agricultura familiar, a gestão dos sistemas agrícolas, a experimentação de inovações agroecológicas, o intercâmbio e seus desdobramentos passam a mediar as relações estabelecidas entre as lideranças e as suas bases como também são incorporadas na agenda sindical dos municípios, cujos sindicatos se uniram mais tarde em torno do Pólo Sindical da Borborema. Inicia-se um processo de re-ordenamento das ações dos sindicatos frente às demandas provenientes destas ações, ou seja, novas funções e uma nova agenda é montada em virtude da promoção do desenvolvimento da agricultura familiar em base agroecológica.

Diferentemente do que aconteceu com a Fetraf-Sul, que baseia a sua estratégia no rompimento com a unicidade sindical, construindo a categoria da agricultura familiar, o Pólo

defende uma redefinição na postura dos sindicatos, ou seja, uma redefinição na condução do jogo, da disposição dos atores sociais (agricultores familiares agroecológicos) no campo de representação. Esse processo precede de um processo de reorganização das agendas dos sindicatos, através de um amplo trabalho com a base; com a formatação de novas parcerias (Ex: AS-PTA) e rede de articulação com o mesmo objetivo (ASA-PB, ANA e etc.), com o intuito de garantir sustentação política para as suas ações, sejam elas locais ou regionais.

A organização da base foi fundamental para que os sindicatos se tornassem ferramentas capazes de viabilizar os processos democráticos e transparentes de participação. A concretização deste processo pode ser visualizada através das comissões temáticas do Pólo que foram inseridas nas dinâmicas dos sindicatos.

O trabalho de base do Pólo busca recuperar e ampliar a auto-estima dos agricultores, da família e das comunidades. Provocam, assim, a emergência e a capacitação de novas lideranças com o intuito de promover o debate em torno das políticas públicas estratégicas para a agricultura familiar e sensibilizar para a importância da inserção e participação das mulheres e dos jovens, envolvendo toda a unidade familiar, na perspectiva de construir novas relações de gênero e de geração, com igualdade de oportunidades. Para que isso acontecesse, foi preciso consolidar e organizar os espaços nas comunidades, com o intuito de efetivar um trabalho de base, para que os agricultores familiares participassem de forma qualificada, enquanto possíveis beneficiários desse processo de representação do Pólo, principalmente, na construção de políticas públicas, assim como os projetos que visam organizar uma nova prática de atuação sindical.

3.3. O Pólo e o seu espaço de atuação - sua população e sua agricultura

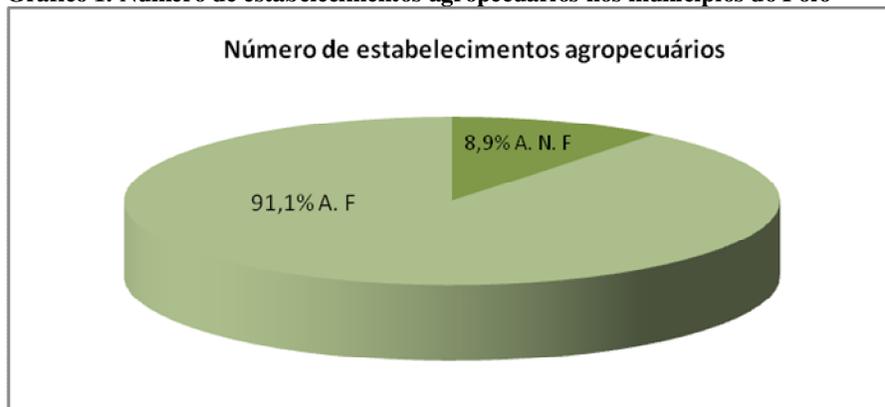
Nos 14 municípios que compõem a região do Pólo moram aproximadamente 223 mil pessoas em uma área de 1.949 km². A média de habitantes por município é de 15.859 pessoas, e a área média é de 139 Km² por município. Estes números mostram a importância e a dimensão populacional e espacial da área de atuação do Pólo Sindical da Borborema.

Tabela 1. População e Área dos municípios do Pólo

Município	População	Área (Km ²)
Alagoa Nova	19.163	122
Arara	12.356	89
Areial	6.234	34
Casserengue	6.762	201
Esperança	29.801	165
Lagoa Seca	24.937	109
Massaranduba	12.494	206
Matinhas	4.178	38
Montadas	4.558	26
Queimadas	38.883	409
Remígio	16.748	178
S. S. de Lagoa de Roça	10.908	50
Serra Redonda	7.651	56
Solânea	27.346	266
Total	222.019	1.949
Média	15.859	139

Fonte: IBGE-Cidades

De acordo com o censo agropecuário de 2006, na região do Pólo, existiam 20.573 estabelecimentos agropecuários, dos quais 1.833 (8,9 % do total) são estabelecimentos de agricultura não familiar e 18.740 (91,1% do total) estabelecimentos são de agricultura familiar. O que mostra a predominância do número de unidades de estabelecimento agropecuário ocupados por agricultores familiares.

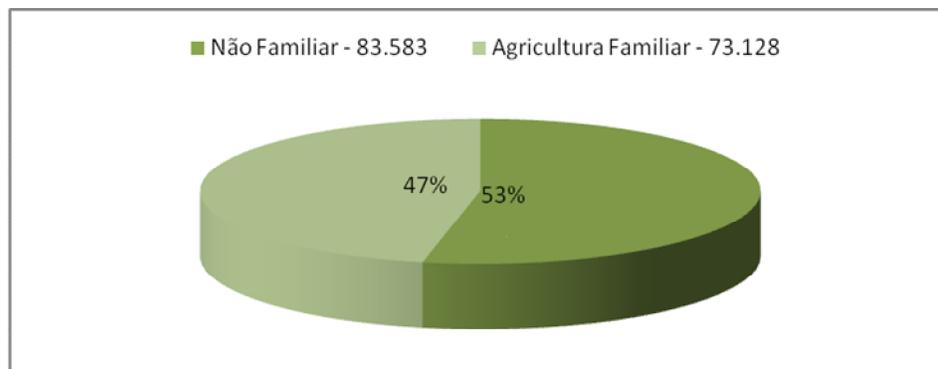
Gráfico 1. Número de estabelecimentos agropecuários nos municípios do Pólo

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

A área de estabelecimentos agropecuário dos 14 municípios que compõem o Pólo Sindical da Borborema abrange uma área total de 156.838 hectares, perfazendo uma média de

10.456 hectares por município. Desta área 83.583 hectares (53,3% do total) são ocupados por estabelecimentos não familiares, e 73.128 hectares (46,7% do total) são ocupados por estabelecimento de agricultores familiares. Os números mostram a desproporcionalidade da concentração fundiária na região.

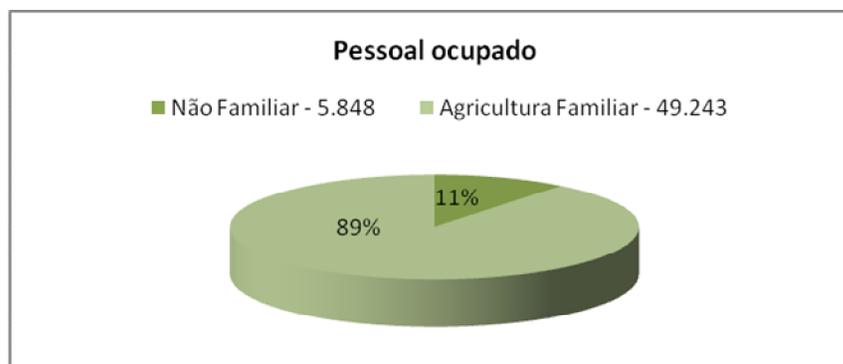
Gráfico 2. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários nos municípios do Pólo



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Nestes estabelecimentos agropecuários são ocupadas 55.091 pessoas, das quais 5.848 são agricultores não familiares, e 49.243 são agricultores familiares. Estes dados mostram a importância que a agricultura familiar tem com relação à ocupação das pessoas nestes municípios.

Gráfico 3. Pessoal ocupado em estabelecimentos dos municípios de atuação do Pólo

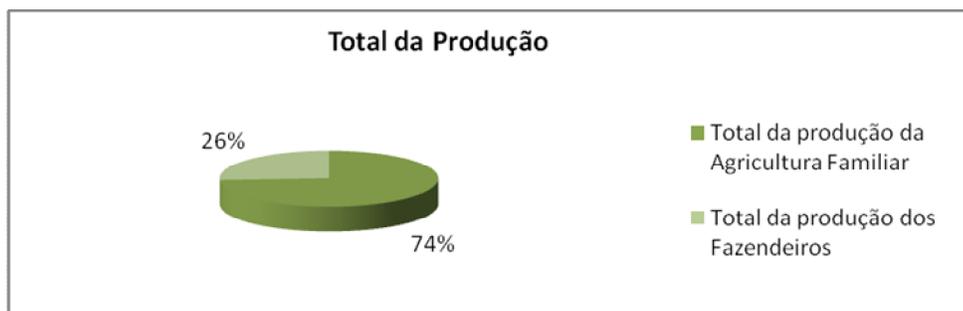


Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Não obstante, é a agricultura familiar quem mais ocupa na região. Nos 14 municípios do Pólo, quase 58 mil pessoas (ou 92,2%) trabalham na agricultura familiar, enquanto apenas 3.800 (ou 6,2%) pessoas trabalham nas grandes fazendas.

A agricultura familiar é responsável pela produção de 74% do valor total da produção agropecuária da região do Pólo. Em alguns municípios como Areal e Montadas, por exemplo, a agricultura familiar chega a ser responsável por mais de 90% da produção (IBGE, 2006)

Gráfico 4. Total da produção dos estabelecimentos agropecuários nos municípios do Pólo



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Esses valores são significativos em relação ao Estado da Paraíba e do Brasil. Na Paraíba, a agricultura familiar é responsável por 48,5% e no Brasil por 37,9% de toda produção. Isso consolida a agricultura familiar como um dos segmentos produtivo mais importante da região do Pólo. Diante destes números percebemos a importância que este segmento de trabalhadores tem na vida dos sindicatos e como eles (os sindicatos) vêm se comportando frente às demandas levantadas por estes trabalhadores. O entendimento destes números possibilitou aos sindicatos do Pólo Sindical da Borborema diagnosticar e montar e uma nova prática de ação sindical, re-configurando assim o sindicalismo rural no agreste paraibano. Segundo o senhor Nelson Ferreira:

...foi o entendimento da realidade de nossa agricultura em nossos municípios que fez com que agente mudasse a forma de atuar junto com a nossa base. Foi com o diagnóstico de nossa realidade que agente viu que agente tinha que deixar de um pouco de lado o debate da reforma agrária e devia trabalhar o fortalecimento da agricultura que agente já tinha...

3.4. Re-configurando o sindicalismo no agreste paraibano

O Pólo Sindical da Borborema, ao longo dos últimos anos vem se mostrando e executando uma nova prática de ação sindical na mesorregião do Agreste Paraibano. É

importante destacar aqui que o significado de “novo” está relacionado às novas ações que vêm sendo tomadas pelos sindicatos que compõem o Pólo.

A criação do Pólo não é a fundação de mais um organismo sindical. A criação do Pólo acontece em função de uma série de acontecimentos⁴² e da necessidade de criar um novo modelo de atuação junto aos agricultores familiares. O Pólo se propõe a construir uma nova estrutura organizacional dos agricultores familiares, destacando o trabalho direcionado à agroecologia. Atuando no campo da organização e orientação da produção, na conservação e difusão dos saberes locais, na experimentação e intercâmbio de inovações e a atuação no campo das políticas públicas (proponente e executor). Para o senhor Nelson Anacleto⁴³: “o objetivo do Pólo é articular, organizar e fortalecer as lutas na região e construir um processo de mobilização e conquista dos trabalhadores”.

Para entender melhor o caráter inovador na esfera sindical é importante discutir e destacar alguns temas chaves do Pólo: agricultura familiar pensada como organização sindical e/ou ramo sindical; e, a agricultura familiar pensada como projeto de desenvolvimento sustentável. Para isso é preciso entender as novas ações no campo sindical e na representação da agricultura familiar promovido pelo Pólo Sindical.

3.4.1. A agricultura familiar: o posicionamento de uma categoria

Apesar de se apresentar como uma organização social, este conceito passa a estar em constante debate na academia, nas organizações sociais, como também nos órgãos governamentais com o objetivo de formular políticas públicas. Vejamos alguns conceitos utilizados

Para a FAO/INCRA (1996), a agricultura familiar é toda aquela que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que a mão-de-obra seja predominantemente de membros da família, sendo permitido o emprego de terceiros, de forma temporária, quando a atividade agrícola e a família necessitar. De qualquer forma, esta mão-de-obra não deve ser maior que 25%.

De forma relativa, Abramovay (2000) entende a agricultura familiar com sendo aquela que:

⁴² Destacamos aqui a mobilização pela construção do mercado do produto na Empasa em 1996, que tinha como objetivo solucionar o problema de comercialização dos produtos dos agricultores familiares; e a mobilização e ocupação do INSS de esperança, que culminou com a troca da diretoria do INSS da cidade.

⁴³ Membros da Coordenação do Pólo e da diretoria do STR de lagoa Seca

...a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidade de qualificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Percebemos assim que existem várias formas de atribuir significados à agricultura familiar, mesmo sabendo que algumas considerações se sobrepõem a outras, como é o caso do ponto de vista econômico. De qualquer forma é preciso deixar claro (e a academia tem provado isso) que a agricultura familiar pode ser estudada a partir de uma diversidade de significações, contextualizadas em várias situações de conflito e construção de estratégias de sustentação e reprodução de suas formas organizativas.

Pautado no que foi dito acima, o Pólo, enquanto representante dos agricultores familiares e suas instituições (STR's e associações) tem promovido o debate em torno da sustentabilidade da agricultura familiar da região e com o processo de solidariedade; por outro lado, vislumbra a agricultura familiar a partir de novos atores, o que possibilita construir mecanismos que visam garantir não só a representatividade, mas também a sua reprodução enquanto forma organizativa e importante ator no processo de desenvolvimento local.

A emergência da agricultura familiar neste debate ocorre como uma forma de se contrapor às políticas agrícolas, que só priorizavam os grandes proprietários, e que estavam respaldadas pelo pacote da revolução verde. Frente a isso, nos anos 90, em consequência de sua organização, a agricultura familiar torna-se referência de política agrícola. Um exemplo claro deste momento foi à concepção do PRONAF, que segundo Wanderley (2000, p.36) foi a primeira vez que a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como ator social... portadora de uma nova concepção; uma nova alternativa ao latifúndio dominante. Esse argumento está presente na fala de Roselita⁴⁴: “é importante deixar claro que o projeto do Pólo, que tem como base a agricultura familiar em bases agroecológicas, é um projeto em contraposição ao projeto do agronegócio. É preciso que agente tenha isso bem claro”.

⁴⁴ Membro da coordenação do Pólo e faz parte da direção do sindicato de Remígio

Neste momento a agricultura familiar enquanto conceito sai das salas de aula da academia e torna-se um referencial para a construção de políticas públicas e um importante referencial para o movimento sindical.

Fica claro que a agricultura familiar não pode ser resumida a um único conceito, pois ela expressa uma grande diversidade de características e situações, ao passo que consolida um campo de organização dentro do complexo mundo rural. Essa diversidade se apresenta nas várias elaborações de caráter acadêmico, técnico, sindical e governamental, possibilitando assim várias interpretações da agricultura familiar com outros setores organizados⁴⁵ do meio rural, e deste com o meio urbano.

Diante disso, torna-se importante entender como estas organizações pensam e elaboram estratégias sobre o desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade, como pontos positivos para a agricultura familiar.

3.4.2. Desenvolvimento Rural Sustentável: a construção de um projeto

Apesar da discussão em torno do desenvolvimento sustentável não ser nova, o Pólo traz para dentro dos sindicatos esse debate.

Em sua Carta de Princípios⁴⁶, redigida em julho de 2003, com o aval de todos os sindicatos, o Pólo deixa bem claro o seu projeto:

- 7°. Atuar para a construção de um novo modelo de sindicalismo rural voltado para a promoção da agricultura familiar com base na agroecologia;
- 8°. Comprometer-se com o crescimento quantitativo de suas organizações, no sentido de ter claro o seu verdadeiro papel como organização política representativa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- 9°. Atuar no sentido de quebrar o isolamento do movimento sindical construindo uma nova identidade, respeitando a autonomia e as diferenças de cada organização;
- 10°. Atuar na construção de um novo modelo de desenvolvimento a partir das experiências concretas, buscando transformá-las em propostas de políticas públicas;
- 11°. Fortalecer as lutas e reivindicações que sempre fizeram parte da história do sindicalismo rural (previdência social, reforma agrária e outras);
- 12°. Fortalecer o movimento sindical no Estado, buscando garantir os direitos adquiridos e a construir parcerias com grupos de pastoral, associações, grupos

⁴⁵ Destacamos o trabalho das ONG's, Cooperativas, Associações, Federações entre outros.

⁴⁶ A carta de princípios é um documento que todo sindicato que faz parte do Pólo tem que aceitar e deixar em local de destaque em suas sedes. O não seguimento destes princípios pode acarretar na saída do STR do Pólo.

informais e demais organizações que assumam o compromisso com esse modelo de desenvolvimento.

Diante disso fica clara a disposição do Pólo em construir e executar um novo modelo de desenvolvimento, pautado na execução sustentável e coletiva de suas ações.

Sendo assim, antes de falarmos sobre desenvolvimento sustentável, é importante que destaquemos de forma breve o que alguns autores têm produzido a este respeito.

O conceito de desenvolvimento está relacionado à compreensão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento meramente econômico. Para Herculano (2008) o desenvolvimento requer a determinação de novas prioridades pela sociedade, uma nova ética no comportamento humano e uma recuperação dos interesses sociais coletivos. Neste caso o desenvolvimento sustentável estaria relacionado a um conjunto de mudanças chaves na estrutura da produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir das causas.

Numa ótica diferente, Almeida (1999) entende que não se pode restringir este debate apenas às direções das entidades, é importante viabilizar um processo que leve em consideração as diferenças. Para ele, o modelo de desenvolvimento sustentável seria um modelo rico em alternativas capazes de enfrentar com novas iniciativas a crise sócio-ambiental, ou seja, é preciso promover a transformação via participação política dos cidadãos excluídos e marginalizados. Sendo assim, a cidadania torna-se o elemento principal na concepção e efetivação de um desenvolvimento sustentável e na construção de um projeto social e político. É preciso promover uma nova forma de pensar a relação com a natureza, de pensar as relações na comunidade e as próprias relações entre os agricultores.

Para Favareto e Bittencourt, a noção de sustentabilidade é muito abrangente, pois está relacionada à forma geral como a sociedade se reproduz ao longo do tempo. Para eles:

O desenvolvimento sustentável abarca varias dimensões: a sustentabilidade ecológica que está relacionada ao capital natural dos territórios; a sustentabilidade ambiental que se refere à sustentação dos ecossistemas; a sustentabilidade social que se refere à qualidade de vida; a sustentabilidade política se refere a cidadania; a sustentabilidade econômica relativa a eficiência da gestão dos recursos; a sustentabilidade demográfica, relacionada às relações e à composição etária e de gênero de um território; a sustentabilidade cultural, referente à identidade de um povo; sustentabilidade institucional, referente à organização social; a sustentabilidade espacial, referente à equidade entre as localidades (FAVARETO e BITTENCOURT, 2000, p.15)

O Pólo, por sua vez, faz o debate em torno da sustentabilidade proporcionada pela agricultura familiar, pois esta se caracteriza por suas vantagens econômicas, sociais e ambientais, tudo isso a um preço mais baixo. Carregando consigo o caráter distributivo que se apresenta como um importante mecanismo de desenvolvimento local. O grau de sustentabilidade pode ser viabilizado pela diversificação produtiva e pela maleabilidade do processo de gestão.

Dentro do debate do desenvolvimento sustentável, alguns fatores devem compor este processo, de forma especial a solidariedade, conforme entendido pelo Pólo, por várias entidades e pela academia.

A solidariedade tem várias explicações, mas, as suas bases não mudam: o companheirismo, o estar com o outro e pensar no outro, o fato de construir com o outro, decidir com o outro em função do conjunto e sem deixar de lado individualidades, mas, contrapondo-se a uma visão individualista fundamentada em valores de competitividade característicos do mundo moderno (RODRIGUES, 2004)

As dinâmicas de solidariedade foram influenciadas pelos movimentos sociais vinculados à igreja, através de suas pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) arraigadas na Teoria da Libertação, como também pela educação popular expressa na pedagogia de Paulo Freire.

A constituição de uma solidariedade consciente e co-responsável de um processo de desenvolvimento torna-se necessário a partir de iniciativas centradas no humano e no social, ao invés da acumulação de benefícios meramente materiais e unilaterais. Segundo Arruda, esta solidariedade natural, precisa ser transformada em solidariedade consciente, o que implica o acolhimento e respeito ao outro, em sua unicidade e em sua autonomia. (ARRUDA, 1998 *apud* RODRIGUES, 2004, p. 59)

Diante disso, destaca-se que as relações sociais devem ser transformadas e as dinâmicas de trabalho devem ser repensadas quando se aborda a solidariedade enquanto característica fundamental do desenvolvimento.

A concepção de desenvolvimento solidário pressupõe também um questionamento à submissão do trabalho, através do trabalho ao capital, exigindo a construção de uma nova centralidade para o trabalho através do resgate dos valores da solidariedade e da autogestão. O apoio à organização de empreendimentos solidários, como cooperativas ou associações é um dos componentes de uma política de desenvolvimento solidário (FAVARETO e BITTENCOURT 2000, p. 17).

O processo de solidariedade está baseado na dádiva, ato de dar de forma generosa e gratuita, de receber e de retribuir, formando um processo de solidariedade, que fortalece a confiança entre os indivíduos. (TESCHE, 2007, p.25)

Sendo assim, A solidariedade se apresenta como um dos fatores importantes de produção e reprodução da tradição e dos costumes, bem como, da manutenção da vida econômica e social (BOURDIEU, 2007).

Não resta dúvida que a inserção da solidariedade⁴⁷ no debate em torno do desenvolvimento torna-se cada vez mais importante, principalmente, a partir dos movimentos sociais e políticos. Para o Pólo, o desenvolvimento está pautado no sentido de valorizar não só o conhecimento técnico das pessoas, mas, também, valorizar o conhecimento do agricultor, que é à base de sustentação de suas ações. A idéia de solidariedade é identificada aqui como ajuda mútua, o que Antonio Candido (1997) denominou de *mutirão*⁴⁸. Este “mutirão” é uma das expressões da solidariedade que se caracteriza pela construção de redes comunitárias, levando em consideração os processos de companheirismo e boa convivência - formação de capital social em um ambiente de respeito e reconhecimento mútuo. É uma forma de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola.

A solidariedade possibilita uma série de possibilidades de conceber o desenvolvimento a partir da re-significações das redes sociais, potencializando os espaços de colaboração e cooperação, e não somente entre as pessoas ou grupos sociais, mas, também, na relação do ser humano com a natureza. Desta forma a solidariedade pode permitir uma reorientação do desenvolvimento, tornando-o mais humano.

Levando em consideração o que foi dito acima, não podemos conceber um projeto de desenvolvimento sustentável apenas do ponto de vista econômico. É fundamental ampliar a nossa ótica, vislumbrando o desenvolvimento sustentável e a proposição de políticas públicas a partir de diversos aspectos: educação, saúde, previdência, meio ambiente, democratização do Estado e das relações sociais, todos ligados a uma estratégia solidária.

O Pólo busca um Projeto de Desenvolvimento que se baseia no trabalho coletivo e solidário como um valor essencial e como estratégia de construção. Os projetos baseados na competição geram a exclusão e diferenças sociais. A solidariedade econômica, entre gerações,

⁴⁷ Destacamos aqui importantes trabalhos produzidos pelos professores Eric Sabourin/UNB (SABOURIN, E. *Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro*. Campina Grande, Revista Raízes. Ed. Universitária, 1999), e Marilda Aparecida Menezes/ UFCG (MENEZES, M. A. *Reciprocidade e economia Moral*. Mesa Redonda. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE. Recife. 2007)

⁴⁸ Antonio Candido (1997), em sua obra analisa as formas de solidariedades entre os agricultores. Para ele a necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua redistribuição automática, determinava a formação de uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros.

grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que precisa ser resgatada e construída. Aliado a isso, o Pólo estabelece como ponto fundamental a valorização do saber do agricultor aliado a novos formatos técnicos, ambos baseados na agroecologia. Nesse sentido, defende que o incentivo às várias formas de cooperação agrícola e de articulação de grupos são mecanismos primordiais no processo de construção de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

3.4.3. O Pólo e o seu plano de ação

O Agreste Paraibano vem presenciando uma forma particular de promoção do desenvolvimento local que vem sendo conduzido pelas organizações de trabalhadores rurais (agricultores familiares), de forma particular os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Os pressupostos dessas ações – e objetivo institucional é:

Articular os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações rurais, as pastorais e os movimentos populares, para diagnosticarem os problemas, formularem e implementarem propostas orientadas para a promoção do desenvolvimento socioambiental na região a partir do fortalecimento da agricultura familiar agroecológica. (Estatuto Social do Pólo Sindical da Borborema, Art. 2º)

As bases desse trabalho - a promoção do desenvolvimento local - estão fundamentadas na execução de novas estratégias políticas e metodológicas com o intuito de reorientar a própria vocação dessas organizações no sentido de promover o desenvolvimento da região, na medida em que atribui ao conhecimento local um papel central nos processos de mobilização social para a inovação agroecológica (SILVEIRA, VICTOR e ANACLETO, 2007, p. 1).

Como já foi dito, na década de 90, ganham destaque na mesorregião do Agreste Paraibano três sindicatos de trabalhadores rurais: Solânea, Remígio e Lagoa Seca. Neste momento, a proposta destes três sindicatos é encontrar estratégias inovadoras de intervenção, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que fossem focadas na problemática da agricultura familiar da região. Era objetivo destes sindicatos reverem o momento estático pelo qual passava o movimento sindical, como também de estabelecer uma agenda pautada em novas bandeiras de luta, que até então eram muito genéricas (reforma agrária, direitos trabalhistas e etc.). Nesse momento se inseria na pauta a numerosa e variada agricultura familiar do Agreste Paraibano.

Apesar destes sindicatos já virem debatendo⁴⁹ sobre a necessidade de reformular as ações de seus sindicatos. O passo mais consistente que eles deram neste processo, que vai ter reflexos até os dias atuais, foi a parceria estabelecida destes sindicatos com a AS-PTA⁵⁰. Esta parceria possibilitou às direções sindicais se inserirem num esforço sistemático no que tangia ao aprofundamento de seus conhecimentos sobre a realidade da agricultura familiar na região. Os sindicatos mobilizaram as suas bases sociais para se inserirem num processo coletivo de experimentação de inovações técnicas e político-organizativas direcionadas para a promoção da agricultura familiar em bases agroecológicas. A primeira iniciativa importante realizada no conjunto destas iniciativas foi à realização do primeiro Diagnóstico Rápido e Participativo de Agroecossistemas (DRPA), que foi realizado nos municípios de Solânea e Remígio no ano de 1993 e no município de Lagoa Seca em 1996⁵¹. Estes diagnósticos possibilitaram o entendimento sobre a forma como a agricultura familiar se apresentava nestes municípios. Os vários e diferentes ambientes, os agroecossistemas, seus condicionantes ecológicos, econômicos, sócio-culturais e sua problemática passaram a ser compartilhados por um número cada vez maior de agricultores familiares. Veja o que diz Nelson Ferreira: “foi a partir do diagnóstico que os sindicatos começaram a visualizar os problemas e a indicar as primeiras iniciativas que deveriam ser tomadas”.

Com o estímulo proporcionado pelo diagnóstico e pelo contato com novas experiências possibilitadas pelas visitas de intercâmbio, vários agricultores se envolveram com processos de experimentação promovidos em suas propriedades e comunidades. Os resultados das experiências e das inovações testadas no campo passaram a ser tema dos debates, e alimentaram as reuniões comunitárias e municipais de avaliação e planejamento. Diante deste processo surgem novas indagações, e novas demandas por conhecimento foram postuladas, desencadeando assim a realização de novos estudos e diagnósticos com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade. A realização e viabilização de novos intercâmbios mobilizando novos conhecimentos e progressivamente a experimentação de inovações agroecológicas pelos agricultores familiares foram se ampliando e diversificando em um conjunto integrado de ações.

⁴⁹ Através do pólo de renovação sindical, que era organizado pelo Centrac, e com a participação da assessoria sindical promovida pelos professores do Programa de Pós – Graduação em Sociologia Rural da UFPB, produziram uma série de trabalho sobre a realidade do sindicalismo rural nesta região

⁵⁰ É importante lembrar que estes sindicatos já tinham tido a oportunidades de terem estabelecidos outras parcerias (como foi o caso da assessoria sindical feita pelo PPGCS/UFPB, Centrac e etc)

⁵¹ É importante destacar que em 1992 o Sindicato de Lagoa Seca já havia feito em parceria com o Pólo de renovação sindical um diagnóstico da estrutura fundiária do município.

As realizações destes diagnósticos permitiram que as direções sindicais e as equipes técnicas (destaque para a AS-PTA) vislumbrassem melhor a estrutura e o funcionamento dos agroecossistemas, as inter-relações entre os subsistemas, e a compreensão de que os sistemas produtivos representam a expressão de estratégias técnicas e econômicas das famílias agricultoras.

Esta estratégia permitiu aos sindicalistas uma melhor interpretação de sua realidade e o favorecimento no sentido da re-apropriação e da valorização do conhecimento local, permitindo que fosse ampliado e qualificado o diálogo entre as famílias agricultoras da região. A participação destes agricultores familiares na formação coletiva de conhecimento proporcionou uma nova dinâmica a essa prática social, modificando a natureza de sua contribuição, direcionando as suas ações para o desenvolvimento local. Estas ações possibilitaram uma maior qualidade na inserção social e política dos agricultores junto aos espaços organizativos comunitários e na vida sindical, permitindo que eles se reconhecessem como agricultores familiares experimentadores.

Os intercâmbios e as trocas de experiências proporcionaram as interações presenciais de agricultor para agricultor e se consolidaram como um importante mecanismo de projeção da capacidade técnica, sócio-organizativas e políticas das famílias agricultoras. Estas ações transformaram-se no mais importante instrumento de propagação de inovações e de ampliação do processo de experimentação.

Organizadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e animados pelos agricultores-experimentadores, as práticas agroecológicas ganharam corpo e disseminaram inovações em várias comunidades. Neste momento as alternativas começaram a ser criadas: a diversidade e variedade de sementes na época do plantio começaram a se viabilizar através da formação dos Bancos de Sementes Comunitários; as fontes de forragens e a prática de sua estocagem permitiram o aumento da alimentação animal no período seco do ano; as práticas de captação, armazenamento e uso da água de chuva potencializaram a segurança hídrica das unidades familiares de produção e das comunidades fazendo com que as famílias comesçassem a ter mais acesso à água potável e também água para o consumo animal, e para a produção agrícola. As práticas dos sistemas de produção baseados na diversificação de espécies vegetais e animais aumentaram a produção melhorando o uso da terra, da água e da mão-de-obra, aumentando assim a produtividade e a autonomia das unidades familiares de produção.

Diante deste processo, nas comunidades, formas coletivas de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar vão se consolidando. Inovações sócio-organizativas de gestão coletiva de recursos como os bancos comunitários de sementes e os fundos rotativos

solidários irão dar sustentação aos processos comunitários de inovação, viabilizando assim o acesso a sementes, mudas, esterco, cerca de telas, cisternas de placas, forragem, barragens subterrâneas, silagem, entre outras ações. Diante disto os agricultores familiares começaram a ter uma participação mais ativa na vida sócio-organizativa e política de suas comunidades, na medida em que eles começaram a discutir e refletir sobre a realidade da agricultura familiar, sobre o enfrentamento de seus problemas, assim como na participação da gestão dos recursos coletivos.

Neste momento as ações realizadas pelos sindicatos passam a ser compartilhadas e conduzidas em parceria com as associações comunitárias com o intuito de estreitar os objetivos comuns. Diante disto os sindicatos de trabalhadores rurais deixaram de ser apenas um balcão previdenciário e um consultório médico-odontológico e passaram a ser divulgadores e estimuladores do trabalho voltado para a agricultura agroecológica nas comunidades de seus municípios. Esse novo trabalho encampado pelos sindicatos em direção de suas bases abriu espaço para que novas lideranças sindicais emergissem a partir dessas novas ações com os agricultores-experimentadores (PETERSEN e SILVERA, 2007).

A primeira iniciativa do Pólo Sindical foi à busca de um espaço na EMPASA (Empresa Paraibana de Abastecimento) para que os agricultores familiares da região comercializassem seus produtos na empresa. Neste embate, o Pólo já demonstra a sua articulação, e conseguiu o seu objetivo e viabilizou a entrada dos produtos dos agricultores familiares na EMPASA. Sobre esse momento assim se expressa o senhor Nelson Anacleto:

O pólo Sindical da Borborema teve o seu início com uma grande luta que unificou sete sindicatos, que foi a luta pela construção do mercado do produto na Empasa. Naquela época (1994) os agricultores de toda nossa região da Borborema, enfrentavam grandes problemas, por que os espaços de comercialização que eles tinham no mercado do produtor foram privatizados e transferidos para os atravessadores. Ai iniciou-se uma luta dos sindicatos de Massaranduba, Lagoa Seca, Lagoa de Roça, Esperança, Areial, Boqueirão, ao todo eram sete sindicatos que terminaram com a grande vitória em outubro de 1995, quando se conseguiu a construção de um novo mercado do produtor. Foi esta luta que unificou os sindicatos, dando condições reais para que em julho de 1996 fosse criado o Pólo sindical.

O constante debate em volta do desenvolvimento local e o estabelecimento de redes de inovações nos municípios de Lagoa Seca, Solânea e Remígio provocou o interesse em outras organizações de agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais de outros municípios da mesma região. O interesse destes municípios será as experiências exitosas no campo da gestão dos recursos hídricos e do manejo de estoques coletivos de sementes, os quais ganharam destaque após a seca que afligiu a região nos anos de 1998-1999, quando garantiram nesta

seca a estabilidade e capacidade de resistência aos sistemas produtivos familiares. Esse momento levou os sindicatos do Pólo a mobilizarem as suas bases com o objetivo de divulgar as experiências agroecológicas desenvolvidas pelos sindicatos de Lagoa Seca e Remígio, ambos inseridos no Pólo.

Frente a todas essas iniciativas, a constituição de um ator regional que pudesse conduzir a coordenação política e pedagógica desses processos se colocou como condição necessária para a execução de um projeto voltado para as organizações da agricultura familiar na região. Sendo assim coube ao Pólo, assessorado pela AS-PTA, arquitetar um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia.

A consolidação efetiva do Pólo, como ator principal desta trama, foi montada no I Seminário da Agricultura Familiar do Compartimento da Borborema, realizando no ano de 2001 no município de Lagoa Seca. Neste evento fizeram-se presentes as delegações de 14 municípios da região do Compartimento da Borborema. Neste encontro foi encaminhado que o Pólo, com a assessoria da AS-PTA iria formatar e promover uma estratégia de desenvolvimento da região vinculado a dois eixos: 1º) tinha como objetivo a temática relacionada às inovações agroecológicas, e o 2º) teria o seu objetivo central voltado às políticas públicas para a consolidação da agroecologia, ou seja, o princípio básico do Pólo Sindical da Borborema é a construção de outro modelo de desenvolvimento por meio do fortalecimento e valorização da agricultura familiar, tendo a agroecologia como suporte técnico – científico (DINIZ; 2007, p. 147). De modo continuado, a estratégia do Pólo foi dividida em dois programas de formação: formação em desenvolvimento sustentável e em políticas públicas, com o objetivo de formar e articular lideranças sindicais e agricultores, buscando traduzir em políticas públicas os avanços técnicos e organizacionais. Este trabalho passou a ganhar expressão pública a partir da realização de grandes mobilizações, feiras, debates e manifestações.

Ao passo que aumentava as redes de inovação e os intercâmbios nos municípios, o Pólo dedicou-se à montagem de alternativas para promover a execução e gestão desse processo. Sendo assim, e com o objetivo de melhorar a sua organização interna, incorporou-se a sua experiência e dinâmica, as comissões temáticas, cabendo a elas a execução e acompanhamento das experimentações, sistematização do trabalho e intercâmbios. Atualmente o Pólo trabalha com seis comissões temáticas: sementes; recursos hídricos; saúde e alimentação; criação e alimentação animal; cultivos ecológicos e acesso ao mercado. Estas comissões têm a presença ativa de agricultoras e agricultores experimentadores que acumulam experiências em seus relativos temas. Neste percurso muitas práticas inovadoras foram

descobertas, e que eram utilizadas pelos agricultores e agricultoras, ou por grupos comunitários que ainda não estavam engajados em um trabalho mais estruturado de experimentação agroecológica. Várias destas atividades ocultas socialmente tornaram-se referências para as atividades das comissões. Dois exemplos destas práticas que podemos destacar são os Fundos Rotativos Solidários⁵² de cisternas executado no município de Soledade e os Bancos de Sementes Comunitários que existe na comunidade de São Tomé no município de Alagoa nova desde 1974.

O debate em torno das políticas públicas também é feito no âmbito das comissões. Um exemplo disso é política estadual de sementes que é discutida dentro da comissão de sementes; a comissão de recursos hídricos, junto com outros organismos comanda a execução do Programa um milhão de cisternas (PIMC). Sendo assim, as experiências bem sucedidas servem como proposta para o desenvolvimento da agricultura familiar defendida por vários instrumentos e operadores de políticas públicas, como é o caso da extensão rural, do crédito, da pesquisa agrícola e o programa de distribuição de sementes. Desta forma, passo a passo, as redes de agricultores experimentadores articulados pelo Pólo se transformaram em espaços de debate e ação política que propõe um projeto próprio que viabilize o desenvolvimento do território.

A coordenação do Pólo é composta por uma coordenação executiva que tem sete membros e é chamada de comissão menor (2 membros da coordenação financeira; 2 membros do conselho fiscal; e 3 da comissão executiva); tem a coordenação ampliada, que é composta pelos representantes de todos os 14 sindicatos, das associações e da ECOBORBOREMA⁵³, e por fim o Pólo tem as comissões temáticas. São essas comissões que viabilizam a relação permanente entre os seus membros e as redes de experimentadores agroecológicos que se difundiram por toda a região.

A iniciativa de promover um novo modelo de desenvolvimento local inserido num território, complexo e amplo do ponto de vista político-social fez emergir no Pólo a necessidade de encaminhar soluções para os novos e diferentes problemas.

O primeiro passo dado pelo Pólo foi à construção de um diagnóstico que possibilitasse a visualização e compreensão das principais características dos agroecossistemas da região com o objetivo de melhorar a articulação, o planejamento e a implementação do programa

⁵² Em 2010 foi realizado o Seminário Estadual: Fundos Rotativos Solidários. Gerando Riquezas e Saberes. Além do Evento foi produzido um DVD denominado de: Cordel do Fundo Solidário. Este seminário foi realizado pelo Pólo e outros organismo (Coletivo, AS-PTA, PATAC).

⁵³ Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Compartimento da Borborema. Já no seu segundo mandato – foi fundada no final de 2004 e legalizada em 2006 a partir de uma necessidade dos agricultores de ter uma instituição específica de comercialização

num conjunto diverso de situações existentes nos 14 municípios que compõem o Pólo. O primeiro momento deste diagnóstico foi compreendido pelo estudo dos vários ambientes e as suas implicações sobre os agroecossistemas, levantamento este que já apresentou subsídios e elementos para serem trabalhados nas comissões temáticas, possibilitando a elas um melhor planejamento de suas ações estratégicas. O estudo deixou claro a heterogeneidade que os agroecossistemas tinham dentro e fora dos municípios, contribuindo assim para que as comissões temáticas considerassem as continuidades e as descontinuidades geográficas presentes na região de atuação do Pólo.

Mesmo já estando atuando durante algum tempo, o Pólo iniciou o seu processo de institucionalização jurídica no ano de 2004 com o objetivo de assumir formalmente a sua autonomia na gestão de seus projetos de financiamento. Hoje, o Pólo conta com a sua sede própria, serviços de secretaria e administração financeira, além de uma equipe técnica. Projetos em parceria com instituições estatais possibilitaram a sua sobrevivência financeira.

A ECOBORBOREMA é uma associação que cumpre com o papel de acompanhar as feiras, reunir os agricultores, montar um planejamento da produção – que inclua a diversificação da produção (existem agricultores, ainda, com pouca diversidade da sua produção). Na atualidade, há mais produção ecológica que mercado. Há uma grande produção de feijão e milho na região – que o mercado das feiras não absorve – é quando “retorna” a figura do atravessador – que vende para outros mercados. Conta também com o apoio de mais de 150 associações comunitárias e vários outros tipos de parceiros (AS-PTA, PATAC, ASA-PB, CENTRAC entre outros) nacionais e internacionais. O Pólo vem se destacando como ator determinante na condução de processos sociais no que tange à inovação agroecológica com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região.

3.4.4. O Pólo e a formação agroecológica

Um movimento importante que contribuiu para a configuração das ações contestatórias e emancipatórias conduzidas pelo Pólo Sindical da Borborema foi o movimento agroecológico.

Defendida e divulgadas pelas ONG's (Organizações Não-Governamentais), a agroecologia foi entendida como um projeto alternativo ao processo desencadeado pela revolução verde nos países da América Latina, desde os anos 60, cujo objetivo era o aumento da produção e da produtividade das atividades agropecuárias por meio de uma cadeia articulada de processos de atividades que logo passaria a ser conhecida como pacote

tecnológico da agricultura moderna e contemporânea (DINIZ, 2007, p. 154). Os objetivos almejados por essa agricultura moderna correspondiam à conjuntura e aos cenários dos anos posteriores à segunda guerra mundial. Ou seja, uma visível crise de oferta no mercado de cereais, aumento do crescimento demográfico e a previsão de uma iminente catástrofe alimentar, com potenciais convulsões sociais e políticas.

O desenvolvimento em bases convencionais mostrou-se insuficiente em sua capacidade de promover um desenvolvimento igual e sustentável. Não atingiram os mais necessitados e nem resolveram os problemas da fome e das questões ambientais. Frente a isso a agroecologia se apresenta como uma pretensão geral a outra forma de agricultura em desenvolvimento.

Para Altieri, a agroecologia tem sido propagada na América Latina, e no Brasil em especial, como sendo exatamente este padrão técnico-agronômico (assentado em pesquisa científica) capaz de orientar as várias estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica (ALTIERI *apud* DINIZ, 2007, p.154).

Já Petersen e Almeida (2004) dizem que foi a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), isto é, a partir da valorização dos ambientes locais de organização sócio-política que o movimento agroecológico dá seus primeiros passos.

A agroecologia pretende estabelecer as bases para um desenvolvimento autônomo da agricultura familiar, utilizando os bens e recursos naturais da melhor forma possível. O princípio de base do modelo agroecológico constitui-se em explorar racionalmente a diversidade biótica e abiótica dos territórios rurais (TONNEAU, 2004).

Os ideais agroecológicos privilegiam o estudo dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos humanos e ambientais, ultrapassando a visão unidimensional, incluindo as dimensões ecológicas, sociais e culturais. No trabalho agroecológico, está implícita a idéia de que, pela compreensão das relações e processos ecológicos, os agroecossistemas podem ser manipulados de forma a melhorar a produção e a produzir de modo mais sustentável, com menos impactos ambientais e sociais negativos e com menos utilização de insumos externos.

A idéia da agroecologia é introduzido na Paraíba pela AS-PTA no ano de 1993. A escolha pelo Agreste Paraibano aconteceu pelo fato da região possuir uma relativa base social capaz de ir otimizando o uso da agroecologia. Essa base social, segundo Almeida (1999) se mostra como uma condição ideal para a implantação desse novo padrão de agricultura. Em outras palavras, uma base social composta de pequenos e médios agricultores capazes de otimizar o uso agroecológico dos espaços complexos em que a produção intensiva aparece

como a mais adequada e no qual a grande produção moderna não seria capaz de se desenvolver.

Chegando à Paraíba, a AS-PTA dedica-se em primeiro momento à base da organização rural que são os sindicatos de trabalhadores rurais. A sua metodologia de trabalho ganha destaque no seio dos sindicatos, principalmente quando do debate em torno da crise do sindicalismo rural, sob a influência de ONG's e associações que trabalham em defesa e apoio dos agricultores. Neste momento ganha destaque as idéias de desenvolvimento local e/ou regional, defendendo a idéia de que as ações deveriam sair do âmbito municipal, ou de uma pequena região, propondo assim uma reflexão que pudesse renovar a ação cotidiana dos sindicatos. Para Almeida, esse processo induz – e ao mesmo tempo é induzido – a modificações e ampliações no modo de funcionamento dessa base organizacional rural, por um lado, dando respostas concretas às questões colocadas pela proposição agroecológica e, por outro, criando uma consciência crítica frente ao padrão de desenvolvimento atual (ALMEIDA, 1999).

Sendo assim, o Pólo como uma articulação política de sindicatos rurais, emerge dentro de um campo maior quando promove uma contestação ao modelo dominante de desenvolvimento rural e de construção de um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural respaldado na agroecologia. Neste campo, o Pólo apresenta-se como sustentáculo político do movimento, atuando no nível de consciência e de organização da sociedade, ou seja, se apresenta como organismo imbuído de uma capital social e político, capaz de promover uma pressão sobre a sociedade e, sobretudo, frente às instituições de decisão política tais como governos, legislativo, partidos políticos entre outros organismos. Ou seja, o capital social acumulado pelo Pólo, lhe permite um papel de destaque nesta trama (BOURDIEU, 2003).

O programa de formação agroecológica, assessorada pela AS-PTA, planeja e realiza atividades em conjunto com os agricultores familiares que vem desenvolvendo inovações na sua propriedade ou assentamento. A formação tem como meta valorizar e aprofundar os conhecimentos das experiências em curso. Sendo assim, estas atividades são dependentes do processo de experimentação feito pelas famílias e organizações de agricultores. Além do conhecimento sistematizado pelo processo de experimentação local, se junta também às informações e conhecimento científicos.

As atividades são realizadas em vários níveis. O comunitário, através de cursos voltados aos agricultores (ex: curso ensinando como fazer e usar a multimistura⁵⁴, curso de biofertilizante e etc.). No nível regional são realizadas visitas de intercâmbio. Estas visitas têm facilitado à adoção de inovações. Todas estas atividades são pensadas e debatidas dentro das comissões temáticas

3.4.5. As Comissões Temáticas

As comissões temáticas, ou como bem descreveu Diniz (2007, p.148), são redes temáticas integradas por líderes sindicais, agricultores experimentadores, técnicos e pesquisadores que exercem a função de coordenadores dos trabalhos em suas varias dimensões. Compõem o Pólo as seguintes comissões temáticas:

A Comissão de Sementes: criada em 2002, esta comissão, coordena e apóia o fortalecimento dos Bancos de Sementes Comunitários que atende a mais de três mil famílias. Formada por agricultores experimentadores, esta comissão tem apoiado os bancos de três formas: apoio à gestão dos bancos comunitários e banco mãe; formação para a produção e armazenamento de sementes; e formulação e gestão de projetos e políticas de sementes. Foi através do trabalho realizado nos bancos de sementes comunitários que se conseguiu recuperar sementes nativas (de feijão, milho e outras sementes) que estavam correndo o risco de desaparecerem. O trabalho desta comissão também tem proporcionado a execução de distribuição de sementes de qualidade, conseguidas em parcerias com a CONAB e com a Secretária de Agricultura do Estado.

Durante os últimos anos, a comissão de sementes contabilizou números importantes. Durante este período 8 municípios foram beneficiados pelos Bancos de Sementes Comunitários (BSC). Nestes municípios 2.679 famílias utilizaram estes bancos em 32 comunidades. Segundo dados colhidos pelo Pólo em 2009, em 32 BSC estão estocados 3.041 kg de sementes. A comissão viabilizou a implantação de dois ensaios de variedade de milho, organizou o I Encontro de Sementes do Semi-Árido Brasileiro e promove sistematicamente encontros municipais e as reuniões da comissão de sementes.

⁵⁴ Farinha rica em nutrientes oferecida a crianças como complemento alimentar. A distribuição da multimistura de diminuído os índices de desnutrição das crianças onde está sendo feito este trabalho

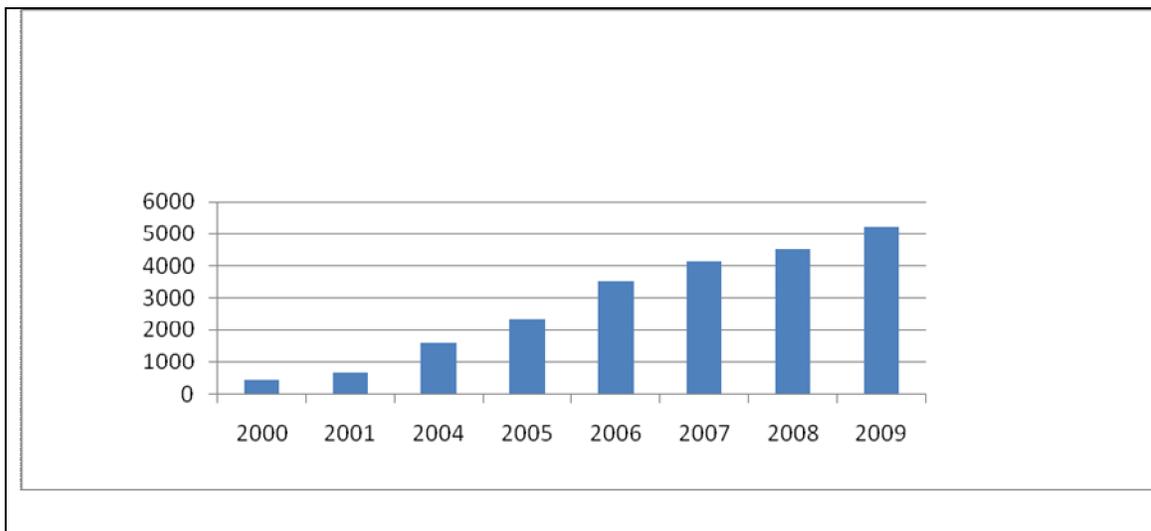
A Comissão de Recursos Hídricos: A base desta comissão ao longo dos anos tem sido a construção das cisternas de placa. Ao longo deste tempo já foram atendidas mais de duas mil famílias com as cisternas de placas. Recentemente a comissão do Pólo está executando a construção de 605 cisternas de placa do P1MC e 185 do P1+2 nos municípios do Pólo. Além das cisternas de placas, outras inovações e gestão de águas são difundidas e executadas pela comissão: barragem subterrânea, mandala, barreiros, tanques de pedra, entre outras inovações. As atividades desta comissão têm ajudado a aumentar o armazenamento de recursos hídricos e em consequência disso a sustentabilidade hídrica da unidade familiar.

Com relação à gestão de recursos hídricos para a produção de alimentos, o Pólo atendeu 127 famílias em 10 municípios. No ano de 2009, foram capacitados 63 pedreiros (agricultores familiares) para a construção das cisternas de placas do P1MC e do P1+2.

Nos municípios do Pólo Sindical da Borborema, já foram atendidas 5.223 famílias com cisternas de placas. Só para se ter uma idéia, estas cisternas podem armazenar quase 84 milhões de litros de água para o consumo humano. Este número equivale a 11.938 carros pipas, ao custo de quase 1 milhão e 200 mil reais.

No ano de 2009, já foram realizadas visitas de intercâmbios com mais de 68 famílias e já realizaram 3 reuniões com as comissões municipais com lideranças sindicais e gestores públicos.

Gráfico 5. Número de cisternas de placas construídas na área de atuação do Pólo (2000-2009)



Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

É importante destacar o impacto que esta comissão vem promovendo nos municípios do Pólo, principalmente quando se trata do tema de segurança hídrica e autonomia política dos agricultores familiares.

Comissão Saúde e Alimentação: esta comissão tem como objetivo a promoção da segurança alimentar de forma especial ao redor de casa. Ao redor de casa se cultivam plantas medicinais e animais de pequeno porte. Em várias comunidades a prática do mutirão para se fazer a multimistura (complemento alimentar produzido com produtos naturais cultivados pelos agricultores) que são distribuídas entre as crianças em uma parceria com a Pastoral da Criança, contribui para aumentar o relacionamento e promover a solidariedade entre os membros da comunidade como também tem diminuído o índice de crianças subnutridas. No ano de 2009, foram atendidas 553 crianças e 236 adultos com a multimistura. São também produzidos pelas famílias de agricultores: A horticultura, doces e sucos de frutas que em vários lugares tem se transformado em uma renda complementar para a família. Esta comissão nos últimos anos vem ampliando o número de famílias atendidas conforme tabela abaixo.

Tabela 2. Número de casas com quintais com plantas medicinais nos municípios da área de atuação do Pólo (2003-2009)

Ano	Número de casas
2003	26
2003	26
2005	87
2006	157
2007	222
2008	303
2009	480
Total	1.301

Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

Destacamos ainda o debate que a comissão vem realizando em torno da segurança alimentar, que na comissão tem como ação principal a produção da multimistura⁵⁵. Veja alguns dados sobre a produção da multimistura.

⁵⁵ A multimistura é produzida pelas mulheres agricultoras e com a participação da Pastoral da Criança

Tabela 3. Número de crianças e comunidades atendidas com a multimistura nos municípios da área de atuação do Pólo (2002-2009)

Ano	Nº de crianças	Nº de comunidades
2002	600	37
2003	800	44
2004	1.000	53
2005	1.342	70
2006	1.766	91
2007	2.300	107
2008	2.625	113
2009	2.803	103
Total	13.236	618

Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

Destacamos que houve um significativo aumento no número de crianças atendidas e que passaram a receber a multimistura, como também se ampliou o universo de comunidades inseridas nesse processo. Estas ações tem sido de extrema importância para o fortalecimento da segurança alimentar destas crianças.

Comissão de Cultivos Ecológicos: Esta comissão coordena e conscientiza os agricultores familiares a produzirem suas lavouras sem o uso de agrotóxico e adubos químicos, além de promoverem e coordenarem a realização das feiras agroecológicas em vários municípios. Para se ter uma idéia da atuação desta comissão, iremos mostrar alguns números.

Foram adquiridas 12 biofábricas para ampliar a produção de biofertilizante. No ano de 2009, foram produzidos 4.300 litros de biofertilizantes em 8 municípios, envolvendo 224 agricultores familiares.

Uma importante ação desta comissão é a produção e distribuição de mudas que visa fortalecer e ampliar os sistemas agroflorestais dos municípios. Já foram produzidas mais de 72 espécies em 13 viveiros. (veja tabela abaixo)

Tabela 4. Quantidade de mudas produzidas e distribuídas nos municípios da área de atuação do Pólo (2001-2008)

Ano	Mudas produzidas e distribuídas
2001	36.000
2002	71.000
2003	102.480
2004	135.730
2005	166.080
2006	195.180
2007	195.180
2008	217.445
2009	265.695
Total	1.384.790

Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

Destacamos ainda a produção de algodão agroecológico (branco e colorido). Este trabalho vem sendo desenvolvido em seis municípios e com a participação de 41 agricultores familiares, em 2009, foram produzidos 15,9 toneladas de algodão agroecológico. Destes 13 toneladas são de algodão branco e 2,9 toneladas são de algodão colorido.

Os números mostram o impacto positivo que as ações desta comissão vêm produzindo na área de atuação do Pólo.

Comissão de Criação Animal: esta comissão tem como principal preocupação a manutenção dos animais de médio e grande porte. Nesta comissão são debatidas alternativas que visam o manejo sustentável tanto da alimentação animal quanto do manejo sustentável da propriedade. O carro chefe desta comissão é a produção forrageira de plantas nativas para a alimentação animal, como também o seu armazenamento. A comissão também debate as formas sustentáveis de manejo da pastagem e a sanidade do rebanho. Nos últimos anos esta comissão tem promovido um importante trabalho de armazenamento de alimentos para o consumo dos animais, que por sua vez vem garantindo a segurança alimentar dos animais nos períodos mais secos do ano.

Tabela 5. Número de famílias e quantidade estocada de silagem nos municípios de atuação do Pólo (2006-2009)

Ano	Nº de famílias	Quantidade estocada (ton.)
2006	89	520
2007	122	1.026
2008	116	679
2009	161	1.342
Total	488	3.567

Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

Comissão Acesso aos Mercados: as feiras agroecológicas⁵⁶. Pautada pela valorização cultural das feiras livres ainda presente na região, as feiras agroecológicas têm se constituído no canal mais rápido e consistente de escoamento dos produtos de agricultura familiar. No ano de 2005, já haviam sido criadas 6 feiras agroecológicas em vários municípios da região de atuação do Pólo Sindical, mobilizando mais ou menos 60 famílias feirantes. Em uma pesquisa realizada no final do ano de 2006 mostrou que semanalmente mais de 1.000 consumidores freqüentavam as feiras agroecológicas. Um ponto bastante positivo é a participação ativa das mulheres. Segundo os últimos dados disponibilizados pelo Pólo, existem oito feiras agroecológicas na área de atuação do Pólo, coordenadas pela ECOBORBOREMA. Entre os anos de 2006 e 2009⁵⁷ as feiras agroecológicas comercializaram de 1.800 toneladas de alimentos, movimentando mais de 1,4 milhões de reais. A tabela abaixo mostra dados que permite concluir pela viabilidade econômica que as feiras agroecológicas possuem na região do Pólo.

Tabela 6. Quantidade de alimentos produzidas nas feiras agroecológicas e o valor da produção vendida nos municípios de atuação do Pólo (2006-2009)

Ano	Quantidade produzida (kg)	Valor da produção vendida
2006	510.070	313.905,00
2008	619.060	416.520,00
2009	680.654	680.654,00

⁵⁶ As feiras foram criadas com o objetivo de promover a mudança de produção convencional de alimentos, para a produção de alimentos em bases agroecológicas. Estas feiras têm permitido a vários agricultores e agricultoras a manutenção financeira de suas famílias.

⁵⁷ Destacamos a ausência dos dados de 2007

Total	1.809.784	1.411.079,00
--------------	------------------	---------------------

Fonte: Pólo Sindical da Borborema – Balanço 2009

O trabalho agroecológico visa alcançar uma série de objetivos: melhorar a produção de alimentos básicos ao nível de unidades produtivas, fortalecendo e enriquecendo a dieta alimentar das famílias, o que tem permitido a valorização de produtos tradicionais e a conservação de variedade local cultivadas; resgatar e reavaliar o conhecimento e as tecnologias camponesas; promover o uso eficiente dos recursos locais (isto é, mão-de-obra, terra, subprodutos agrícolas, etc.); aumentar a diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos; manter a base de recursos naturais através da conservação e regeneração da água e do solo, enfatizando o controle da erosão, a captação de água, o reflorestamento, etc.; reduzir o uso de insumos externos, diminuindo a dependência e sustentando, ao mesmo tempo, os níveis de produtividade, através de tecnologias apropriadas, da experimentação e implementação da agricultura orgânica e outras técnicas de baixo uso de insumos; garantir que os sistemas alternativos resultem em um fortalecimento não só das famílias, mas de toda a comunidade. Sendo assim as intervenções e processos tecnológicos são complementados por programas de educação que preservam e reforçam a racionalidade camponesa, auxiliando, simultaneamente, na transição para novas tecnologias, relações com o mercado e organização social.

3.4.6. Os Fundos Rotativos Solidários⁵⁸: um instrumento a favor da agroecologia

Ao longo dos anos os fundos rotativos solidários têm sido um importante instrumento de disseminação das experiências de transição agroecológica na região da Borborema. Os FRS têm permitido às famílias mais carentes o acesso a recursos sem a burocracia exigida nos financiamentos oficiais. O sucesso dos FRS acontece em decorrência das experiências tradicionais de solidariedade que existe entre as famílias agricultoras da região. A devolução de um determinado recurso (palma, tela, sementes, cisternas de placas, etc.) para serem guardadas pela comunidade (poupança comunitária) faz com que sejam reinvestidos na

⁵⁸ Os fundos Rotativos Solidários apresentam-se como uma poupança comunitária gerida coletivamente para promover e fortalecer a agricultura familiar. A formação desta poupança é feita por meio de doação voluntária de recursos por cada membro participante do fundo ou ainda pode ser constituída de recursos externos destinados à comunidade. Cada família que adquire o benefício assume a responsabilidade de contribuir devolvendo o valor do bem recebido (quantia é determinada pela própria comunidade) para que outras famílias possam ser beneficiadas também.

aquisição de novos bens ou benefícios para as próprias famílias que fazem parte do FRS ou até mesmo para outras famílias.

A consolidação dos FRS aconteceu mediante o processo de visitas de intercâmbios. Desde a implantação dos FRS o Pólo vem diversificando e fortalecendo o processo de inovação técnica, ao mesmo tempo em que constrói um modelo próprio de organização, com mais autonomia e poder de decisão.

Com o intuito de promover e consolidar a transição agroecológica, o Pólo vem organizando vários fundos para apoiar várias iniciativas da agricultura familiar como: Banco de Sementes Comunitários (BSC); produção e armazenamento de forragem; aquisição de animais de pequeno porte e de máquinas forrageiras; captação e armazenamento de água nas propriedades (barragem subterrânea, tanques de pedra, mandalas, poços amazonas, cisternas de placas e etc.); infra-estrutura para as feiras agroecológicas; materiais para instalação de apiários entre outras.

Nos últimos anos, o Pólo tem investido tanto na qualificação dos grupos existentes quanto na constituição de novos grupos de FRS nos municípios do Pólo. Com o intuito de qualificar e constituir novos grupos de FRS foram realizados vários encontros municipais. Para se ter uma idéia, no ano de 2006, estes encontros capacitaram mais de 490 representantes dos fundos das comunidades envolvidas. A realização destes encontros tem o objetivo de avaliar e qualificar a gestão dos Fundos e fazer a troca de experiências desses grupos.

Há algum tempo o Pólo tem estimulado a organização de um único Fundo Rotativo Solidário para apoiar todas as demandas das famílias. Diante desta necessidade, as comissões temáticas avaliam, planejam e acompanham as inovações técnicas em desenvolvimento nos municípios que fazem parte do Pólo.

Apesar de nos últimos anos ter diminuído o número de FRS, os que ainda funcionado, com o processo de qualificação, ganharam qualidade na gestão e na diversificação de sua ação. A partir do momento em que se ampliou o raio de atuação dos FRS, o Pólo iniciou o debate em torno do FRS como instrumento das políticas públicas para o financiamento do desenvolvimento local. Um desdobramento desse processo foi o convênio que o Pólo firmou com o Banco do Nordeste para fortalecer a capacidade financeira de alguns fundos da região para que eles financiassem ações coordenadas pela comissão de saúde e alimentação orientadas à promoção da segurança alimentar.

A temática dos fundos traz para o debate a necessidade de sistematizar e consolidar as experiências de gestão coletiva desses recursos, de forma que possa subsidiar o

estabelecimento de mecanismos de administração de poupanças comunitárias voltadas para o investimento na transição agroecológica ou para atender emergências conjunturais.

3.4.7. Desenvolvimento Sustentável e as Políticas Públicas

Ao longo dos últimos anos vêm sendo realizadas atividades de formação direcionada para a valorização política das experiências concretas de promoção da agroecologia, destacando os seus impactos positivos nos “campos” social, econômico e ecológico com os impactos negativos do atual modelo de desenvolvimento dominante, trazendo para o centro do debate as manifestações na região do Pólo da Borborema como também no conjunto do Estado da Paraíba. Como já foi visto anteriormente, as comissões temáticas (eixos temáticos) representa um importante mobilizador das ações do Pólo.

No ano de 2006, foi realizado o II Encontro da Agricultura Familiar da Borborema, neste encontro foi restituído o diagnóstico ambiental realizado no ano anterior. Este diagnóstico permitiu visualizar e debater em torno das diferentes características da região da Borborema (solo, relevo, clima e etc.). Este estudo transformou-se num importante instrumento, utilizado para qualificar as estratégias de promoção da transição agroecológica nos diferentes ambientes do Pólo, aumentando as perspectivas de melhoramento dos processos de experimentação ao nível das propriedades e comunidades, assim como para a formulação e negociação de proposta de políticas públicas apropriadas à grande diversidade social, econômica e ambiental da região.

Para reforçar a visualização do diagnóstico realizado, foram feitos cinco mini-seminários temáticos simultâneos onde as experiências sistematizadas no processo referenciam os debates sobre o avanço da transição agroecológica na região e suas expressões nas diferentes áreas dos municípios do Pólo.

Este evento consolidou o capital social acumulado pelo Pólo, reintegrando e promovendo maior coesão ao conjunto do trabalho como também fortalecendo as suas estratégias de promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar da região. O conteúdo trabalhado permitiu que as comissões estruturassem as estratégias técnicas e metodológicas de incentivo às inovações agroecológicas da região de atuação do Pólo.

3.4.8. O movimento sindical e o trabalho com a agricultura familiar agroecológica

As mudanças nas ações dos sindicatos são percebidas na medida em que se analisa a evolução das práticas e dos debates internos nos últimos anos: o entendimento da realidade da agricultura familiar, a valorização do conhecimento e das capacidades de inovação dos agricultores, o apoio à experimentação de inovações agroecológicas, a promoção de intercâmbios e seus desdobramentos passaram a mediar as relações estabelecidas entre as lideranças sindicais e a sua base. Incorporando assim estas ações as dinâmicas dos sindicatos do Pólo. Em decorrência dessas ações uma nova agenda, e novas funções são atribuídas aos dirigentes sindicais, passando a cobrar uma participação mais ampla, qualificada e efetiva dos dirigentes junto ao processo de promoção do desenvolvimento da agricultura familiar em base agroecológica.

Com o objetivo de aprofundar o debate em torno da promoção da agricultura familiar em bases agroecológica, o Pólo promove um processo contínuo de formação, envolvendo as lideranças sindicais e comunitárias da região, buscando utilizar melhor cada vez mais o acúmulo de experiências e conhecimento dos últimos tempos.

Este processo vem contribuindo para impulsionar cada vez mais as ações do Pólo com o objetivo de qualificar a ação sindical na região, bem como favorecer que outros sindicatos incorporem estas práticas institucionalmente. As continuidades de algumas práticas merecem destaque: continuação dos intercâmbios, principalmente com municípios que ainda não foram contemplados e; apresentação das experiências junto às bases de cada município. Por fim, o alvo destas iniciativas é promover e aprofundar o debate político de forma mais ampla com as diferentes correntes do movimento sindical (CONTAG e FETRAF). Em julho de 2009, o Pólo Sindical da Borborema em parceria com a ASA-PB realizou o Seminário Estadual de Ação Sindical, Agricultura Familiar e Agroecologia. Segundo o senhor Euzébio: “o objetivo deste evento é discutir o papel dos sindicatos na organização dos agricultores. Será que nós estamos fazendo o nosso papel. Hoje o momento é de reflexão de nossos trabalhos”.

Com o fruto desse processo, o Pólo vem construindo parcerias com vários organismos do Estado. À medida que o Pólo, através dessas novas parcerias, conseguiu viabilizar recursos para viabilizar alguns projetos, vieram junto com eles as exigências do campo burocrático, desproporcionais à capacidade administrativa do Pólo. Esta burocracia proporcionou grande incoerência entre os projetos financiados pelo Estado e as necessidades específicas do Pólo. Ou seja, grande parte da capacidade operacional do Pólo e de sua assessora (AS-PTAS) vem sendo absorvida pelas partes administrativas e operacionais destes projetos. Isso implica dizer que grande parte do tempo do Pólo é dedicada à manutenção das condições institucionais, administrativas e financeiras para que com isso ele possa continuar estimulando as dinâmicas

sociais de inovação agroecológica como também se apresentar como ator político capaz de promover publicamente as proposições da agricultura familiar agroecológica para o desenvolvimento do Agreste da Paraíba.

Sendo assim, fica claro a necessidade do Pólo encontrar sistematicamente um equilíbrio entre o investimento de tempo e os recursos alocadas nas atividades, pois a grande concentração de tempo colocaria obstáculos a sua autonomia de análise e sobre a realidade. Com isso o Pólo pode comprometer a sua importante relação com os processos sociais que o instituiu, tornando o Pólo em uma estrutura com pouca capacidade de dinamizar processos sócio-políticos de base. O descuido pode levar ao desmoronamento das bases institucionais necessárias à sustentação material e política das redes de agricultores-experimentadores.

3.4.9. A difusão das experiências

A difusão das experiências através do Programa de Comunicação Social, tem se mostrado como uma importante ferramenta no resgate e na construção do conhecimento agroecológico e no fortalecimento dos agricultores experimentadores do Pólo. As informações são retiradas do processo de formação e experimentação tendo o conhecimento local como ponto de partida para a sistematização e propagação das experiências, como também tem o objetivo de potencializar e divulgar as experiências por meio de comunicação massiva (Boletins impresso e digital, vídeos, programas de rádio e etc.) cujo objetivo é sensibilizar o público para as iniciativas inovadoras que são desenvolvidas na região através das organizações dos agricultores familiares (sindicatos de trabalhadores rurais, associações, ONGs e etc.). Vale salientar que a difusão destas informações não se prende apenas ao território de abrangência do Pólo, muito pelo contrário, as informações são divulgadas dentro da ASA-PB que por sua vez propaga na ASA-BR.

Para dar suporte às atividades de formação, vários materiais, didáticos e pedagógicos de comunicação foram produzidos⁵⁹ e utilizados nos diferentes eventos promovidos pelo Pólo. Para se ter uma idéia da importância da divulgação das experiências como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar, no ano de 2006 foram produzidos⁶⁰ 25 títulos de boletins informativos de experiências de agricultura familiar; um vídeo sobre o risco da

⁵⁹ Os recursos para a confecção destes materiais vem da parceria com a AS-PTA, ASA-PB e ASA-BR, entre outros. Também desçamos a parceria com organismos internacionais como o CIRAD, ActionAid, Icco, Funbio e etc.

⁶⁰ As informações sobre o material produzido foram conseguidas junto à coordenação do Pólo. Destacamos o ano de 2006 por ter sido feito pelo Pólo a catalogação destas informações.

utilização do agrotóxico na região (agrotóxico: agricultura da Morte); 2.300 bonés; 10 faixas de divulgação; 30 painéis fotográficos; 10 banners; 15.300 calendários e 300 agendas com o tema norteado do ano de 2007 (Mulheres na Agricultura Familiar), também foram encenadas 04 peças de teatro produzido produzidas pelo grupo de teatro do Pólo e houve a divulgação das ações em 22 matérias de rádio, jornal escrito, televisão e revistas.

Os títulos dos boletins informativos destacam as experiências de transição agroecológica nos temas água, sementes, cultivos ecológicos, criação animal e saúde e alimentação. Estes informativos destacam as experiências mais integradas dos diferentes sistemas das propriedades familiares. Um exemplo da importância desse material foi à confecção do vídeo “Agrotóxico: Agricultura da Morte”, no qual o seu objetivo principal foi mostrar os riscos que os agricultores familiares estão correndo com a utilização do veneno em suas propriedades (principalmente roçado e horta). Segundo o presidente do STR de Remígio (Sr. Euzébio) mais de 400 agricultores do município assistiram ao vídeo. Logo em seguida a divulgação do filme nas comunidades do município do Pólo, várias famílias procuram o Pólo em busca da realização de curso de caldas e biofertilizante. Frente a isso, iniciou-se no Pólo, um processo reflexivo em torno da busca pelo equilíbrio dos sistemas para além dos insumos alternativos.

Como foi citada acima, a realização de peças de teatro durante os encontros do Pólo, tem se tornado em um significativo ponto de partida para a reflexão da realidade da região da Borborema. O Pólo tem utilizado o teatro para mostrar (utilizando as informações dos agricultores familiares mais antigos) como as famílias ao longo do tempo vêm construindo a agricultura da região, suas dificuldades, suas potencialidades, como elas se organizam para conviver com o meio em que vivem; como as famílias têm usado os recursos que possuem e como têm valorizado e reforçado a cultura local. O teatro apresenta-se como instrumento provocador a partir do qual os agricultores familiares debatem os modelos de desenvolvimento promovido pelo agronegócio e o promovido pela agricultura familiar baseada na agroecologia.

Por fim, todo o trabalho realizado pelo Pólo gira em torno do debate produzido nos espaços das comissões temáticas. São nestes debates, provocados pelos membros do Pólo junto com os agricultores experimentadores e outros parceiros, que é montada a agenda de atuação e a execução de projetos e planos que visam o fortalecimento da agricultura familiar em bases agroecológicas desenvolvidos de forma coletiva.

No campo da proposição e intervenção política tem-se o diálogo com atores políticos governamentais, sejam eles: municipais, estadual ou federal. Ressalta-se o empenho junto às

Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, em particular o Programa Fome Zero, através dos convênios estabelecidos com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a implantação do Programa Um milhão de cisternas rurais (P1MC⁶¹) e com o MDA, através da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento: Programa Compra Direta da Agricultura Familiar e Compra Antecipada da Produção (PAA).

Sendo assim, o Pólo Sindical da Borborema, desde 2001, vem desenvolvendo ações junto às famílias agricultoras, valorizando as experiências agroecológicas – dos “agricultores e agricultoras experimentadores” – como pressupostos a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural de convivência com a região semi-árida.

O debate promovido pelo Pólo em torno da Agricultura familiar tem propiciado um espaço importante para a construção do desenvolvimento sustentável, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento local. Nas reuniões promovidas pelo Pólo destacam-se os encaminhamento de proposições de ações com o objetivo de garantir a representatividade dos agricultores familiares através dos sindicatos de trabalhadores rurais como também a proposição de políticas públicas e a implementação de estratégias de reprodução da agricultura familiar. É valido lembrar que todo este processo é conduzido de forma coletiva e com o apoio de organizações não-governamentais e organismo das esferas governamentais.

O Pólo afirma-se como um ator político de representação da agricultura familiar agroecológica, ou seja, como um sujeito fundamental para, articulando com outras organizações (AS-PTA, PATAC, ASA, CENTRAC, UFCG, UFPB, UEPB, EMBRAPA, CIRAD, entre outras), avançar na conquista e efetivação de políticas públicas, na organização e conscientização da produção e para impulsionar a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável respaldado pelo conhecimento dos agricultores familiares. O Pólo se constitui como ator político de representação, que possui uma importante rede de relações por ser sindical, é uma entidade de representação, mais não é a única.

Visto desta forma, o Pólo não é compreendido como mais uma dentre as diversas organizações que compõem o campo de representação da agricultura familiar. O Pólo tem sido sistematicamente chamado a consolidar e fortificar um projeto capaz de conduzir uma política sindical de desenvolvimento sustentável na região da Borborema. Na verdade, o Pólo vem construindo novas práticas no âmbito da estrutura sindical, efetivando a democratização

⁶¹ Iniciado em julho de 2003, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semi-Árido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda região semi-árida, com água potável para beber e cozinha, através das cisternas de placas.

organizativa e decisória, incluindo seus diversos atores nesse processo. Para isso, o avanço desse modelo de organização e de atuação articulada e unificada das várias esferas (base, local, microrregional e estadual) é a condição necessária para a reconfiguração do movimento sindical.

O Pólo ao longo do tempo vem se demonstrando como uma referência para o sindicalismo e para as organizações da agricultura familiar agroecológica, constituindo-se a partir de bandeiras de lutas da agricultura familiar. O trabalho do Pólo vem se destacando para além do território da Borborema, por que a opção pela agricultura familiar e pela agroecologia se tornou referência. E não é um discurso só do Pólo, é o discurso de vários organismos, de políticos entre outros. Ou seja, é um discurso nacional.

O caráter sindical do Pólo e as estratégias montadas dentro das comissões temáticas dimensionam as intenções e as práticas do Pólo, assim como possibilita interpretá-las a partir do discurso de suas lideranças e coordenadores, efetivando-se como atores sociais no campo de representação da agricultura familiar. É a trajetória política e social desses atores sociais que dá substância a esta organização e permite que as pessoas se reinventem, se reorientem, construindo novas práticas, permitindo assim uma influência no *habitus* de representação sindical e de representantes da agricultura familiar. É a valorização e o resgate do conhecimento destes atores, em harmonia com o conhecimento científico, o grande diferencial do projeto de desenvolvimento encampado pelo Pólo e seus parceiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de nossa pesquisa, destacamos que o seu conteúdo representa o resultado de um processo de transformação das leituras sobre o campo sindical de representação da agricultura familiar. É um jogo no qual os seus participantes apreendem as suas regras jogando. Como todo jogo, a sua qualidade é definida pela qualidade de seus participantes, como também pelas condições culturais, sociais, econômicas, políticas possíveis e disponíveis no campo.

É importante destacar que esta pesquisa é um recorte da análise das práticas de um organismo de representação coletiva (Pólo Sindical da Borborema), não tendo a pretensão de pormenorizar e, muito menos profetizar verdades estáticas.

A preocupação central deste trabalho foi analisar a forma pela qual o Pólo representa um novo tipo de ação sindical. O Pólo foi analisado levando em consideração as suas práticas, entendendo-as a partir da práxis sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar (dirigentes sindicais, lideranças locais, ONGs, agricultores familiares e etc.) de forma individual e coletiva.

Os vários momentos históricos de luta dos trabalhadores rurais na região se apresentam como o grande orientador das ações do Pólo. O horizonte do Pólo tem sido caracterizado pela elaboração e consolidação de outro modelo de desenvolvimento, valorizando e fortalecendo a agricultura familiar e tendo como base fundamental de suporte técnico - científico a agroecologia.

A organização do Pólo é montada com o objetivo de ampliar os espaços de participação dos vários atores que o compõem, destacando as suas instâncias comunitárias, microrregionais e regionais nesta organização política. A organização de uma ação sindical comum aos sindicatos do Pólo tem possibilitado uma ação inovadora no campo sindical, principalmente quando comparada às ações tradicionais. O seu trabalho tem como base metodológica a valorização e o resgate do conhecimento local dos agricultores, seja pela dinâmica dos agricultores familiares, seja pela troca de experiências através do intercâmbio e

troca de informações entre os agricultores nas próprias unidades de trabalho familiar, como também nos espaços construídos pelo Pólo para a difusão das informações e na circulação de informativos. Com isso o Pólo vem criando espaços de dialogo e de inter-relações entre os conhecimentos técnicos, cultural e científico como forma de construção do conhecimento agroecológico. Sendo assim, é a construção desse conhecimento, o grande motivador de um padrão de desenvolvimento para a região.

O trabalho junto à base (agricultores familiares) tem sido uma estratégia na condução do trabalho do Pólo. Este trabalho se apresenta como o elemento central para a consolidação do projeto do Pólo.

A estratégia combativa desses vários atores – entrando em cena com maior destaque os sindicatos de trabalhadores rurais – retrata um novo momento de luta voltada às questões da agricultura familiar e da agroecologia que é personificada pelas ações do Pólo.

Seguindo este raciocínio, o Pólo pode ser compreendido como um espaço político-organizativo, catalisador das demandas de um conjunto de organizações da agricultura familiar em volta de um novo padrão de desenvolvimento local. Consolidando, assim, uma nova prática de atuação para o sindicalismo rural da região.

A participação dos agricultores familiares nas reuniões das comissões temáticas permite ao Pólo a construção de espaços mais participativos e democráticos de debate e deliberação. As ações das comissões temáticas visam garantir uma maior inserção na ação sindical. Para isso são planejadas iniciativas para dar fluência a esta participação. Não basta apenas ouvir o que os agricultores familiares pensam e querem para a agricultura familiar, é importante e fundamental a sua participação efetiva e com qualidade na elaboração de estratégias a serem tomadas pelo Pólo. Mas é preciso também resgatar constantemente a auto-estima dos agricultores. Essa auto-estima se valoriza quando o agricultor se sente capaz de participar e ser ator de um processo de criação e organização de um novo modelo de agricultura

Destaca-se como mérito do Pólo, a utilização do recurso das comissões temáticas com o objetivo de levar aos membros de todas as comunidades representadas pelo Pólo, o direito de falar, discutir, propor e integrar-se na organização desse campo de representação. As comissões temáticas permitem viabilizar e construir um projeto comum a todos. A valorização de cada membro do campo é a constatação que cada um tem o direito de jogar e, mais ainda, jogá-lo bem, e não ser apenas mero expectador, e sim um ator participativo.

A ação das comissões temáticas permite repensar os espaços de participação e integração não só dos representantes, mas também dos representados. Os representados

passam a ter a possibilidade de se tornar porta-voz de seus desejos, de suas propostas, mesmo que deleguem estas vozes para outros. As comissões são vistas pelos seus participantes como um instrumento extremamente importante e positivo. A relação entre os representantes (coordenadores, diretores e etc.) e os representados (agricultores familiares) expressa às várias formas de configuração do campo de representação, suas características, interações, conflitos e projetos.

Não resta dúvida que a manutenção do movimento sindical proposto pelo Pólo, necessita de um constante trabalho de capacitação e qualificação desses representantes, ou seja, a utilização de práticas e estratégias diferentes das utilizadas anteriormente. O desafio encontrado pelo Pólo reside no trabalho sistemático que ele vem promovendo no sentido de qualificar os agricultores para além da formação sindical (para isso o Pólo estabeleceu parcerias com a AS-PTA, Universidades Federal e Estadual, Empresas de Desenvolvimento a exemplos da EMBRAPA e do CIRAD, financiadores internacionais entre outros) com o objetivo de colaborar na construção e no acúmulo de um capital cultural, social e político. Com isso, diferenciando estes sindicalistas e agricultores familiares daqueles das estruturas anteriores do campo sindical rural.

É importante destacar que a assessoria promovida pela AS-PTA e a parceria com outras instituições e organismos organizados tem sido de fundamental importância para a condução de um projeto pautado na agroecologia, permitindo que com isso algumas lutas já pré-existentes sejam avançadas. A assessoria da AS-PTA ao Pólo tem como objetivo fortalecer as capacidades sócio-organizativas, técnica e política tanto do Pólo quanto das organizações visando um desenvolvimento sustentável, baseado nos princípios agroecológicos. Será através dessa parceria, e de sua inserção na ASA-PB⁶², que o Pólo vem encarando e difundido a importância das inovações agroecológicas na região sob vários aspectos: com relação aos aspectos sociais e ecológicos, destacamos o trabalho que o Pólo vem fazendo no sentido de qualificar e aperfeiçoar o processo produtivo e a qualidade de vida dos agricultores familiares, como também vem promovendo um importante trabalho que contempla o aspecto da organização política da categoria enquanto um ator de destaque nesse processo.

Contudo, diante dos desafios e avanços, a interação entre as entidades vem gerando uma rede de movimentos, proporcionando um ambiente interativo, onde se percebe na fala dos representantes e representados, o real valor da instituição

⁶²A ASA – PB (Articulação do Semi-Árido paraibano) é um fórum composto de mais de 100 entidades, como: sindicatos, associações, Pólo Sindical da Borborema, ONG's, igrejas, pastorais, movimentos sociais, entre outras

A qualificação e a capacitação dos coordenadores do Pólo têm possibilitado uma nova perspectiva organizacional. O Pólo através de suas dinâmicas tem tornado os seus porta-vozes (agricultores familiares agroecológicos) mais preparador para propor, disputar, encaminhar projetos para o fortalecimento do movimento sindical na sua área de atuação como também o fortalecimento da agricultura familiar em bases agroecológicos.

Mesmo trazendo consigo características do velho modelo sindical (certa dificuldade em descentralizar as decisões), paulatinamente as dinâmicas introduzidas nos sindicatos a partir do Pólo têm provocado avanços significativos no que concerne uma nova forma de gestão sindical. Os sindicatos passam a ser locais de debate, discussão e proposição, aumentando significativamente (quando comparado a momentos anteriores) a participação dos agricultores familiares.

Apesar de não tratarmos do caráter financeiro do Pólo Sindical, queremos destacar a importância dos parceiros no sentido de viabilizar financeiramente algumas ações.

Com relação à organização sindical, o Pólo tem buscado ampliar as suas bases, através dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ele vem se legitimando através de sua participação na sociedade enquanto entidade representativa dos agricultores familiares, ocupando espaços políticos junto a vários organismos, aos partidos políticos⁶³ e representante do poder executivo e legislativo, tudo isso articulado em rede com a ASA-PB e a ASA-BR.

Os avanços e os limites do fortalecimento da agricultura familiar através da construção de um desenvolvimento sustentável pautado na coletividade têm sido verbalizados pelos membros dos sindicatos e pelos coordenadores do Pólo, e sua consolidação está sendo viabilizada pela difusão e fortalecimento de suas práticas e ações descentralizadas.

A construção desse novo espaço de formação tem possibilitado ao Pólo construir oportunidades de ser expressar, pressionar, propor e resistir politicamente. Frente a isso é de fácil percepção o avanço no sentido da multiplicação⁶⁴ das experiências em transição agroecológica, difundidas pelos agricultores-experimentadores. Sendo assim, é evidente que foi a partir da valorização do saber local (conhecimento do agricultor) e com o trabalho coletivo e participativo em busca de soluções adequadas a cada característica da região, que os agricultores familiares vêm assumindo paulatinamente a função de grande protagonista de um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Ou seja, ao longo destes últimos anos

⁶³ Várias lideranças sindicais vem ganhando destaque no cenário Político dos municípios da região sejam como vereadores (Antonio Cadate diretor do STR de Solânea), vice-prefeito (Gabriel presidente do STR de Arara; Nelson Anacleto vice-presidente do STR de Lagoa Seca entre outros)

⁶⁴ Segundo Petersen e Silveira (2007) mais de 5.000 famílias estão envolvidas de forma direta e indireta com o trabalho desenvolvido do Pólo e outras organizações

foram criadas condições para o fortalecimento dos agricultores familiares, proporcionando-lhes melhores condições para poder decidir e propor novas ações.

Pautado nesta dinâmica e na constante avaliação de suas intenções, de suas proposituras, e essencialmente de suas ações, os representantes do Pólo concretizam, uma postura auto-crítica, combativa, de reflexão, de auto-reconhecimento das experiências e conhecimentos acumulado nos espaços de representação do campo. Nota-se que os coordenadores acreditam não só nessa articulação no interior do campo de representação, enquanto um elo de parceria, mas, sobretudo, refletem as intenções como formas reais de solidariedade. Efetivam as práticas coletivas no campo das políticas públicas, da organização sustentável da produção, do armazenamento e estocagem de alimentos, na segurança hídrica e alimentar (Cisternas de placas e Bancos de sementes comunitários), ou seja, ações para além da organização sindical, com o objetivo de fortalecer os agricultores familiares agroecológicos (e as suas entidades) como importantes atores políticos sociais nesse campo de disputa.

Neste momento são colocados alguns desafios para os organismos de representação da agricultura familiar, no sentido de estabelecer um constante debate, com diálogos, discussões e proposições sobre as estratégias e práticas de fortalecimento do campo da agricultura familiar, solidificado em bases democráticas e participativas, pautada na solidariedade e no exercício da cidadania. De qualquer forma é preciso destacar que esta pesquisa não teve como objetivo maior analisar e avaliar as várias formatações do campo de representação da agricultura familiar. Uma leitura nesse sentido seria importante para evidenciar as disputas e parcerias, potenciais e limites, no acúmulo de capital social, político, econômico, cultural e simbólico dos agricultores familiares representados por suas organizações.

Entendendo o Pólo a partir de sua história, ele se apresenta como uma ação coletiva baseada em duas perspectivas: de um lado apresenta-se como um organismo resistente às práticas estabelecidas pelo modelo convencional/oficial de desenvolvimento, e por outro se apresenta como um organismo promotor da emancipação quando defende um novo modelo de desenvolvimento em virtude da insustentabilidade do modelo atual. Diante disso é preciso destacar que dois movimentos foram de suma importância para o fortalecimento do Pólo: a renovação sindical que vem acontecendo nos sindicatos da região nos últimos anos, e o crescente reconhecimento social e político da agricultura familiar e do movimento agroecológico, que vem contribuindo para a formatação de ações contestatória e emancipatórias.

Visto desta forma, o Pólo se apresenta como uma articulação política de sindicatos rurais dentro de um campo mais amplo. Ele carrega consigo a função de dar sustentação política ao movimento sindical, trabalhando tanto ao nível da consciência quanto ao nível da organização da sociedade. Ele vem conseguindo pressionar a sociedade e as instituições com o intuito de influenciar em decisões políticas nas várias esferas (Poder Executivos, Legislativos, Partidos Políticos, Ministérios e etc.)

Podemos dizer que o Pólo vem mostrando que a opção por uma nova prática de ação sindical, baseado num novo padrão de produção (agroecológico) possibilitou a ampliação de sua base de alianças e parcerias com movimentos pela sustentabilidade, estabelecendo cada vez mais ligações com redes plurais que perpassam o caráter classista do movimento sindical estabelecendo uma identidade de projeto, pautado no trabalho coletivo e solidário.

O Pólo apresenta-se como ator capaz de proporcionar um novo modelo de desenvolvimento na região, levando a construção de uma identidade comum à região, sendo ela compartilhada pelos vários atores que o compõe principalmente em seu caráter político contestatório e alternativo.

A sua forma de se organizar e mobilizar-se em rede tem lhe transformado em um importante ator, quando levamos em consideração o acúmulo de reflexões e da importância de suas experiências nesse campo. Ele apresenta-se como um ator possuidor de uma estratégia, seja como ator coletivo e solidário, ou como um ator portador de um Capital Social que lhe permite ter uma posição de destaque neste campo de disputa. Ou seja, é o Capital Social que o Pólo vem acumulado nesse processo que lhe permite ser um ator capaz de propor e efetivar inovações no campo de representação da agricultura familiar agroecológica. É esse mesmo Capital Social que tem permitido ao Pólo construir parcerias e estabelecer alianças com o Estado, governos locais, instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações não governamentais entre outras, fazendo com que estes agentes reconheçam a importância da ação do Pólo, como também a sua capacidade organizativa.

Não resta dúvida que o Pólo, ao longo de sua trajetória, e a partir de suas intenções, ações e práticas, vêm se diferenciando substancialmente do velho sindicalismo e, ao mesmo tempo inova o campo de representação sindical, provocando uma reflexão sobre uma nova forma de atuação do sindicalismo rural.

As velhas práticas sindicais passam a ser questionadas e, através de diferentes práticas e ações, iniciam um processo de colocar na berlinda a velha *doxa* do sindicalismo oficial. O que não quer dizer que uma postura *heterodoxa* signifique um rompimento total com a *ortodoxia*, pois as regras do jogo são colocadas para ambas as posições dentro do campo.

Percebe-se que o Pólo tem consigo não apenas a vontade de mudar, mas as práticas de seus coordenadores apresentam inovações que vem influenciado substancialmente o *habitus* não só de seus representantes, como também de seus representados. Não podemos dizer que com isso houve uma consolidação de um novo *habitus*, pois uma afirmação dessas necessitaria de um grande período de observação. Contudo. A pesquisa mostra que um novo *habitus* vem sendo construído levando em consideração as novas práticas e ações que o Pólo vem promovendo quando comparada as práticas e as ações promovidas pelas ações anteriores.

O Pólo se fundamenta em um processo constante de transformação no campo da representação sindical e da agricultura familiar agroecológica buscando romper com um modelo centralizador (característico de outro momento do sindicalismo) construindo um projeto coletivo e participativo pautado em inovações criadas a partir da junção do saber local com o saber científico. Apesar de entender que vários problemas e situações adversas terão que ser enfrentadas e superadas, o Pólo é sistematicamente provocado a transformar-se.

Não restam dúvidas que o Pólo Sindical da Borborema apresenta uma nova prática de ação sindical, construindo possibilidades de re-significar esta nova prática. O presente trabalho representa um esforço de fazer esse registro e lançar o repto da necessidade do aprofundar/teórico e do debate acadêmico científico

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia aplicada – vol. 4, nº 2, abril/junho 2000.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. Livraria Editora Ciências Humanas. 4ª Edição (ampliada e atualizada), São Paulo, 1980.

ANDRADE, I. A. L. **Conselhos do PRONAF: quando a parceria faz a diferença**. In Raízes, Campina Grande, Vol. 21, nº 01, jan./jun. de 2002.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre. Ed. Universitária/UFRGS. 1999.

ANTUNES, R. **O QUE É SINDICALISMO** 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____ **O novo Sindicalismo no Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, São Paulo. Pontes, 1995.

ASPTA. **Relatório de Atividades 2006**. Agosto de 2007.

_____ **Relatório de Atividades 2007**. Agosto de 2008.

ASSAD, M. L. L; ALMEIDA, J. **Agricultura e sustentabilidade: Contextos, desafios e cenários**. Ciência & Ambiente, n.29. p. 15-30.

ASSIS, W. S. **Sindicalismo de Trabalhadores Rurais, Luta Política e Democratização das Políticas Públicas**. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 29 de maio a 1 junho de 2007, UFPE, Recife (PE)

BARBOSA, I. V. T. **Mudanças Sociais na Agricultura e suas Implicações para o Sindicalismo Rural** (Um Estudo das Transformações em Sapé - 1950 - 1980). Dissertação de Mestrado. UFPB/CH/PPGS. 1985.

BASTOS, V. V. S. **O “Novo Sindicalismo Rural” em busca de uma Agenda Propositiva: O caso do Pólo Sindical da Borborema – Paraíba**. Projeto de Pesquisa – PPGCS/UFCEG (mimeo). 2007.

BASTOS, V. V. S; ALMEIDA, A. P; SILVA, P. C; MALAGODI, E. **Papel da agricultura familiar na construção do desenvolvimento local: uma análise comparativa entre os municípios do Agreste nordestino (Paraíba e Alagoas)** in: 2º Encontro da Rede de Estudos Rurais, Rio de Janeiro, 2007.

BOITO JUNIOR, A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Editora da Unicamp; HUCITEC. Campinas - SP. 1991.

- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1997.
- _____ **Coisas Ditas**. São Paulo Brasiliense, 2009.
- _____ **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____ **O Poder Simbólico**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 8ª. ed. Editora 34, 1997.
- CARDOSO, M. da C. M. **Uma mão lava a outra: O trabalhador rural e suas lideranças no brejo paraibano**. Dissertação de Mestrado. UFPB/CH/PPGS. 1993.
- CAZELLA, A. A. **Vantagens diferenciadoras e mediação de conflitos: desafios das políticas de desenvolvimento territorial**. Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília – DF. 2005.
- COLETTI, T. **Organização da produção na agricultura familiar: análise das proposições do sindicalismo rural cutista no Sul do Brasil**. Monografia. CSE/CE/UFSC. 2005.
- COSTA, L. F. C. **Sindicalismo rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1996.
- CRUZ, D. S. **A Redenção Necessária (Igreja Católica e Sindicalismo Rural - 1960 - 64)**. Dissertação de Mestrado UFPB/CH/PPGS.1982.
- DIAS, J. V. **Da mediação dos dispositivos coletivos ao conceito de capital social: perspectivas analíticas**. 2008. mimeo.
- DINIZ, P. C. **Ação Coletiva e convivência com o Semi-Árido: A experiência da articulação do semi-árido paraibano**. Dissertação de mestrado. UFPB/CH/PPGS. Campina Grande. 2002.
- _____ **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”. Trajetória de relações entre Estado e sociedade civil: experiência no semi-árido**. Tese de Doutorado. UFCG/CH/PPGCS – UFPB/CCHLA/PPGS. 2007.
- DUQUE, G. (Org.). **Agricultura familiar, meio ambiente desenvolvimento: ensaios e pesquisas em sociologia rural**. Editora Universitária/UFPB, João Pessoa/PB: 2002.
- _____ **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. UFCG. 2007.
- FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto - UTF/BRA/036, 1994.

FAVARETO, A; BITTENCOURT, G. L. **Agricultura familiar e sindicalismo nos anos 90 – notas para um balanço**. In: TEDESCO, J. C. (org.) Agricultura familiar - realidades e perspectivas, Passo Fundo/ RS: Ed. Da UPF. 2ª Ed., 2000.

_____**Agricultores, Trabalhadores – Os trintas anos do novo sindicalismo rural e a representação política da agricultura Familiar no Brasil**. XXVIII Encontro nacional da ANPOCS. Caxambu – Minas Gerais. 2004.

_____**PARADIGMAS DO DESENVOLVIMENTO RURAL EM QUESTÃO: DO AGRÁRIO AO TERRITORIAL**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado) - Departamento de PPGCA, USP, São Paulo, 2006

GIANNOTTI, V. **Estrutura sindical** (in: ANTUNES, R. O que é sindicalismo). Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Círculo do Livro / Brasiliense, 1992.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HERCULANO, S. C. **Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz**. Disponível em: <<http://www.memoriadomeioambiente.org.br/biblioteca/artigos.asp>> Acesso em 06 Out.2008.

HOBSBAWN, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IBGE: **Censo 1995/96**. In www.incra.gov.br/sade/

IBGE: **Censo Agropecuário 1995/96**. (Elaboração Convênio INCRA-FAO)

IBGE: **Sindicatos: indicadores sociais 2001/** Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2002. 257p.

IBGE: **Censo Agropecuário 2006**. In www.ibge.gov.br/sidra

INCRA (1999). **Novo Mundo Rural**. In www.incra.gov.br

LIMA, J. C. & ARAÚJO, N. **Para além do ‘Novo Sindicalismo’: a crise do ‘assalariamento’ e as experiências com ‘trabalho associado’** (in: RODRIGUES, I. J. org. O novo sindicalismo: vinte anos depois). Petrópolis: Vozes/ EDUC /UNITRABALHO, 1999.

LIMA, J. C. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas**. Revista Política e Trabalho da UFPB. João Pessoa, nº 17, PP. 43-63, set. 2001.

MALAGODI, E. A. **A viabilidade da produção familiar no Brejo Paraibano**. (Projeto de Pesquisa). DSA, Campina Grande, 1997.

_____. **O sindicalismo rural e seus parceiros: nota sobre um processo de mudanças.** In: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste Brasileiro. Maria do Nazaré B. Wanderley (organizadora). SP. Polis; Unicamp, 2004

MAGALHÃES, R. S. **Sindicatos, cooperativas e socialismo. Texto formulado como subsídio à exposição da CUT no debate sobre cooperativas, sindicatos e socialismo.** Realização PT. Maio de 2001.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1989.

_____, **Trabalhadores Rurais, agricultura familiar e organização sindical.** In: Revista São Paulo em Perspectivas. Vol. 11, n.2, abr-jun/1997, p. 65-72. São Paulo, 1997.

MENEZES, M. A. **Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses - migrantes.** Rio de Janeiro, Relume Dumará, João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

_____. **Reciprocidade e economia Moral.** Mesa Redonda. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE. Recife. 2007

_____. **O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott.** In: Raízes. Vol. 21, no. 01, jan-junho de 2002, p.21-44.

MOREIRA, E; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária. 1997. 332 p.

NASCIMENTO, H. M. do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente.** Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/documentos/humberto>> Acesso em: 09 jan. 2009.

NOBRE, G. F. **A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba.** Campina Grande. Dissertação de Mestrado. UFPB/CH/PPGSR. 1990.

NOVAES, R. R. **De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo.** Rio de Janeiro, Graphia, 1997.

OLIVEIRA, M. A. de. **Notas sobre a crise do novo sindicalismo brasileiro.** Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 12. São Paulo: Fundação SEADE, jan/mar 1998.

OLIVEIRA, R. V. **SINDICALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL: ATUALIZAÇÕES DO NOVO SINDICALISMO AO SINDICATO CIDADÃO.** Tese de Doutorado. USP/DS/PPGS. São Paulo. 2002.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PETERSEN, P. e ALMEIDA, S. G. de. 2004. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA**. AS-PTA, Rio de Janeiro. (versão provisória: mimeo).

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. **Construção do conhecimento agroecológico em redes de agricultores-experimentadores: a experiência de assessoria ao Pólo Sindical da Borborema**. In: Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro, ANA, 2007.

PICOLOTTO, E. L. **A emergência da categoria “agricultor familiar como sujeito de direitos na trajetória do sindicalismo rural**. XLVI Congresso da SOBER, Rio Branco – Acre. Julho de 2008.

PIRAUX, M.; MIRANDA, R. S. **Relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do Estado no Agreste Paraibano: a longa emergência da agricultura familiar**. Projeto da Agência Nacional de Pesquisa Francesa -06-PADD-016. 2008

Pólo Sindical da Borborema. **Carta de Princípios**. 2001.

_____. **Balanço 2009**.

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. **Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 90: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro** (in: IX Congresso Brasileiro de Sociologia, da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS, no GT - Trajetórias e experiências do sindicalismo brasileiro). Porto Alegre: SBS, ago/set 1999.

RIBEIRO, J. C. **O Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Brasil**. Publicado no Recanto das Letras em 23/01/2008. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>> Acesso em 09 de Junho 2008.

RICCI, R. **Terra de ninguém – o sistema confederativo rural em crise**. Revista da ABRA, v. 24, 1994.

_____. **A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos**. Revista Espaço Acadêmico, Belo Horizonte, n. , p.1-6, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>>. Acesso em: 12 out. 2007.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e Política – A trajetória da CUT**. São Paulo: Ed Scritta/FAPESP,1997.

RODRIGUES, A. S. **A Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar: um novo sindicalismo em construção**. Dissertação de Mestrado. PPGCS/UFPR. 2004

RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Ática, 1990.

ROSA, M. C. **As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as lutas sindicais na zona da mata de Pernambuco.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais* Rio de Janeiro, Vol.47, n o 3, 2004, pp.473 503.

_____. **O engenho dos movimentos:** Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. 2004. 207 f. Tese (Doutorado) - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SABOURIN, E. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro.** Campina Grande, Revista Raízes. Ed. Universitária, 1999

SABOURIN, E. LAZZRETTI, M. A. **Construção da Ação Coletiva nos Sindicatos Rurais Brasileiros: Aspectos Comparativos.** In Raízes. *Revista de ciências sociais e econômicas*, Vol. 21, nº 1, jan-jun. 2002. p. 72-80.

SANTANA, M. A. **Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro.** XXII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu – MG

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** São Paulo Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003

SINDICATOS: **Indicadores Sociais 2001.** Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. IBGE. 2002.

SILVA, A. de O; SANTOS, C. **Capital Social, Capital Humano e Educação: o ensino da sociologia e a construção da cidadania.** Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/uas/se/departamentos/sociologia/pespectiva_sociologica/Numero2/Artigos/Capital%20Social%20-%20Afr%C3%A2nio%20e%20Caroline.pdf>

SILVEIRA, L; VICTOR, R; ANACLETO, N. **Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba.** Revista Agriculturas. v. 4 – nº 2 – Junho de 2007.

SOUTO, J. F. **Práticas assistenciais em Sindicatos. Do novo sindicalismo: a persistência da roda.** Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/UFRJ. 1999

SOUZA, M. F. A. **Estudo de caso: O arredor de casa nas pequenas propriedades rurais da região da Borborema.** 0110601 - Estágio Profissionalizante. DCB/USP, 2005.

TARSO, P. de. **Limpar o terreno.** Revista Teoria e Debate, nº 6, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, abr-mai-jun / 1989.

TESCHE, R. W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de setembro/RS.** Dissertação de Mestrado. PGDR/UFRGS. 2007.

TEIXEIRA, G. **PRONAF: instrumento de exclusão e alienação.** ABRA. Disponível em: <www.abrareformaagraria.org.br/artigo03.htm> Acessado em: 22 agosto de 2008.

TONNEAU, J. P. **Pensar novos sistemas produtivos camponeses: fundamentos de agroecologia.** UFCG/Projeto Unicampo: Série Material Pedagógico. 2004

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio. Diários de Votuporanga,** ano 50, nº 12.769, out de 2003. p. 2.

TOSI, G. **Terra e Salário para quem trabalha: Um estudo de caso sobre os conflitos sociais no brejo paraibano.** Dissertação de Mestrado. UFPB/CH/PPGSR. 1988.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu – MG. 1996.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil** (in: Série Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza). nº 2. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

WEBER. M. **Economia e Sociedade,** Vol. 2. UNB, Brasília, 2004.

WELCH, C. A. **Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX.** Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.

ANEXOS

Anexo I

Quadro de Entrevistas

Entrevistas realizadas

Entrevistado	Local	Função
Roselita Vitor	STR de Remígio ⁶⁵	Coordenadora do POAB ⁶⁶ , membro da direção do STR de Remígio, Agricultora Familiar e assentada da reforma agrária.
Euzébio	STR de Remígio ⁶⁷	Presidente do STR de Remígio, membro do Pólo, Agricultor Familiar e assentado da reforma agrária.
Manoel Antonio de Oliveira (Nequinho)	STR de Alagoa Nova	Coordenador do Pólo, Presidente do STR de A. Nova e Agricultor Familiar.
Nelson Ferreira	STR de Lagoa Seca	Coordenador do Pólo, Presidente do STR de Lagoa Seca e Agricultor Familiar
Nelson Ferreira	STR de Lagoa Seca	Coordenador do Pólo, vice-presidente do STR de Lagoa Seca, ex-vice-prefeito e agricultor familiar.
Diogenes	POAB	Técnico
Euzeli	POAB	Técnico
Eliane	POAB	Secretária
Luciano	AS-PTA	Assessoria Técnica do POAB
Juarez	Emater – Lagoa Seca	Técnico
Ramiro	Lagoa Seca	Agricultor Familiar
Severino Maciel	Lagoa Seca	Agricultor Familiar
Gabriel	Arara	Presidente do STR de Arara e Agricultor Familiar
Luis Silva	STR de S. S. do Umbuzeiro	Presidente do STR de S. S. do Umbuzeiro, Presidente da CUT – PB e Agricultor Familiar
Luiz Braúna	Arara	Agricultor e sindicalizado
Antonio Cadete	STR de Solânea	Coordenador do POAB, diretor do STR de Solânea, ex-vereador e agricultor familiar

⁶⁵ STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

⁶⁶ POAB – Pólo Sindical da Borborema

⁶⁷ STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais